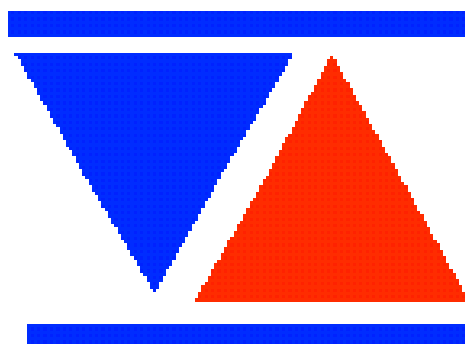


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º TRIMESTRE DE 2012

JULHO – 2012

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
COMPOSIÇÃO****TRIBUNAL PLENO**

Cons. ZILTON ROCHA – Presidente
Cons. RIDALVA CORREA DE MELO FIGUEIREDO – Vice-Presidente
Cons. FILEMON NETO MATOS – Corregedor
Cons. ANTONIO FRANÇA TEIXEIRA
Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO – a partir de 28/05/2012
Cons. SÉRGIO SPECTOR – de 03/05/2012 até 24/05/2012
Cons. MANOEL FIGUEIREDO CASTRO – até 26/04/2012

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

MAURÍCIO CALEFFI – Procurador Geral
CAROLINA MATOS ALVES COSTA – Procuradora
DANILO FERREIRA ANDRADE – Procurador
MARCEL SIQUEIRA SANTOS – Procurador

**PROCURADORA ASSISTENTE DO NÚCLEO DE ATUAÇÃO
DA PGE JUNTO AO TCE/BA**

LUCIENE ROSA CRODA

PRIMEIRA CÂMARA

Cons. ANTONIO FRANÇA TEIXEIRA – Presidente
Cons. FILEMON NETO MATOS
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO

SEGUNDA CÂMARA

Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA – Presidente
Cons. RIDALVA CORREA DE MELO FIGUEIREDO
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO – a partir de 28/05/2012
Cons. SÉRGIO SPECTOR – de 03/05/2012 até 24/05/2012
Cons. MANOEL FIGUEIREDO CASTRO – até 26/04/2012

SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO

ALMIR PEREIRA DA SILVA
JAYME BALEEIRO NETO
JOSUÉ LIMA DE FRANÇA
LILIAN DAMASCENO FERREIRA SANTOS
PEDRO HUMBERTO TEIXEIRA BARRETO

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Superintendente Técnico

PAULO HENRIQUE NUNES NEVES DA ROCHA

Secretário Geral

MARIA DO CARMO GALVÃO DO AMARAL

Diretor Administrativo e Financeiro

HENRIQUE PEREIRA SANTOS FILHO

Chefe de Gabinete da Presidência

NELSON JOSÉ DO CARMO

Diretor do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo

JOSÉ LUÍS GALVÃO PINTO BONFIM

Ouvidor

PAULO SÉRGIO PACHECO DE FIGUEIREDO

Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica

ALBERTO LUIZ TELLES SOARES

Chefe da Auditoria Interna

ANTONIO GERALDO CONCEIÇÃO BRAGA

Inspetor de Finanças

GUILHERME PRATA SAMPAIO

Coordenadores de Controle Externo

FÁTIMA MONTEIRO BARRETO
MÁRCIA DA SILVA SAMPAIO CERQUEIRA
JOSÉ RAIMUNDO BASTOS DE AGUIAR
ANTÔNIO LUIZ CARNEIRO
MARCOS ANDRÉ SAMPAIO DE MATOS
RAQUEL LEDA CORDEIRO CAPISTRANO

Coordenador de Projetos Especiais

MARIA SALETE SILVA OLIVEIRA

Diretor Geral do CEDASC

EDMILSON SANTOS GALIZA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES**

MISSÃO

Exercer o controle externo em benefício da sociedade, zelando pela regular gestão dos recursos públicos e contribuindo para a efetividade das políticas governamentais.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela sociedade como instituição essencial ao controle da gestão pública.

VALORES

**Competência profissional
Ética
Independência
Transparência
Celeridade
Credibilidade
Comprometimento**

UNIDADE RESPONSÁVEL**Superintendência Técnica**

PAULO HENRIQUE NUNES NEVES DA ROCHA

Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo

JOSÉ LUÍS GALVÃO PINTO BONFIM

Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional

ADRIANNE MÔNICA OLIVEIRA SOUZA – Gerente

JOSENICE COELHO TEIXEIRA

NILZA MARIA AGUIAR

Internet: www.tce.ba.gov.br

4ª Avenida, 495, Plataforma V - Centro Administrativo da Bahia

Ed. Cons. Joaquim Batista Neves

Salvador/BA – CEP 41.750-300

Tel.: 31154610 e Fax: 31154609

Ouvidoria

Fone: 31154561

E-mail: ouvidoria@tce.ba.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento à obrigação estabelecida no artigo 91, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia encaminha à Augusta Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades referente ao segundo trimestre de 2012, contendo dados e informações acerca das deliberações do Tribunal Pleno e das Câmaras, acompanhamento das auditorias e da instrução de processos a cargo das unidades competentes, execução orçamentária e financeira do referido período, bem como realizações e projetos relacionados ao desenvolvimento e modernização institucional.

Essas e outras ações estão contempladas no presente Relatório, dispostas em quatro capítulos, nos quais se encontram apresentadas informações relativas a: competência, jurisdição e organização do TCE/BA; atividades de controle externo realizadas no exercício, tanto pelos órgãos deliberativos como pelos órgãos técnicos de fiscalização e auditoria; atividades de desenvolvimento institucional, inclusive na área de tecnologia da informação; e execução orçamentária e financeira.

Encontram-se disponíveis em dois dos Apêndices existentes no Relatório todas as decisões do Tribunal Pleno em termos de Prestações de Contas (Apêndice A) e de Auditorias e Inspeções (Apêndice B).

O Relatório contempla, ainda, as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Especial junto a este TCE e pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), autarquia vinculada a este Órgão, assim como os elementos que espelham a execução orçamentária e financeira daquela Autarquia e do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE).

Neste Relatório Trimestral de Atividades, apresenta-se o acompanhamento do Plano Estratégico (2010-2013) do TCE/BA, visando aumentar a divulgação dos resultados dos trabalhos e aperfeiçoar seus mecanismos internos de controle, sendo discriminadas as principais ações desenvolvidas, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2012, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados.

Destaque-se que, além de cumprir uma obrigação de natureza constitucional, o presente Relatório corresponde a um instrumento de promoção da transparência alusiva à gestão desta Instituição e de comunicação com a sociedade, demonstrando, de forma objetiva, os resultados do controle externo exercido pelo TCE/BA no âmbito da Administração Pública Estadual.

Salvador, 30 de julho de 2012.

ZILTON ROCHA
Conselheiro Presidente

RESUMO

As principais realizações do Tribunal de Contas do Estado da Bahia referentes ao segundo trimestre de 2012 estão apresentadas a seguir:

Controle Externo

Apreciação pelo Tribunal Pleno de 5 auditorias/inspeções (p.29; 31; 34; 86).

Julgamento de 5 processos de prestação de contas da administração direta e indireta, ensejando 16 decisões, sendo: 16 aprovações, das quais 1 na íntegra, 9 com recomendação e/ou ressalva e 6 com recomendação e/ou multa. Foram apreciados/julgados 4 Relatórios de Atividades de secretarias e outros órgãos, todos aprovados com recomendação e/ou ressalva (p.29 a 33; 84 e 85).

Julgamento/apreciação de 1.828 processos pela Primeira Câmara, sendo 280 relativos a transferências para reserva, 1.466 a aposentadorias, 11 a pensões especiais, 40 a reformas, 31 a atos de admissão de pessoal, com 26 registros e 5 arquivamentos/negação de registro (p.37).

Julgamento/apreciação de 37 processos pela Segunda Câmara, sendo 14 prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios, 22 recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições e 1 conta de responsável por adiantamento (p.37).

Instrução em andamento, no 2º trimestre de 2012, de 22 prestações de contas de ordenadores de despesa e 35 prestações de contas de administradores, pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs). Foram instruídos 154 processos de prestação de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades, ONGs ou municípios e 7 processos de prestação de contas

de responsáveis por adiantamento. Ademais, foram instruídas 30 diligências de naturezas diversas, encontrando-se outras 15 em instrução, e 6 denúncias, encontrando-se outras 4 em instrução (p.42 e 43).

Instrução, neste trimestre, de 2.610 processos relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma e transferência para reserva (p.42 e 43).

Instrução em andamento no trimestre de: 11 prestações de contas/relatórios de atividades de secretários de estado; 2 auditorias de obras públicas; e 1 auditoria especial. Além disso, durante o trimestre, uma auditoria relativa aos exames do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal foi concluída e uma permaneceu em fase de instrução. Foram concluídas 8 auditorias em projetos co-financiados com recursos externos (p.42 e 43).

Aprovação das seguintes resoluções normativas, no segundo trimestre de 2012:

- Resolução n.º 013/2012, de 10/04/2012, sobre normas de agrupamento para fins de instrução e julgamento das contas consolidadas da administração pública estadual direta;
- Resolução n.º 029/2012, de 05/06/2012, sobre o encaminhamento da relação emitida, em conformidade com o cadastro de responsáveis com contas desaprovadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável deste TCE, ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/BA) e à Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia;
- Resolução n.º 038/2012, de 26/06/2012, sobre o Plano Operacional do TCE/BA e do CEDASC, para o exercício de 2012 (p36).

Desenvolvimento Institucional

Composição nova do Tribunal Pleno do TCE/BA. Em razão da aposentadoria do Cons. Manoel Castro:

- o referido Conselheiro foi condecorado com a Medalha do Mérito Ruy Barbosa, honraria máxima concedida pelo TCE/BA, em sessão especial do Tribunal Pleno presidida pelo Cons. Zilton Rocha e realizada em 26/04/2012;
- o auditor jurídico Sérgio Spector assumiu, provisoriamente, a vaga de Conselheiro, tomando posse no dia 03/05/2012;
- o Cons. Filemon Matos foi eleito Corregedor do TCE/BA, na sessão plenária de 03/05/2012, em face da vacância do mencionado cargo, em complementação ao mandato relativo ao biênio 2012-2013;
- Inaldo da Paixão Santos Araújo foi nomeado Conselheiro do TCE/BA, em 24/05/2012, pelo Governador em exercício do Estado da Bahia, mediante Decreto publicado no DOE de 25/05/2012, tomando posse do cargo em solenidade ocorrida em 28/05/2012, aberta pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, na presença de diversas autoridades (p.48).

Entrega do processo referente às Contas do Poder Executivo/2011 ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 18/06/2012, pelo Cons. Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, juntamente com os Conselheiros Ridalva Figueiredo, Filemon Matos e Inaldo Araújo (p.48).

Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, nos seguintes eventos:

- assinatura de Convênio com o Governo do Estado da Bahia para otimizar ouvidorias, em 20/04/2012;

- abertura do II Encontro de Gestão Pública – Controle Interno e Externo do Governo realizada em 09/05/2012, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira/BA;
- início do ciclo de encontros com universidades baianas, em 14/05/2012, realizado no auditório da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, realizado de 23 a 25/05/2012, em Salvador/BA, como mediador da conferência “Controle Público: Novos Temas”;
- Seminário “Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação”, realizado em Palmas/TO, de 31/05 a 01/06/2012;
- I Congresso Baiano de Controle Interno Municipal, realizado de 04 a 05/06/2012 pela União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB), em Salvador/BA;
- Segundo *Workshop* “Parceria com a Academia”, em 11/06/2012, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista/BA;
- assinatura de Termo de Compromisso com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Brasília/DF, no dia 15/06/2012 (p.49 a 51).

Promoção ou acolhimento, no 2º trimestre de 2012, dos seguintes eventos, pelo TCE/BA:

- Encontro Técnico sobre Sistema Informatizado de Apoio à Instrução dos Atos de Pessoal, em 09/04/2012;
- Apresentação do Secretário da Educação sobre os indicadores educacionais do Estado da Bahia, em 19/04/2012;
- Curso de Auditoria de Fraudes, realizado de 07 a 11/05/2012;
- Visita do Presidente do Tribunal de Contas de Buenos Aires, em 29/05/2012 (p.52 e 53).

Instituição de Comissão para atualizar, sistematizar e consolidar as normas de controle externo editadas pelo TCE/BA, em 18/04/2012, e de Comissão para implementar a Lei de Acesso à Informação, no âmbito do TCE/BA, em 11/05/2012 (p.52 e 53).

Continuidade do novo Plano Comunicação do TCE/BA, estreitando-se o relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha, concedeu entrevistas, no 2º trimestre de 2012: ao Jornal “Tribuna da Bahia”, em 13/04/2012, e à Rádio “Tudo FM”, em 20/06/2012 (p.54).

Exame de 253 processos pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, no 2º trimestre de 2012, além do exercício de outras atividades (p.55 e 56).

Elaboração do “Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2012” (Apêndice D deste Relatório), sendo discriminadas as ações desenvolvidas pelo TCE/BA, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2012, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados (p.56; 91 a 148).

Implementação de projetos especiais com vistas ao desenvolvimento institucional: Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX), Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA) e Projeto Multiplicando Experiências (p.57 a 63).

Implementação de ações de educação corporativa, compreendendo a participação dos servidores do TCE/BA em: cursos e eventos internos com 59 inscrições; cursos de Graduação e Pós-graduação com 2

beneficiados; eventos externos, com 36 inscrições. Houve, ainda, 3 inscrições em cursos do Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU/ISC, do Grupo de Educação Corporativa do PROMOEX. Dois servidores do TCE/BA foram incluídos em curso promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre Direito de Infraestrutura Pública e Inclusão Social (p.64 a 66).

Execução de ações relativas à Tecnologia da Informação pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria – CEDASC (p.67 a 71).

Reccebimento pela Ouvidoria do TCE/BA de 31 manifestações, sendo 71,0% de pessoas físicas, 16,1% de pessoas jurídicas, 3,2% de servidores públicos e 9,7% anônimas. Todas foram devidamente tratadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes (p.71 e 72).

Realização pela Auditoria Interna (AUDIT) do TCE/BA das seguintes atividades, entre outras:

- auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar seu desempenho na atividade fim deste TCE, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade;
- auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2012, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida;
- auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros, no exercício de 2012 (p. 72).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Natureza das matérias apreciadas/julgadas	29
Quadro 1	Prestações de contas da administração direta julgadas	32
Quadro 2	Prestações de contas da administração indireta julgadas	32
Quadro 3	Relatórios de Atividades apreciados/julgados	33
Quadro 4	Auditorias/inspeções apreciadas	34
Quadro 5	Áreas de atuação das CCEs	41
Quadro 6	Auditorias em projetos co-financiados com recursos externos	44
Quadro 7	Estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados	45
Quadro 8	Estágio de execução das auditorias operacionais	46
Quadro 9	Estágio de execução do acompanhamento de licitações, contratos e convênios	46
Quadro 10	Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF	47
Quadro 11	Estágio de execução do acompanhamento da execução orçamentária e financeira	47
Quadro 12	Reuniões institucionais realizadas pela Presidência do TCE/BA no 2º trimestre de 2012	54
Quadro 13	Cursos e eventos internos	64
Quadro 14	Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU-ISC/Grupo de Educação Corporativa – PROMOEX	65
Quadro 15	Bolsas de estudo vigentes – Pós-graduação	65
Quadro 16	Bolsas de estudo vigentes – Graduação	65
Quadro 17	Bolsa de estudo – Convênio TCE-BA/PGE	65
Quadro 18	Eventos externos	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Jurisdicionados do TCE/BA	23
Tabela 2	Processos autuados	27
Tabela 3	Acórdãos e resoluções	28
Tabela 4	Matéria apreciada/julgada pelo Tribunal Pleno	29
Tabela 5	Decisões do Tribunal Pleno	31
Tabela 6	Processos apreciados/julgados pelas Câmaras	37
Tabela 7	Decisões da Segunda Câmara	38
Tabela 8	Condenações e sanções aplicadas	39
Tabela 9	Condenações e sanções recolhidas	40
Tabela 10	Instrução de processos/auditorias pelas CCEs	43
Tabela 11	Processos examinados pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA – 2º Trim./2012	56
Tabela 12	Tipos de demandas registradas	71
Tabela 13	Meios de contatos utilizados	71
Tabela 14	Perfil do demandante	71
Tabela 15	Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)	73
Tabela 16	Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)	74
Tabela 17	Detalhamento da despesa paga por projeto/atividade (TCE/BA)	75
Tabela 18	Detalhamento da despesa paga por grupo de despesa/elemento (TCE/BA)	76
Tabela 19	Despesas orçadas (FUNTCE)	77
Tabela 20	Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)	78
Tabela 21	Disponibilidade financeira (FUNTCE)	78
Tabela 22	Movimentação financeira (FUNTCE)	79
Tabela 23	Despesa empenhada (CEDASC)	80
Tabela 24	Execução da despesa (CEDASC)	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AGE	Auditoria Geral do Estado
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
AM	Amazonas
ANOP	Auditoria de Natureza Operacional
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOP	Auditoria Operacional
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASPA	Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial
ATEJ	Assessoria Técnico-Jurídica
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas
AUDIN	Sistema de Auditoria Informatizada
AUDIT	Auditoria Interna
BA	Bahia
BAHIAGÁS	Companhia de Gás da Bahia S/A
BAHIAPESCA	Bahia Pesca S/A
BAHIATURSA	Empresa de Turismo do Estado da Bahia S/A
BAPREV	Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia
BI	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BR	Brasil
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAF	Conselho de Administração e Fiscalização
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CCE	Coordenadoria de Controle Externo
CCEs	Coordenadorias de Controle Externo
CCL	Coordenação Central de Licitação
CCR	Comitê de Capacitação Regional
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CE	Ceará
CEDASC	Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria
CEICE	Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo
CERB	Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CET	Condições Especiais de Trabalho
CGU	Controladoria Geral da União
CIS	Centro Industrial do Subaé
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONAGESP	Congresso Nacional de Gestão Pública
CONINTER	Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CONSOCIAL	Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social
CONSULTRE	Consultoria e Treinamento Ltda
COPE	Coordenadoria de Projetos Especiais
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPFs	Cadastros de Pessoas Físicas
CRC/BA	Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia

CREA/BA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia
CTG	Coordenação de Tecnologias Aplicadas à Gestão Pública
DA	Diretoria Administrativa
DF	Distrito Federal
DEPAT	Diretoria do Tesouro
DER	Documento Especial de Recolhimento
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Diretoria Geral
DIRAD	Diretoria Administrativa
DIRAF	Diretoria Administrativa e Financeira
DOE	Diário Oficial do Estado
DPE	Defensoria Pública do Estado
EaD	Educação a Distância
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos S/A
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
ESAF	Escola de Administração Fazendária
e-PROC	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos
ESCOEX	Escola Superior de Controle Externo
EUROSAI	<i>European Organisation of Supreme Audit Institutions</i>
FAJ	Fundo de Aparentamento Judiciário
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FLEM	Fundação Luis Eduardo Magalhães
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNDAC	Fundação Estadual da Criança e Adolescente
FUNPREV	Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais
FUNSERV	Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
FUNTCE	Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia
FUNTEX	Fundação Médica e Educacional Professor Teixeira
GAO	Grupo Temático de Auditoria Operacional
GEARQ	Gerência de Arquivo e Microfilmagem
GEAV	Gerência de Avaliação de Desempenho
GEBID	Gerência de Biblioteca e Documentação
GEC	Grupo de Educação Corporativa
GEDAI	Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional
GEDAP	Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional
GEPRO	Gerência de Protocolo Geral
GGP	Grupo Temático de Gestão de Pessoas
GME	Gerência Multiplicando Experiências
GMO	Gerência Médica-Odontológica
GO	Goiás
HEMOBA	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBAMETRO	Instituto Baiano de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IBDP	Instituto Brasileiro de Direito Público
IBRAOP	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas
IDF	Fundo de Desenvolvimento Institucional
IEPAP	Instituto de Estudo e Pesquisas na Administração Pública
IF	Inspetoria de Finanças
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPC	Instituto Plácido Castelo
IPM	Índice de Participação dos Municípios
IPRAJ	Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária
IRB	Instituto Rui Barbosa
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
ISC	Instituto Serzedello Corrêa
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
JAM	Jurídica Editoração e Eventos Ltda.
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LRs	Liberações de Recursos
MAUÁ	Instituto de Artesanato Visconde de Mauá
MG	Minas Gerais
MIRANTE	Sistema de Observação das Contas Públicas
MP	Ministério Público
MPC	Ministério Público de Contas
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT	Mato Grosso
NAGs	Normas Brasileiras de Auditoria Governamental
NBCs	Normas Brasileiras de Contabilidade
OLACEFS	Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores
ONGs	Organizações não Governamentais
OS	Ordem de Serviço
PA	Pará
PDC	Plano Diretor da Copa
PE	Pernambuco
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PM/BA	Polícia Militar da Bahia
PME	Projeto Multiplicando Experiências
PMI	<i>Project Management Institute</i>
PPP	Parceria Público-Privada
PPPS	Parceria Públicas-Privadas
PR	Paraná
PREMAR	Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
PRODECAR	Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado
PRODUZIR	Projeto de Redução da Pobreza Rural da Bahia
PROFIS	Procuradoria Fiscal
PROFORT	Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira
PROGREDIR	Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
PROMOSEFAZ	Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RFB	Receita Federal do Brasil
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
RTTC	Revista Técnica dos Tribunais de Contas
SAC	Superintendência de Atendimento ao Cidadão
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
SC	Santa Catarina
SCR	Sistema Corporativo
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia

SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SECON	Serviço de Coordenação e Controle Técnico
SECOPA	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia
SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEG	Secretaria Geral
SEGIN	Sistema Secretaria Geral Informatizada
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEINP	Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SEPLEN	Secretaria do Plenário
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SGA	Sistema de Gerenciamento de Auditoria
SGP	Sistema de Gerenciamento da Programação
SGS	Sistema de Gerenciamento de Serviços
SIAB	Sistema de Avaliação Institucional
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia
SICOP	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras
SIGAP	Sistema de Gestão de Gastos Públicos
SIGAT	Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária
SIMPAS	Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia
SINAOB	Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas
SIPLAN	Sistema Informatizado de Planejamento
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISPROT	Sistema de Protesto de Títulos da Dívida Ativa
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia
SPEI	Sistema de Prestação Eletrônica de Informações
SPM	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Bahia
SRH	Superintendência de Recursos Humanos
SSA	Superintendência de Serviços Administrativos
SSP	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
SUDES	Superintendência de Desportos do Estado da Bahia
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SUTEC	Superintendência Técnica
TAG	Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública
TC	Tribunal de Contas
TC/DF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCs	Tribunais de Contas
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCE/AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
TCE/MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCE/MT	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
TCE/PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
TCE/PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

TCE/PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCE/RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCE/RN	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte
TCE/RS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TCE/TO	Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TCM/BA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
TCM/CE	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
TCM/GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
TCM/PA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
TCM/RJ	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TJ	Tribunal de Justiça
TO	Tocantins
TRE/BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UCIB	União das Controladorias Internas do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEL	Unidade de Execução Local
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIJORGE	Universidade Jorge Amado
UPB	União dos Prefeitos da Bahia
URBIS	Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia S/A

SUMÁRIO

I	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA	23
1	COMPETÊNCIA	23
2	JURISDIÇÃO	23
3	ESTRUTURA	24
II	CONTROLE EXTERNO	27
1	PROCESSOS AUTUADOS	27
2	DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS CÂMARAS	28
2.1	DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO	29
2.1.1	Processos julgados/apreciados	30
2.1.2	Prestações de contas e outras auditorias	32
2.1.2.1	Prestações de contas	32
2.1.2.2	Auditorias/inspeções	34
2.1.3	Consultas e denúncias	34
2.1.3.1	Consultas	34
2.1.3.2	Denúncias	35
2.1.4	Resoluções Normativas	36
2.2	CÂMARAS	37
2.2.1	Decisões da Primeira Câmara	37
2.2.2	Decisões da Segunda Câmara	38
3	CONDENAÇÕES E SANÇÕES APLICADAS	39
4	ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA	41
4.1	PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA DE 2012	41
4.1.1	Auditoria em projetos co-financiados com recursos externos	44
4.1.2	Auditoria operacional	46
4.1.3	Acompanhamento de licitações, contratos e convênios	46
4.1.4	Auditoria sobre o cumprimento das normas da LRF	47
4.1.5	Acompanhamento da execução orçamentária e financeira	47
III	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	48
1	NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO	48
2	CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2011	48
3	RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	49
3.1	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	49
3.2	PARTICIPAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA EM EVENTOS NO ESTADO DA BAHIA	50
3.3	PROMOÇÃO DE EVENTOS INTERNOS	52
3.4	REUNIÕES INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA	54
3.5	MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	55
4	ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TCE/BA (2010-2013)	56
5	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	57

6	PROJETOS ESPECIAIS	57
6.1	PROMOEX	57
6.1.1	Acompanhamento do programa	58
6.1.2	Eventos relacionados ao programa	58
6.1.3	Auditoria Operacional (AOP)	58
6.2	PROJETO ASPA	59
6.2.1	Mirante e Trilhas de Auditoria	59
6.2.2	Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)	59
6.2.3	Mapeamento de Processos	60
6.3	PROJETO MULTIPLICANDO EXPERIÊNCIAS (PME)	60
6.3.1	Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT)	60
6.3.2	Acompanhamento do PROFORT	63
6.3.3	Projeto Treinamento e Assistência Técnica ao TCM/CE	63
7	EDUCAÇÃO CORPORATIVA	64
7.1	CURSOS E EVENTOS INTERNOS	64
7.2	PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO COMPARTILHADA TCU-ISC/GRUPO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA – PROMOEX	65
7.3	PROGRAMA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	65
7.3.1	Bolsas de Pós-graduação <i>stricto e lato sensu</i> (especialização e mestrado)	65
7.3.2	Bolsas de Graduação	65
7.4	Convênio n.º 02/2012 entre o TCE/BA e a Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE)	65
7.5	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	66
8	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	67
8.1	GOVERNANÇA EM TI	67
8.2	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	67
8.2.1	<i>Service Desk</i>	67
8.2.2	Estudo técnico de soluções de gerenciamento e inventário de ativos de Tecnologia da Informação	67
8.2.3	Instalação da nova solução de gerência do <i>storage</i> EMC – ESRS (EMC <i>Secure Remote Support</i>)	67
8.2.4	Prova de Conceito de ferramenta de detecção de intrusão e proteção da camada de virtualização	68
8.2.5	Elaboração de Termo de Referência para aquisição ou renovação de <i>softwares</i> de segurança	68
8.2.6	Elaboração de Termo de Referência para aquisição de solução de rede sem fio	68
8.2.7	Manutenção das redes lógica e elétrica estabilizadas	68
8.2.8	Especificação e <i>scanner</i> e <i>software</i> de captura	68
8.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	69
8.3.1	Suporte aos sistemas	69
8.3.2	Desenvolvimento de tecnologia da informação	70
8.3.2.1	Projeto de implantação do sistema de gestão de diárias	70
8.3.2.2	Novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos	70
8.3.2.3	Aperfeiçoamento do Portal do TCE/BA	70
8.4	APOIO EM TI ÀS AUDITÓRIAS DO TCE/BA	71
9	OUVIDORIA	71
10	AUDITORIA INTERNA	72

IV	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	73
1	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA	73
1.1	ORÇAMENTO DO TCE/BA	73
1.2	QUADRO DE COTAS	73
1.3	DESPESA EMPENHADA	74
1.4	DESPESA PAGA	75
1.5	DÍVIDA FLUTUANTE	76
1.6	LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS	76
2	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)	77
2.1	ORÇAMENTO DO FUNTCE	77
2.2	RECEITA REALIZADA	78
2.3	DESPESA EMPENHADA	78
2.4	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	78
2.5	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	79
3	CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA (CEDASC)	80
3.1	ORÇAMENTO DO CEDASC	80
3.2	DESPESA EMPENHADA	80
3.3	DESPESA PAGA	80
3.4	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS	81
	APÊNDICES	82

I COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA**1 COMPETÊNCIA**

A Constituição Estadual conferiu ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, em seu art. 91, a atribuição de auxiliar a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo, com autonomia administrativa e independência funcional.

Compete ao Tribunal de Contas, dentre outras atribuições, elaborar relatório e emitir parecer prévio sobre as contas governamentais, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, assim como as concessões de aposentadoria, transferências para reserva, reforma e pensão, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos congêneres.

O Tribunal realiza auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo-lhe, ainda, responder a consultas sobre questões relativas a matéria sujeita à sua fiscalização e apurar denúncias acerca de irregularidades cometidas no âmbito da Administração Pública.

2 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre todas as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A Tabela 1 demonstra o quantitativo de órgãos, entidades e fundos jurisdicionados, de acordo com as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011:

Tabela 1 – Jurisdicionados do TCE/BA

NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA¹	36
Órgãos ²	34
Órgão em Regime Especial ³	2
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	43
Autarquias	20
Fundações	6
Agência de Fomento – Soc. Economia Mista	1
Sociedades de Economia Mista	7
Empresas Públicas	6
Fundos	3
TOTAL	79

Fonte: SECON/SUTEC.

¹ O quantitativo é decorrente do agrupamento de unidades por Secretaria de Estado, órgãos diretamente subordinados ao Governador, Ministério Público e demais Poderes do Estado, em função da sistemática de consolidação das prestações de contas, aprovada pela Resolução n.º 63/2003 do TCE/BA.

² Secretarias, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, Gabinete do Governador, Vice-Governadoria, Casa Civil, Casa Militar do Governador e Defensoria Pública.

³ Polícia Militar e o Instituto Anísio Teixeira (IAT).

3 ESTRUTURA

O Tribunal de Contas possui como órgãos colegiados o Tribunal Pleno, a Primeira e a Segunda Câmaras, sendo integrado por sete Conselheiros nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos na forma estabelecida na Constituição Estadual e na Lei Complementar n.º 005/1991.

Compete à Presidência as funções inerentes à direção da Casa e aos Conselheiros, além das suas atribuições judicantes, a supervisão das Coordenadorias de Controle Externo.

Atuam, junto ao TCE/BA, o Ministério Público Especial e a Procuradoria Geral do Estado, inclusive com a presença de seus representantes nas sessões plenárias.

Com a promulgação da Lei Estadual n.º 10.547, de 27/12/2006, foi criado na estrutura do TCE/BA o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas dispõe de uma Secretaria Geral, que tem como objetivo o controle e a execução das atividades relativas ao trâmite de processos e ao fluxo de documentos e informações.

Compete às seis Coordenadorias de Controle Externo a execução das auditorias, mediante a formação de equipes multidisciplinares, e à Coordenadoria de Projetos Especiais a prospecção de parcerias para o aprimoramento do controle externo, o monitoramento dos projetos especiais em implementação e a racionalização e o aperfeiçoamento da metodologia de auditoria.

À Superintendência Técnica cabe a articulação entre as Coordenadorias de Controle Externo, visando à uniformização e sistematização de procedimentos, além de outras atividades relativas ao aperfeiçoamento do processo auditorial, através da coordenação dos trabalhos do Comitê de Auditoria.

O Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo objetiva fomentar, apoiar e executar projetos e atividades nas áreas de desenvolvimento institucional e profissional, assim como orientar os processos de planejamento estratégico e operacional e de avaliação de desempenho.

O TCE/BA conta, ainda, com a Assessoria Técnico-Jurídica, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Inspeção de Finanças, a Assessoria de Comunicação, a Ouvidoria e a Auditoria Interna.

A Ouvidoria foi implantada em 2007 com a finalidade de atuar como instrumento de comunicação entre o cidadão e o Tribunal de Contas, contribuindo para o fortalecimento do controle social.

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria, autarquia vinculada ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, é responsável por estudos e pesquisas de novas tecnologias para o controle externo, prestando suporte técnico especializado ao processo auditorial e articulando-se com instituições públicas e privadas, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

Em 28/06/2006, foi sancionada a Lei Complementar n.º 27, que instituiu o Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE), com a finalidade de obter recursos para o aperfeiçoamento técnico-profissional do TCE/BA.

Consoante o art. 23, §1º, o FUNTCE é constituído pelas seguintes fontes de receita:

- recursos provenientes de multas e sanções pecuniárias aplicadas pelo Tribunal;
- verbas decorrentes de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres celebrados com entidades públicas ou privadas;
- taxas de inscrição em seminários, cursos, simpósios, concursos públicos, e venda de publicações técnicas e de cópias de editais de licitações realizadas pelo Tribunal;
- taxas pela emissão de certidões e extração de cópias de processos e demais documentos de interesse dos jurisdicionados ou de terceiros;
- doações, rendimentos de aplicações financeiras, alienações de bens inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos;
- dotação orçamentária, créditos consignados no orçamento do Estado e outras receitas eventuais.

O §2º do mesmo artigo da citada Lei dispõe que o Fundo será administrado por um Conselho Deliberativo composto pelo Presidente do Tribunal, que o presidirá, pelo Diretor Administrativo e Financeiro e por três servidores escolhidos pelo Plenário do Tribunal de Contas, mediante indicação do Presidente.

Em 31/10/2006, o Tribunal de Contas aprovou alterações em seu Regimento Interno, através da Resolução n.º 98/2006, para estabelecer a organização e o funcionamento do FUNTCE.

Assim, consoante o artigo 274 do Regimento Interno do TCE/BA, os recursos do Fundo destinam-se a atender às seguintes despesas:

- ampliação e modernização dos serviços de informática e comunicação integrada;
- reforma e adaptação das instalações do TCE/BA;
- qualificação dos servidores das atividades de controle externo e técnico-administrativas do TCE/BA, especialmente mediante o patrocínio de cursos e eventos afins, inclusive de pós-graduação;

- publicação e divulgação de revistas e livros relacionados às atividades de interesse do TCE/BA;
- elaboração e execução de programas e projetos especiais nas áreas de atuação do TCE/BA;
- aquisição, modernização, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos do TCE/BA;
- realização de concursos públicos para ingresso no TCE/BA;
- cooperação em projetos com o objetivo precípua de desenvolver ações de aprimoramento das modernas práticas internacionais de auditoria.

Conforme artigo 276 da Resolução n.º 98/2006, o Conselho Deliberativo do Fundo utilizará a estrutura administrativa do Tribunal de Contas para a materialização de suas atividades, contando com as seguintes funções: Supervisão Administrativa, Supervisão de Execução Orçamentária-Financeira e Supervisão Operacional.

II CONTROLE EXTERNO**1 PROCESSOS AUTUADOS**

A Tabela 2 apresenta, a seguir, a quantidade de processos autuados no segundo trimestre de 2012:

Tabela 2 – Processos autuados

NATUREZA	QUANTIDADE
	2º Trimestre
Prestação de Contas de Administrador e/ou Ordenador de Despesa	79
Tomada de Contas de Administrador e/ou Ordenador de Despesa	-
Relatório de Atividades de Secretário de Estado	30
Prestação de Contas do Governo	1
Recurso	265
Embargos de Declaração	-
Matéria Administrativa	6
Auditoria e Inspeção	13
Consulta	5
Denúncia	9
Aposentadoria	2.527
Admissão de Pessoal	37
Transferência para Reserva e Reforma	700
Pensão Especial e Previdenciária	11
Despesa de Caráter Sigilo	-
Tomada de Contas – Prefeituras, Entidades e Instituições	11
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas Rec. Est. Atrib. A Ent. E Instit.	55
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas Rec. Est. Atrib. A Municípios	107
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas – Adiantamento	7
Convênio	-
Contrato	-
Reclamação	6
Acompanhamento de Licitação	-
TOTAL	3.869

Fonte: Secretaria Geral/SEGIN.

Cabe ressaltar que do total de 3.869 processos autuados no segundo trimestre 65,32% foram de aposentadoria.

2 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS CÂMARAS

As competências constitucionais e legais conferidas ao Tribunal de Contas concretizam-se com as decisões do Tribunal Pleno e das Câmaras, obedecendo ao que preceituam, respectivamente, os artigos 4º e 5º do seu Regimento Interno.

As deliberações do Tribunal Pleno e das Câmaras formalizam-se, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, em acórdão, resolução, provimento e parecer prévio.

Os acórdãos representam deliberações de caráter jurisdicional para as matérias julgadas pelo Tribunal Pleno. As resoluções são representativas das apreciações, pelo Tribunal Pleno, de auditorias e inspeções, consultas, reclamações, denúncias, dentre outras, e também das decisões das Câmaras.

Durante o segundo trimestre de 2012, foram realizadas 22 sessões ordinárias e 26 sessões das Câmaras, sendo 13 da Primeira e 13 da Segunda Câmara. O Tribunal Pleno e as Câmaras apreciaram e julgaram, neste trimestre, 1.936 processos, além de 13 moções.

A Tabela 3 sintetiza o quantitativo de acórdãos e resoluções proferidos em processos incluídos em pauta, no segundo trimestre de 2012:

Tabela 3 – Acórdãos e resoluções

COLEGIADO	2º TRIMESTRE	
	Acórdão	Resolução
Tribunal Pleno	46	25
Primeira Câmara	-	1.828
Segunda Câmara	-	37
TOTAL	46	1.890

Fonte: Secretaria Geral.

As deliberações do Tribunal, assim como as atas das sessões, podem ser acessadas em: <http://www.tce.ba.gov.br>.

2.1 DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO

Nas 22 sessões ordinárias realizadas pelo Tribunal Pleno, durante o segundo trimestre de 2012, foram apreciados/julgados 71 processos de matérias de sua competência, além de 13 moções, conforme demonstrado na Tabela 4, onde constam todas as matérias apreciadas/julgadas pelo Tribunal Pleno:

Tabela 4 – Matéria apreciada/julgada pelo Tribunal Pleno

NATUREZA	QUANTIDADE
	2º Trim.
Prestação de Contas	5
Relatório de Atividades	4
Recurso/Embargo ⁽¹⁾	39
Auditoria/Inspeção	5
Matéria Administrativa	5
Reclamação	7
Denúncia	3
Consulta	3
SUBTOTAL	71
Moções	13
TOTAL	84

Fonte: Secretaria Geral.

Nota (1): Dos processos de recursos, dois são relativos a diligências.

O Gráfico 1 representa a distribuição percentual dos processos e demais matérias apreciadas pelo Tribunal Pleno no segundo trimestre, por natureza:

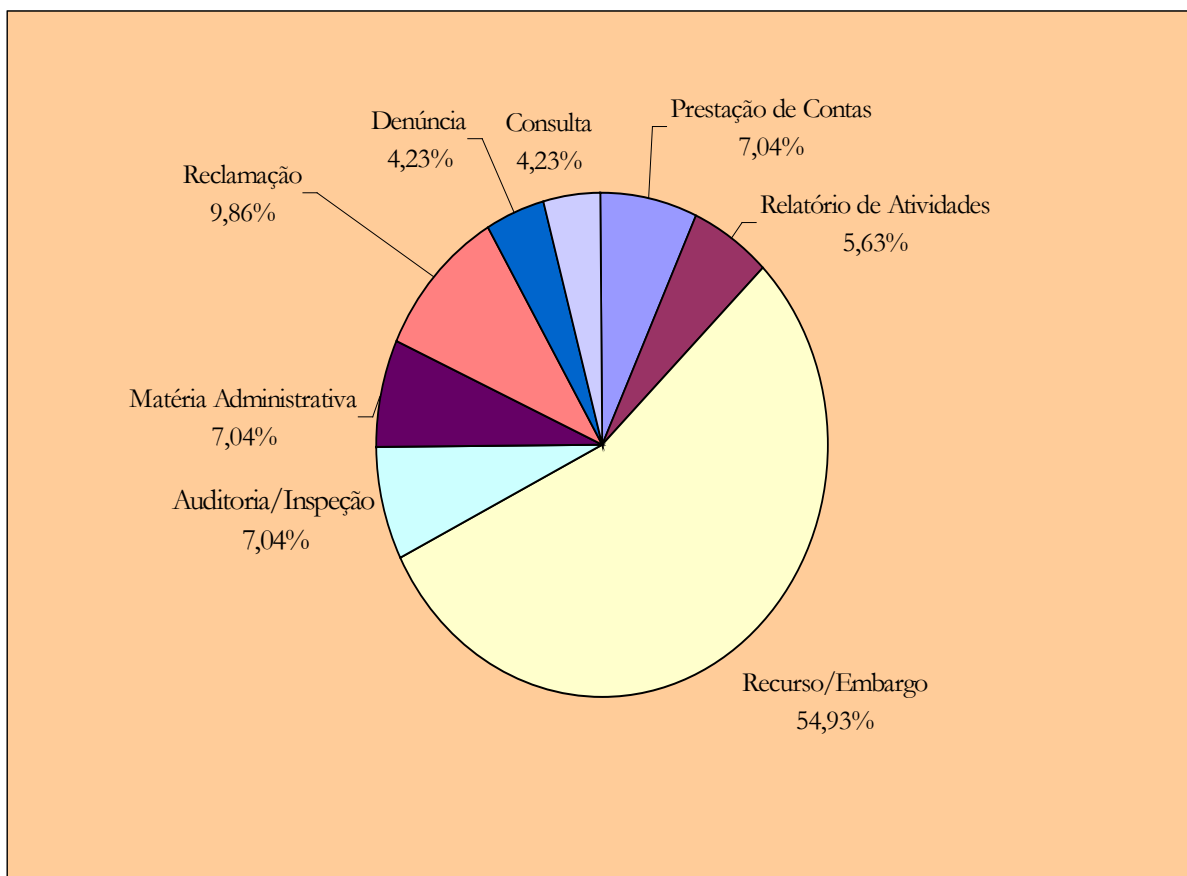


Gráfico 1 – Natureza das matérias apreciadas/julgadas

2.1.1 Processos julgados/apreciados

As decisões do Tribunal de Contas referem-se, dentre outros, aos processos de prestação de contas, auditoria e inspeção. Nestes, o Tribunal realiza exames de várias naturezas – financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, operacional etc. –, incluindo as auditorias em programas e sistemas governamentais, projetos co-financiados com recursos externos e na receita pública do Estado.

A Tabela 5 demonstra as decisões plenárias em matéria de prestação de contas de ordenadores de despesa, administradores e relatórios de atividades de Secretários de Estado, recursos, auditorias/inspeções, consultas, reclamações e denúncias, durante o segundo trimestre de 2012. Ressalte-se que na referida tabela não estão relacionadas as decisões sobre matérias administrativas nem as moções.

Tabela 5 – Decisões do Tribunal Pleno

DECISÃO	MATÉRIA							
	PRESTAÇÃO DE CONTAS	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	RECURSO	AUDITORIA/INSPEÇÃO	CONSULTA	RECLAMAÇÃO	DENÚNCIA	TOTAL
Aprovação	1	-	-	-	-	-	-	1
Aprovação c/ recomendação e/ou ressalva	9	4	-	-	-	-	-	13
Aprovação c/ recomendação e/ou ressalva e multa	6	-	-	-	-	-	-	6
Desaprovação c/ resp. financ. e multa	-	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovação	-	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovação c/ multa	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem baixa de responsabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Conhecimento	-	-	-	-	1	-	-	1
Não-conhecimento	-	-	16	-	2	4	1	23
Provimento	-	-	6	-	-	-	-	6
Não-Provimento	-	-	12	-	-	2	1	15
Processar revisão de ofício	-	-	1	-	-	-	-	1
Provimento Parcial	-	-	2	-	-	-	-	2
Arquivamento	-	-	-	-	-	1	1	2
Decisão Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Rejeição	-	-	-	-	-	-	-	-
Improcedência	-	-	-	-	-	-	-	-
Diligência	-	-	2	-	-	-	-	2
Anexar prestação de contas	-	-	-	5	-	-	-	5
TOTAL	16	4	39	5	3	7	3	77

Fonte: Secretaria Geral.

2.1.2 Prestações de contas e outras auditorias

2.1.2.1 Prestações de contas

Das 5 prestações de contas julgadas no segundo trimestre, 1 processo refere-se à administração indireta e 4 à administração direta do Estado (gerando 16 decisões, apresentadas na Tabela 5 e nos Quadros 1 e 2, por força da sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta em exames conjuntos⁴).

Quadro 1 – Prestações de contas da administração direta julgadas

ÓRGÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO
2º TRIMESTRE		
Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) <i>12 decisões</i>	Diretoria Geral (DG) Diretoria Administrativa (DIRAD) Superintendência de Gestão Pública (SGP) Superintendência de Serviços Administrativos (SSA) Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC) Superintendência de Recursos Humanos (SRH) Coordenação de Tecnologias Aplicadas à Gestão Pública (CTG) Coordenação Central de Licitação (CCL) Assessoria de Comunicação (ASCOM) Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (FUNSERV) Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (FUNPREV) Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (BAPREV)	2008
Defensoria Pública do Estado (DPE) <i>1 decisão</i>	Diretoria Geral (DG)	2008
Diretoria Geral e Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado <i>1 decisão</i>	---	2009
Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) <i>1 decisão</i>	Diretoria Geral (DG)	2007

Fonte: Secretaria Geral.

Quadro 2 – Prestações de contas da administração indireta julgadas

ENTIDADE	EXERCÍCIO
2º TRIMESTRE	
Companhia de Gás da Bahia S/A (BAHIAGÁS)	2009

Fonte: Secretaria Geral.

⁴ O quantitativo considera a sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta, instituída pela Resolução n.º 63/2003.

Devido à sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta, o julgamento/apreciação dos 5 processos de prestação de contas supracitados (incluindo administração direta e indireta) gerou 16 decisões, relacionadas na Tabela 5, sendo 1 pela aprovação na íntegra, 9 pela aprovação com recomendação e/ou ressalva e 6 pela aprovação com recomendação e/ou ressalva e multa.

Foram também apreciados/julgados 4 Relatórios de Atividades de secretarias e outros órgãos, quais sejam:

Quadro 3 – Relatórios de Atividades apreciados/julgados

ÓRGÃO	EXERCÍCIO	DELIBERAÇÃO
2º TRIMESTRE		
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN)	2008	Aprovado com recomendações e ressalvas
Casa Civil	2008	Aprovado com ressalvas
Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SECULT)	2004	Aprovado com ressalvas
Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária (SEINP)	2010	Aprovado com ressalvas

Fonte: Secretaria Geral.

As prestações de contas e os relatórios de atividades julgados no segundo trimestre de 2012 encontram-se relacionados no Apêndice A deste Relatório, onde constam: número do processo, entidade/órgão/unidade, exercício, Conselheiro Relator, Conselheiro Revisor e deliberação.

2.1.2.2 Auditorias/inspeções

Atendendo ao que preceitua o art. 53, § 1º, da Resolução Regimental n.º 012/1993, do TCE/BA, foram apreciadas, no segundo trimestre de 2012, 5 auditorias/inspeções, conforme relacionado a seguir:

Quadro 4 – Auditorias/inspeções apreciadas

ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE/PROGRAMA/PROJETO	TOTAL
2º TRIMESTRE	
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ)	5
Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT)	
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)	
Superintendência de Gestão Prisional	
Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA)	
Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)	
Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA)	
Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA)	
Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA)	
Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF)	
Inspetoria de Finanças (IF)	
Relatório de Gestão Fiscal	
1º Quadrimestre de 2012	

Fonte: Secretaria Geral.

As deliberações acerca dessas auditorias/inspeções estão descritas no Apêndice B deste Relatório, onde estão evidenciados: número do processo, entidade/órgão/unidade/programa/projeto, Conselheiro Relator e deliberação.

2.1.3 Consultas e denúncias

2.1.3.1 Consultas

As consultas formuladas e devidamente fundamentadas pelos chefes de Poder, dirigentes dos sistemas de controle interno de cada Poder, Secretários de Estado, dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativas a matérias de competência deste Tribunal, têm prioridade de instrução pelos órgãos técnicos e de apreciação pelo Tribunal Pleno sobre as demais matérias da pauta da sessão. As decisões proferidas pelo Tribunal têm caráter normativo e força obrigatória, importando em prejulgamento. Durante o segundo trimestre de 2012 foram apreciados 3 processos de consulta.

Processo: TCE/000919/2012**Consulente:** Rui Moraes Cruz**Resolução:** 022/2012

Deliberação: Por maioria de votos, pela admissibilidade da Consulta e, no mérito, responder ao Consulente nos seguintes termos: a) Conforme entendimento jurisprudencial atualmente prevalecente (nova redação da Súmula n.º 331, item V, do TST), o mero inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa terceirizada não enseja a automática responsabilidade subsidiária da Administração Pública contratante, sendo necessária a demonstração de sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei Federal n.º 8666, de 21/06/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora; b) Após a rescisão do contrato administrativo de prestação de serviços, não sendo mais possível a localização da empresa contratada para regular faturamento dos serviços efetivamente prestados e não pagos, a Administração Pública poderá utilizar os valores devidos à empresa terceirizada para fins de pagamento direto de seus empregados, mediante Termo de Acordo Extrajudicial celebrado com a intermediação do Ministério Público do Trabalho e do Sindicato dos Empregados, desde que restem inequivocadamente apurados em processo administrativo, de forma cumulativa, (1) a concorrência culposa do Estado para o inadimplemento das obrigações trabalhistas, de modo a atrair a sua responsabilidade solidária, nos termos da Súmula n.º 331, item V, do TST; (2) a existência e a titularidade de cada crédito trabalhista alegado, o que pressupõe a comprovação de que o postulante do crédito prestou efetivamente serviços à Administração Pública, na condição de empregado da empresa terceirizada, sem receber a contraprestação pecuniária devida; (3) o valor exato de cada crédito trabalhista a ser adimplido; c) caso não sejam atendidos os pressupostos descritos na alínea anterior, o Estado não poderá, por meio de acordo extrajudicial, utilizar os valores devidos à empresa terceirizada, sem a sua anuência, para o pagamento direto das obrigações trabalhistas por esta contraídas.

Processo: TCE/000613/2012**Consulente:** José Gonzaga Batista da Silva**Resolução:** 032/2012

Deliberação: À unanimidade, não conhecer da Consulta, em virtude da Autoridade Consulente não ter a competência legal, conforme normas deste TCE para exercê-la.

Processo: TCE/001957/2012**Consulente:** Cláudio Freitas**Resolução:** 036/2012

Deliberação: À unanimidade, não conhecer da Consulta, em face do Consulente não estar enquadrado nas normas legais deste TCE entre as autoridades competentes para formular tal pleito.

2.1.3.2 Denúncias

A qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é permitido apresentar denúncia sobre irregularidades referindo-se a administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração. As denúncias devem ser circunstanciadas com a indicação precisa dos atos e fatos apontados e dos indícios a que se referem as ilegalidades e irregularidades. No segundo trimestre de 2012, foram apreciados 3 processos de denúncia.

Processo: TCE/001260/2011**Relator:** Cons. França Teixeira**Denunciado:** Eduardo Salles – Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)**Deliberação:** À unanimidade, não conhecer a Denúncia, por não preencher os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 31 e 32 da Lei Orgânica deste TCE, determinando a remessa de cópia dos autos à CCE competente para subsidiar o exame das despesas com publicidade nas auditorias relacionadas à SEAGRI.**Processo: TCE/000073/2011****Relator:** Cons. Pedro Lino**Denunciado:** Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (PRODEB)**Deliberação:** À unanimidade, conhecer e julgar pela improcedência a presente Denúncia, determinando o seu arquivamento.**Processo: TCE/003805/2011****Relator:** Cons. Filemon Matos**Denunciado:** Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP)**Deliberação:** À unanimidade, conhecer do feito, em razão da presença dos pressupostos de admissibilidade fixados nos arts. 31 e 32 da Lei Complementar n.º 005/1991, julgando improcedente a Denúncia, com fulcro no art. 190 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, uma vez que a própria contratada deu causa ao atraso no pagamento, não tendo sido comprovado qualquer comportamento irregular ou lesivo por parte da Secretaria da Segurança Pública, na condução do processo de pagamento da nota fiscal n.º 158, emitida pela empresa denunciante.

2.1.4 Resoluções Normativas

As resoluções de caráter normativo referem-se a disciplinamento de matéria sujeita à jurisdição do Tribunal, funcionamento e aprovação de regimento interno, além de matéria de natureza administrativa.

No segundo trimestre de 2012, foram aprovadas as seguintes resoluções normativas:

- Resolução n.º 013/2012, de 10/04/2012, sobre normas de agrupamento para fins de instrução e julgamento das contas consolidadas da administração pública estadual direta;
- Resolução n.º 029/2012, de 05/06/2012, sobre o encaminhamento da relação emitida, em conformidade com o cadastro de responsáveis com contas desaprovadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível deste TCE, ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral (TRE/BA) e à Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia;
- Resolução n.º 038/2012, de 26/06/2012, sobre o Plano Operacional do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para a Auditoria (CEDASC), para o exercício de 2012.

2.2 CÂMARAS

No segundo trimestre de 2012, a Primeira e a Segunda Câmaras apreciaram e julgaram 1.865 processos, conforme destacado na Tabela 6:

Tabela 6 – Processos apreciados/julgados pelas Câmaras

CÂMARA/ NATUREZA DO PROCESSO	QUANTIDADE
	1º Trim.
PRIMEIRA CÂMARA	1.828
Aposentadoria	1.466
Pensão Especial (concedendo registro)	11
Atos de Admissão de Pessoal (registro)	26
Atos de Admissão de Pessoal (arquivamento/negando registro)	5
Transferência para Reserva	280
Reforma	40
Diligência Externa	-
SEGUNDA CÂMARA	37
Prest. Contas Rec. Est. Atribuídos a Entidades e Instituições	22
Prest. Contas Rec. Estaduais Atribuídos a Municípios	14
Contas de Resp. por Adiantamento	1
Acompanhamento de Licitação	-
Contrato	-
Convênio	-
TOTAL	1.865

Fonte: Secretaria Geral.

2.2.1 Decisões da Primeira Câmara

Os 1.466 processos de aposentadoria apreciados/julgados pela Primeira Câmara no segundo trimestre representam 80,2% do total de 1.828 processos, sendo 1.118 considerados em conformidade com a lei; 53 legais ressalvada parcela referente ao adicional por tempo de serviço; 251 legais ressalvada parcela referente às Condições Especiais de Trabalho (CET); e 44 legais acolhendo a composição do órgão de origem e conferindo registro aos cálculos ratificados pela 6ª CCE.

2.2.2 Decisões da Segunda Câmara

Das prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios, 71,6% foram aprovadas (35,8% aprovadas com ressalva e/ou recomendação e 35,8% aprovadas na íntegra).

Ainda em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios: 7,1% foram arquivadas; 7,1% foram desaprovadas com multa; 7,1% foram convertidas em diligência e 7,1% tiveram decisão interna.

Em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições, 95,5% foram aprovadas (45,5% aprovadas com ressalva e/ou recomendação e 50,0% aprovadas na íntegra).

Ainda em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições, 4,5% tiveram decisão interna.

Das prestações de contas de responsável por adiantamento, 100,0% foram desaprovadas com débito.

No segundo trimestre de 2012, não foram apreciados/julgados contratos e convênios.

Na Tabela 7 estão apresentados os resultados dos julgamentos da Segunda Câmara por natureza do processo:

Tabela 7 – Decisões da Segunda Câmara

RESULTADO DE JULGAMENTO	MATÉRIA						TOTAL
	CONTAS RESP. ADIANTAMENTO	REC. EST. ATRIB. A ENTIDADE E INSTITUIÇÃO	REC. EST. ATRIB. A MUNICÍPIOS	ACOMP. LICITAÇÃO	CONTRATO	CONVÊNIO	
Aprovado	-	11	5	-	-	-	16
Aprov. C/ ressalva e/ou recomendação	-	10	5	-	-	-	15
Aprovado c/ multa	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovado c/ débito e multa	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovado c/ débito	1	-	-	-	-	-	1
Desaprovado c/multa	-	-	1	-	-	-	1
Desaprovado	-	-	-	-	-	-	-
Diligência	-	-	1	-	-	-	1
Débito	-	-	-	-	-	-	-
Arquivado	-	-	1	-	-	-	1
Regular	-	-	-	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-	-	-	-
Iliquídáveis	-	-	-	-	-	-	-
Decisão interna	-	1	1	-	-	-	2
TOTAL	1	22	14	-	-	-	37

Fonte: Secretaria Geral.

3 CONDENAÇÕES E SANÇÕES APLICADAS

O Tribunal de Contas julga quite, em crédito ou em débito o responsável por prestação ou tomada de contas. Havendo débito, condena o responsável ao recolhimento aos cofres públicos das parcelas impugnadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, podendo ainda aplicar-lhe multa.

As condenações e sanções aplicadas no segundo trimestre de 2012 estão apresentadas na Tabela 8.

O Tribunal de Contas julga quite, em crédito ou em débito o responsável por prestação ou tomada de contas. Havendo débito, condena o responsável ao recolhimento aos cofres públicos das parcelas impugnadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, podendo ainda aplicar-lhe multa.

As condenações e sanções aplicadas no segundo trimestre de 2012 estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Condenações e sanções aplicadas

Em R\$1,00

NATUREZA	QUANT.		DÉBITO	MULTA	TOTAL
	(A)	(B)			
Prestação de Contas de Ordenador de Despesas	1	5	-	5.000,00	5.000,00
Prestação de Contas de Administrador	1	1	-	1.000,00	1.000,00
Recurso	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	1	1	2.960,00	-	2.960,00
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	-	-	-	-	-
TOTAL	3	7	2.960,00	6.000,00	8.960,00

Fonte: Secretaria Geral.

Notas:

(A) – Quantitativo de processos.

(B) – Quantitativo de responsáveis.

As condenações e sanções recolhidas no segundo trimestre de 2012 estão apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 – Condenações e sanções recolhidas Em R\$ 1,00

NATUREZA	QUANT.		DÉBITO	MULTA	TOTAL
	(A)	(B)			
Prestação de Contas de Ordenador de Despesas	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Administrador	3	4	-	8.312,63	8.312,63
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	1	1	26,06	87,47	113,53
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Instituições	3	3	-	993,14	993,14
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	8	8	-	6.895,24	6.895,24
TOTAL	15	16	26,06	16.288,48	16.314,54

Fonte: Secretaria Geral.

Notas:

(A) – Quantitativo de processos.

(B) – Quantitativo de responsáveis.

4 ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA

4.1 PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA DE 2012

Os trabalhos auditoriais a cargo das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) são distribuídos de acordo com as áreas de atuação dos órgãos/entidades jurisdicionados. Dessa forma, tem-se a configuração apresentada no Quadro 5 para as unidades do TCE/BA responsáveis pela realização das auditorias nos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta⁵:

Quadro 5 – Áreas de atuação das CCEs

1ª CCE	2ª CCE	3ª CCE	4ª CCE	5ª CCE	6ª CCE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
SEINFRA	SESAB	SEFAZ	SSP	SETRE	SAEB
SEDUR	SICM	SJCDH	PM/BA	SEDES	Casa Civil
SERIN	SEINP	SEAP	SEDIR	SEC	Casa Militar
TJ		SEPLAN	MP	IAT/SEC	Gab. Governador
SECTI		SETUR	SEMARH	SECOPA	Gab. Vice-Governador
		SEAGRI	Assembleia Legislativa (ALBA)		DPE
			PGE		SEPROMI
					SECULT
					SPM
					SECOM
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
SEINFRA	SESAB	SEFAZ	SEDIR	SETRE	SAEB
AGERBA ⁽¹⁾	HEMOBA ⁽²⁾	DESENBÁHIA ⁽³⁾	CAR ⁽⁵⁾	SUDES ⁽¹⁾	PRODEB ⁽⁴⁾
DERBA ⁽¹⁾	SICM	URBIS ⁽⁵⁾	SEMARH	MAUÁ ⁽¹⁾	DETRAN ⁽¹⁾
BAHIAGÁS ⁽⁴⁾	IBAMETRO ⁽¹⁾	SEPLAN	CERB ⁽⁴⁾	SEDES	FUNSERV ⁽⁶⁾
SEDUR	CIS ⁽¹⁾	SEI ⁽¹⁾	INEMA ⁽¹⁾	FUNDAC ⁽²⁾	FUNPREV ⁽⁶⁾
CONDER ⁽⁵⁾	JUCEB ⁽¹⁾	SETUR		SEC	CASA CIVIL
EMBASA ⁽⁴⁾	SUDIC ⁽¹⁾	BAHIATURSA ⁽⁴⁾		UNEB ⁽¹⁾	EGBA ⁽⁵⁾
SUCAB ⁽¹⁾	CBPM ⁽⁴⁾	SEAGRI		UEFS ⁽¹⁾	SECULT
TJ	EBAL ⁽⁵⁾	EBDA ⁽⁵⁾		UESC ⁽¹⁾	IPAC ⁽¹⁾
IPRAJ ⁽¹⁾		ADAB ⁽¹⁾		UESB ⁽¹⁾	FUNCEB ⁽²⁾
FAJ ⁽⁶⁾		BAHIAPESCA ⁽⁴⁾			FPC ⁽²⁾
SECTI					SECOM
FAPEB ⁽²⁾					IRDEB ⁽²⁾
TCE					
CEDASC ⁽¹⁾					

Fonte: SUTEC/SECON.

- (1) Autarquia.
- (2) Fundação.
- (3) Agência de Fomento (Sociedade de Economia Mista).
- (4) Sociedade de Economia Mista.
- (5) Empresa Pública.
- (6) Fundo.

⁵ O Quadro 5 está de acordo com as alterações constantes da Resolução n.º 060/2011 deste TCE/BA, de 16/08/2011, tendo em vista as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011.

No segundo trimestre de 2012, encontravam-se sob exame pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) 22 prestações de contas de ordenadores de despesa e 35 prestações de contas de administradores. Foram instruídos 154 processos de prestação de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades, ONGs ou municípios e 7 processos de prestação de contas de responsáveis por adiantamento. Ademais, foram instruídas 30 diligências de diversas naturezas (encontram-se outras 15 em instrução) e 6 denúncias (encontrando-se outras 4 em instrução).

Encontravam-se em instrução no trimestre: 11 Prestações de Contas/Relatórios de Atividades de Secretários de Estado, 1 auditoria relativa aos exames do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁶, 2 auditorias de obras públicas e 1 auditoria especial.

Foram instruídos até o final do trimestre, 2.610 processos relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma e transferência para reserva.

Na Tabela 10 está apresentado, de forma resumida, o quantitativo de processos instruídos, em fase de instrução e a instruir, no encerramento do segundo trimestre de 2012:

⁶ Conforme discriminado no “Quadro 10 – Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF”.

Tabela 10 – Instrução de processos/auditorias pelas CCEs

NATUREZA	INSTRUÍDOS	EM INSTRUÇÃO	A INSTRUIR	TOTAL
AUDITORIAS DE REGULARIDADE				
Prestação de Contas de Governo	1	-	-	1
Relatório de Atividades de Secretário de Estado	1	11	17	29
Prestação de Contas de Ordenador de Despesa	11	22	3	36
Prestação de Contas de Administrador	10	35	2	47
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF ⁽¹⁾	1	1	1	3
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	-	-	9	9
Auditoria de Obras Públicas	-	2	-	2
Auditoria de Despesa com Pessoal	-	-	2	2
Acompanhamento das Licitações, Contratos e Convênios	1	-	11	12
Cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM)	-	-	1	1
Despesa de Caráter Sigiloso	-	-	2	2
Tomada de Contas	-	-	5	5
Prestação de Contas Rec. Estad. Atrib. A Entidades/ONGs ou Municípios	154	368	919	1.441
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	7	21	83	111
Auditoria em Projetos Co-financiados com Recursos Externos	8	-	1	9
Auditoria Especial	-	1	1	2
Contratos de Gestão	29	-	-	29
Consulta	-	1	-	1
Termo de Convênio	-	-	2	2
Termo de Contrato	-	1	1	2
Recurso de Apelação ou de Revisão	-	-	1	1
ATOS DE PESSOAL				
Admissão de Pessoal	78	-	-	78
Aposentadoria, Pensão, Reforma, Transferência para Reserva	2.532	-	-	2.532
DENÚNCIAS E DILIGÊNCIAS				
Denúncias	6	4	7	17
Diligências	30	15	15	60
AUDITORIAS OPERACIONAIS				
Auditoria Operacional Ambiental	-	-	-	-
Auditoria Operacional em Programas Governamentais	-	-	3	3
Auditoria Operacional em Órgãos e Entidades	1 ⁽²⁾	-	4	5
TOTAL	2.870	482	1.090	4.442

Fontes: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP)/Secretaria Geral Informatizada (SEGIN)/Coordenadorias de Controle Externo (CCEs).

Notas:

(1) As auditorias realizadas em 2011, relativas aos exames da Lei de Responsabilidade Fiscal (totalizando 12 ordens de serviço), são agrupadas em três relatórios quadrimestrais.

(2) Auditoria operacional na Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) concluída em 2012, referente à programação de auditoria do exercício de 2011.

4.1.1 Auditoria em projetos co-financiados com recursos externos

Em atendimento ao convênio firmado com a Controladoria Geral da União (CGU), através da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), bem como ao Termo de Referência específico do Contrato de Empréstimo no qual o Estado da Bahia é mutuário, o Tribunal vem auditando projetos de investimentos co-financiados por organismos internacionais.

Estão relacionados no Quadro 6 os Contratos e Acordos de Empréstimo, assim como os Acordos de Doação, cujas auditorias integraram o programa de trabalho das CCEs para 2012:

Quadro 6 – Auditorias em projetos co-financiados com recursos externos Em US\$1.00

CONTRATO/ACORDO DE EMPRÉSTIMO	VALOR TOTAL	CCE
Contrato de Empréstimo BIRD 7.411-BR – Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (PREMAR)	186,000,000	1ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.738/OC –BR – Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia (PROGREDIR)	16,667,000	1ª
Contrato de Empréstimo BIRD n.º 7.344 –BR – Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia – Viver Melhor II	82,160,000	1ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.727/OC-BR – Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II) – referente ao 2º semestre de 2010	24,000,000	3ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.727/OC –BR – Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II) – referente ao 1º semestre de 2011	24,000,000	3ª
Acordo de Empréstimo BIRD n.º 7.327-BR – Projeto de Redução da Pobreza Rural da Bahia (PRODUZIR III)	75,000,000	4ª
Acordo de Empréstimo FIDA 696 – BR – Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas Mais Carentes do Estado da Bahia (PRODECAR)	60,000,000	4ª
Acordo de Doação BIRD TF 090274 – Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga – Mata Branca	23,060,000	4ª
Acordo de Doação BIRD TF 093842 – Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Povos Tradicionais	877,617	4ª

Fontes: Gerências de Auditoria e Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

O estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados com recursos de acordos de empréstimo e doações e seus respectivos objetivos encontram-se evidenciados no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados

OS	ÓRGÃO/ ENTIDADE	OBJETIVO	ESTÁGIO
SGA 35/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto Mata Branca, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do contrato de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 36/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Povos Tradicionais, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do contrato de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 37/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Acordo de Empréstimo n.º 696-BR-PRODECAR, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do acordo de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 38/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Acordo de Empréstimo n.º 7.732-BR-PRODUZIR III, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do acordo de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 46/12	SECTI DG/UGP	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras, a aplicação dos recursos, atentando para a eficiência do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BID e legislação aplicável.	Concluída 1ª CCE
SGA 47/12	SEDUR CONDER	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto de Desenvolvimento Integrado em áreas Carentes no Estado da Bahia e a conformidade das despesas com as normas e exigências do BIRD, além de avaliar o seu desempenho, quanto aos aspectos de economia, eficiência e eficácia.	Concluída 1ª CCE
SGA 49/12	SEINFRA DERBA	Auditoria do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (PREMAR).	Concluída 1ª CCE
SGA 68/12	SEFAZ	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras e a aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo n.º 1727/OC-BR, referentes ao exercício de 2011, atentando para a eficácia do Programa, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BIRD e da legislação aplicável.	Concluída 3ª CCE
-	SEFAZ	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras e a aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo n.º 1727/OC-BR, referentes ao 1º semestre de 2012, atentando para a eficácia do Programa, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BIRD e da legislação aplicável.	Não iniciada 3ª CCE

Fontes: Gerências de Auditoria e os Sistemas SGP e SGA.

4.1.2 Auditoria operacional

A programação de auditoria do exercício de 2012 previu a realização de 7 auditorias operacionais, conforme disposto no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Estágio de execução das auditorias operacionais

OS	NATUREZA DA AUDITORIA OPERACIONAL	PROGRAMA/ÓRGÃO/ENTIDADE	ESTÁGIO
-	Programa Governamental	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA)	Não iniciada
-	Programa Governamental	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)	Não iniciada
-	Programa Governamental	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES)	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Polícia Militar da Bahia (PM/BA) – Departamento de Pessoal	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP)	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (SEMARH)	Não iniciada

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

Nota:

Foi concluída, em 2012, auditoria operacional na Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), referente à programação de auditoria do exercício de 2011.

4.1.3 Acompanhamento de licitações, contratos e convênios

Foram previstas, para o exercício 2012, 12 auditorias relativas ao acompanhamento de licitações, contratos e convênios, cujos estágios de execução estão evidenciados no Quadro 9.

Quadro 9 – Estágio de execução do acompanhamento de licitações, contratos e convênios

OS	PROGRAMA/ENTIDADE	ESTÁGIO
-	Tribunal de Justiça do Estado Bahia (TJ/BA)	Não iniciada
-	Mobilidade Urbana – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR)	Não iniciada
-	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM)	Não iniciada
-	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR (2 auditorias)	Não iniciadas
-	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (DESENBAHIA)	Não iniciada
-	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA)	Não iniciada
-	Empresa de Turismo do Estado da Bahia S/A (BAHIATURSA)	Não iniciada
-	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)	Não iniciada
-	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB (2 auditorias)	Não iniciadas
SGA 57/12	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB (1 auditoria)	Concluída

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

4.1.4 Auditoria sobre o cumprimento das normas da LRF

Com a finalidade de realizar auditorias para verificar o atendimento às exigências da Lei Complementar n.º 101/2000, a denominada “Lei de Responsabilidade Fiscal” (LRF), encontram-se previstas as auditorias relacionadas na sequência, cujos estágios de realização estão destacados no Quadro 10:

Quadro 10 – Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF ⁽¹⁾

COORDENADORIA	PRODUTO	ESTÁGIO
3ª CCE	LRF – 3º Quadrimestre 2011	Concluída
3ª CCE	LRF – 1º Quadrimestre 2012	Em instrução
3ª CCE	LRF – 2º Quadrimestre 2012	Não iniciada
6ª CCE	LRF – 3º Quadrimestre 2011	Concluída
6ª CCE	LRF – 1º Quadrimestre 2012	Não iniciada
6ª CCE	LRF – 2º Quadrimestre 2012	Não iniciada

Fontes: Gerências de Auditoria e Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

Nota:

As auditorias previstas para realização em 2012, referentes aos exames da LRF (totalizando doze ordens de serviço), foram agrupadas em três relatórios quadrimestrais, conforme explicitado na Tabela 10.

4.1.5 Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A programação de auditoria do exercício de 2012 previu a realização de 9 auditorias de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, consoante o Quadro 11 a seguir:

Quadro 11 – Estágio de execução do acompanhamento da execução orçamentária e financeira

OS	ÓRGÃO/ENTIDADE	ESTÁGIO
-	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)	Não iniciada
-	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) – 2 auditorias programadas	Não iniciadas
-	Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC)	Não iniciada
-	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	Não iniciada
-	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	Não iniciada
-	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)	Não iniciada
-	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)	Não iniciada
-	Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)	Não iniciada

Fontes: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

III DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Em razão da aposentadoria do Cons. Manoel Castro:

- o referido Conselheiro foi condecorado com a Medalha do Mérito Ruy Barbosa, honraria máxima concedida pelo TCE/BA, em sessão especial do Tribunal Pleno presidida pelo Cons. Zilton Rocha e realizada em 26/04/2012,
- o auditor jurídico Sérgio Spector assumiu, provisoriamente, a vaga de Conselheiro, tomando posse no dia 03/05/2012;
- o Cons. Filemon Matos foi eleito Corregedor do TCE/BA, na sessão plenária de 03/05/2012, em face da vacância do mencionado cargo, em complementação ao mandato relativo ao biênio 2012-2013;
- Inaldo da Paixão Santos Araújo foi nomeado Conselheiro do TCE/BA, em 24/05/2012, pelo Governador em exercício do Estado da Bahia, mediante Decreto publicado no DOE de 25/05/2012, tomando posse do cargo em solenidade ocorrida em 28/05/2012, aberta pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, na presença de diversas autoridades.

2 CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2011

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) realizou, no dia 02/02/2012, sua primeira sessão plenária ordinária do ano de 2012, presidida pelo Cons. Zilton Rocha, com a presença dos Cons. Ridalva Figueiredo (Vice-Presidente), Manoel Castro (Corregedor), Filemon Matos, França Teixeira, Pedro Lino e Antonio Honorato.

Nessa oportunidade, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno do TCE/BA, a Conselheira Vice-Presidente, Ridalva Figueiredo, foi indicada Relatora das Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia, referentes ao exercício de 2011.

Em 12/06/2012, dentro do prazo regimental, a Conselheira Vice-Presidente, Ridalva Figueiredo, apresentou o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2011, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA decidiu emitir Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos.

Em 18/06/2012, foi realizada a entrega do processo referente às Contas Governamentais/2011 ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, juntamente com os Conselheiros Ridalva Figueiredo, Filemon Matos e Inaldo Araújo.

3 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

3.1 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Seminário “Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação”

A Lei de Acesso à Informação é um poderoso instrumento de cidadania, mas, para que ela tenha efeito e seja, de fato, um canal de transparência para a sociedade, é preciso que os Tribunais de Contas do País qualifiquem os servidores e fortaleçam seus núcleos de tecnologia, comunicação e ouvidoria. Essa ideia permeou as exposições e os debates no primeiro dia do Seminário “Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação”, promovido, dias 31/05 e 01/06/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), em Palmas/TO.

O Encontro objetivou: aprofundar os conhecimentos sobre a Lei Federal n.º 12.527; debater as peculiaridades da lei aplicada sobre o Controle Externo Brasileiro; e consolidar uma Carta de Recomendações para ser enviada aos TCs de todo o País. O seminário foi promovido pelo TCE/TO, Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e Instituto Rui Barbosa (IRB).

Estiveram presentes representantes de Tribunais de Contas de 24 estados do País, dentre eles o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e também: o Ouvidor, uma Assessora Especial da Presidência, o Assessor-chefe da Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ) e o Assessor de Comunicação, todos do TCE/BA.

No segundo dia do Seminário, os assuntos mais debatidos foram as informações custodiadas, as sigilosas e, principalmente, a disponibilização dos relatórios de auditoria. Em meio a debates e sugestões, um ponto importante foi realçado: as Ouvidorias e as Assessorias de Comunicação terão um papel fundamental na implantação do Serviço de Informação ao Cidadão, no entanto esses setores precisam se aparelhar para atender às demandas da sociedade por informação.

Assinatura de Termo de Compromisso com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, assinou, dia 15/06/2012, em Brasília/DF, Termo de Compromisso entre este TCE e o BID. No documento, estão contidas regulamentações técnicas do TCE/BA e do BID, em relação às auditorias e os projetos financiados com recursos de contratos de financiamento. Também estiveram presentes ao evento o Superintendente Técnico e o Diretor Administrativo e Financeiro do TCE/BA.

3.2 PARTICIPAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA EM EVENTOS NO ESTADO DA BAHIA

Assinatura de Convênio com o Governo do Estado da Bahia para otimizar ouvidorias

O TCE/BA e o Governo do Estado da Bahia assinaram, dia 20/04/2012, Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de otimizar a utilização do novo Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG). Outros objetivos são a articulação, a integração e o intercâmbio entre os interessados – TCE/BA e ouvidorias do Estado – visando à cooperação mútua para a concepção de suas finalidades institucionais, especialmente no âmbito das suas respectivas ouvidorias. O sistema vem facilitar a participação da sociedade no controle social e dar transparência aos atos praticados pelos gestores públicos.

II Encontro de Gestão Pública – Controle Interno e Externo do Governo

O Cons. Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, abordou o tema “Controle Externo” na abertura do II Encontro de Gestão Pública – Controle Interno e Externo do Governo realizada em 09/05/2012, no auditório da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira/BA. Durante o debate, o Cons. Zilton Rocha informou sobre como os Tribunais de Contas acompanham as políticas públicas implementadas pelos Estados.

Universitários de diversos cursos da UFRB e das demais instituições de ensino, a comunidade do Recôncavo e região e autoridades governamentais formaram o público-alvo do encontro, encerrado em 11/05/2012.

Ciclo de encontros com universidades baianas

O TCE/BA iniciou, em 14/05/2012, no auditório da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um ciclo de encontros com as universidades baianas, onde serão apresentadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) – Setor Público e as Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs). O propósito dos encontros é começar as tratativas com a comunidade acadêmica visando estabelecer uma estratégia conjunta de forma a assegurar o ensino sustentável desses normativos.

Esses encontros fazem parte do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), fruto do Acordo de Doação firmado entre o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Estado da Bahia, que objetiva o fortalecimento de três organizações subnacionais de auditoria (Tribunais de Contas), com vistas a melhorar suas auditorias e controles sobre gastos subnacionais e alavancar suas capacidades de fornecer assistência técnica e transferência de conhecimentos para outros Tribunais de Contas.

Em 14/05/2012, a palestra foi proferida pelo então Auditor Inaldo da Paixão Santos Araújo do TCE/BA sobre a evolução do controle externo no Brasil e os quatro grupos das NAGs. A maior parte do público foi formada por professores universitários.

Compuseram a mesa da apresentação o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, o Vice-diretor da Faculdade de Ciências Contábeis da UFBA, o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRC-BA) e um consultor do BIRD, doutor em Administração de Empresas.

Na avaliação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, a aproximação da Corte de Contas com as universidades é um avanço à medida em que docentes e estudantes servem de multiplicadores, levando à sociedade conhecimentos elementares sobre o funcionamento da gestão pública.

XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, foi o mediador da conferência “Controle Público: Novos Temas”, integrante do círculo de palestras do XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, que aconteceu de 23 a 25/05/2012, em Salvador/BA.

I Congresso Baiano de Controle Interno Municipal

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, participou, em 04/06/2012, do I Congresso Baiano de Controle Interno Municipal, realizado pela União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB), em Salvador/BA. No evento, houve apresentação de resultados da pesquisa “A Situação dos Sistemas de Controle Interno da Bahia” e a palestra “Como o TCM está vendo as Prestações de Contas Anuais das Prefeituras, Câmaras e Descentralizadas”. O grande tema do momento, “A Nova Lei de Acesso a Informações Públicas e Transparência”, movimentou o debate. O evento continuou no dia 05/06/2012, com nova série de palestras, dentre elas “As Condutas Vedadas aos Agentes Públicos no Período Eleitoral” e o “Papel da Controladoria do Município”.

Segundo Workshop “Parceria com a Academia”

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, fez a abertura, em 11/06/2012, do Segundo *Workshop* “Parceria com a Academia”, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista/BA. Na oportunidade, foram apresentadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) – Setor Público e as Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs). A apresentação faz parte do PROFORT, projeto implementado pelo TCE/BA, em decorrência do acordo de doação firmado entre o BIRD e o Estado da Bahia.

3.3 PROMOÇÃO DE EVENTOS INTERNOS

Encontro Técnico sobre Sistema Informatizado de Apoio à Instrução dos Atos de Pessoal

O auditor federal de controle externo e atual secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Giuberti Laranja, esteve em Salvador/BA no dia 09/04/2012 para falar de suas experiências como gestor no Encontro Técnico sobre Sistema Informatizado de Apoio à Instrução dos Atos de Pessoal.

O evento teve como objetivo apresentar aos Conselheiros que integram a 1ª Câmara do TCE/BA, aos procuradores, aos membros do Ministério Público e aos servidores que lidam diretamente com processos de atos de pessoal o sistema informatizado pelo TCU na instrução desses processos, apresentando características e vantagens, além dos bons resultados obtidos após a sua implantação. Trata-se do sistema de informática A3P, lastreado na base do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), que vem sendo utilizado há 15 anos.

Participaram do encontro os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, Manoel Castro, Corregedor do TCE/BA, e França Teixeira, além de servidores da Casa.

Instituição de Comissão para atualizar, sistematizar e consolidar normas de controle externo

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, instituiu, mediante o Ato n.º 145, de 18/04/2012, Comissão para atualizar, sistematizar e consolidar as normas de controle externo editadas por este Tribunal.

Apresentação sobre os indicadores educacionais do Estado da Bahia

O Secretário da Educação do Estado da Bahia, Osvaldo Barreto, esteve dia 19/04/2012 no Auditório Conselheiro Lafayette Pondé, no TCE/BA, onde apresentou os indicadores educacionais no estado. Acompanhado de sua equipe, o secretário mostrou os programas estruturantes que vêm sendo desenvolvidos pelo governo estadual visando melhorar os indicadores.

Para o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, a palestra foi uma oportunidade de conhecer as ações de melhoria da Educação, bem como o controle interno da respectiva Secretaria.

Curso sobre Auditoria de Fraudes

Foi ministrado o Curso de Auditoria de Fraudes de 07 a 11/05/2012, na Sala de Treinamento do TCE/BA, promovido pelo Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), Instituto Rui Barbosa (IRB) e TCE/BA, com apoio do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)/Fundo de Desenvolvimento Institucional (IDF).

O referido Curso objetivou:

- desenvolver expertise para a detecção de fraudes e desvios na execução de contratos e convênios, na aquisição de bens e serviços e na realização de pagamentos;
- estimular a visão investigativa dos principais pontos de controle, com destaque para os controles internos;
- propiciar a identificação de pontos críticos e riscos específicos relacionados à ocorrência de fraudes;
- viabilizar a utilização de técnicas específicas para identificar e detectar a ocorrência de fraudes na gestão dos recursos públicos;
- proporcionar o gerenciamento, de forma adequada, de denúncias e informações provenientes de comissões internas de sindicância, de sistemas de ouvidoria e de auditoria interna dos órgãos jurisdicionados;
- contribuir para a consolidação de uma cultura de inteligência, com base no levantamento, sistematização e disseminação de informações relevantes e pertinentes.

Participaram do Curso servidores das Coordenadorias de Controle Externo, Gabinetes de Conselheiros, Coordenadoria de Projetos Especiais, Ministério Público de Contas, Gerência de Suporte para Auditoria do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), Auditoria Interna (AUDIT) e representantes dos Tribunais de Contas dos Estados de Santa Catarina (TCE/SC), Pernambuco (TCE/PE), Tocantins (TCE/TO), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Auditoria da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Instituição de Comissão para implementar a Lei de Acesso à Informação no TCE/BA

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, decidiu, com base no Regimento Interno, criar Comissão (cuja instituição foi publicada no DOE de 11/05/2012), com a finalidade de promover estudos e elaborar proposta, no prazo de 60 dias, para a completa implementação dos procedimentos exigidos pela Lei Federal n.º 12.527/2011, no âmbito do TCE/BA.

A referida lei foi sancionada em novembro de 2011 e dispõe sobre procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação garantido pela Constituição Federal.

Visita do Presidente do Tribunal de Contas de Buenos Aires ao TCE/BA

Uma comitiva do Tribunal de Contas de Buenos Aires visitou, em 29/05/2012, a sede do TCE/BA, com o objetivo de conhecer o trabalho auditorial da Corte de Contas baiana e trocar experiências com a Instituição. O grupo assistiu à abertura da 27ª Sessão Plenária de 2012 e nessa oportunidade, o presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, apresentou os servidores argentinos, que receberam as boas-vindas do Cons. Filemon Matos.

Os visitantes conheceram, ainda, as ilhas de trabalho das gerências de auditoria, recebendo explicações do Superintendente Técnico do TCE/BA. Depois, tomaram conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologia para Auditoria (CEDASC).

3.4 REUNIÕES INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA

No 2º trimestre de 2012, além de participar dos eventos relacionados anteriormente, a Presidência do TCE/BA realizou reuniões institucionais, destacando-se:

Quadro 12 – Reuniões institucionais realizadas pela Presidência do TCE/BA no 2º trimestre de 2012

DATA	AUTORIDADE(S)/INSTITUIÇÃO/ASSUNTO	LOCAL
09/04/2012	Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Assunto: Consultoria para análise do arranjo econômico do contrato da Arena Fonte Nova	Gabinete da Presidência do TCE/BA
11/04/2012	Secretário da Educação do Estado da Bahia Assunto: Definição da apresentação do Plano de Trabalho e Ações da Secretaria.	
04/05/2012	Diretoria da Escola de Administração da UFBA Assunto: Apresentação da pesquisa-piloto sobre o funcionamento de órgãos públicos em todos os níveis	
09/05/2012	Diretoria da Escola Politécnica da UFBA Assunto: Contratação de consultoria relacionada a Arena Fonte Nova.	
09/05/2012	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) Assunto: Conhecer o CEICE e a Ouvidoria do TCE/BA	
14/05/2012	Representantes do Ministério Público da Bahia Assunto: Lei de Acesso à Informação	
29/05/2012	Nova Diretoria do Conselho Regional de Contabilidade (CRC/BA) Assunto: Atividades do CRC/BA	
13/06/2012	Secretário da Casa Civil e o Secretário do Trabalho Assunto: Encaminhamento das obras para a Copa do Mundo	
18/06/2012	Presidência do TCM/BA e a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB) Assunto: Questões relacionadas ao anexo do prédio do TCE/BA e TCM/BA	
15/06/2012	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) Assunto: Aprovação do Plano Estratégico da ATRICON e IRB.	

Fonte: Gabinete da Presidência do TCE/BA.

Ademais, o TCE/BA deu continuidade a um novo Plano Comunicação, estreitando o seu relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, no 2º trimestre de 2012, o Presidente, Cons. Zilton Rocha:

- visitou os Jornais “A Tarde” e “Correio da Bahia”, para ressaltar a questão do controle externo e do controle social, respectivamente em 02 e 09/04/2012;
- concedeu entrevista ao Jornal “Tribuna da Bahia”, sobre a função social do TCE/BA, em 13/04/2012;
- concedeu entrevista à Rádio “Tudo FM”, sobre os controles externo e social, em 20/06/2012.

3.5 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

O Ministério Público Especial de Contas (MPC), no segundo trimestre de 2012, deu continuidade às análises e à emissão de pareceres nos processos de prestação de contas, priorizando aqueles que ficaram em estoque na mudança do exercício.

Nesse período, de acordo com o Ato Conjunto n.º 01, de 29/02/2012, do Presidente do TCE/BA e do Procurador-Geral do Estado da Bahia, o MPC se fez representar e participou ativamente das discussões e reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaboração de procedimentos necessários à expedição de títulos executivos pelo TCE/BA. Do mesmo modo, o MPC participou ativamente dos debates e reuniões realizados pela Comissão criada pela Presidência do TCE/BA, por meio do Ato n.º 150, de 03/05/2012, com a finalidade de promover estudos e elaborar proposta para a completa implementação dos procedimentos exigidos pela Lei Federal n.º 12.527/2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Além dessas ações, no segundo trimestre de 2012, o Ministério Público de Contas realizou as seguintes atividades:

- participação dos Procuradores na “Mobilização Nacional dos Ministérios Públicos de Contas”, ocorrida em 25/04/2012, em Brasília/DF;
- participação no “I Encontro Estadual de Educação”, promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia, nos dias 31/05 e 01/06/2012, com a Procuradora de Contas Carolina Matos Alves Costa presidindo um dos painéis do evento;
- atendimento das partes interessadas nos Processos da alçada do TCE/BA que estão localizados no MPC.

Ainda nesse período, o Ministério Público de Contas promoveu reuniões com representantes de Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual (Assembleia Legislativa, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual), além do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia, no intuito de dialogar acerca da vaga de Conselheiro constitucionalmente garantida a um membro deste *Parquet* especial.

Além dessas atividades, no segundo trimestre de 2012, o Ministério Público de Contas se fez presente em todas as reuniões das 1ª e 2ª Câmaras e do Plenário do TCE/BA e emitiu parecer acerca das matérias de sua competência, como a seguir demonstrado:

Tabela 11 – Processos examinados pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA – 2º Trim./2012

NATUREZA	N.º DE PROCESSOS
	2º TRIMESTRE
Recursos Atribuídos a Entidades e Municípios	106
Recurso – Apelação/Revisão	38
Auditoria e Inspeção	25
Tomada de Contas de Administradores, Prefeituras e Entidades	22
Contas de Administrador	14
Relatório de Atividades de Secretários de Estado	12
Denúncia	11
Contas de Ordenador	8
Admissão de Pessoal	4
Aposentadoria	3
Termo de Contrato	2
Reclamação	2
Rescisão de Julgado	2
Contas da Assembleia Legislativa	1
Termo de Convênio	1
Consulta	1
Embargos de Declaração	1
TOTAL	253

Fonte: Sistema Secretária Geral Informatizada (SEGIN).

4 ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TCE/BA (2010-2013)

A Resolução n.º 92/2011 dispôs sobre o Plano de Diretrizes do TCE/BA para o exercício de 2012, sendo priorizados 12 Objetivos Estratégicos, integrantes das perspectivas “Processos Internos”, “Pessoas e Inovação” e “Orçamento e Estrutura”, tendo em vista a continuidade administrativa e os novos desafios que se apresentam nos cenários interno e externo. Foram selecionadas 38 Diretrizes Estratégicas, materializadas por meio de planos operacionais.

Procurou-se conferir maior alinhamento entre os Planos Estratégico, de Diretrizes e Operacional, a partir da introdução de mecanismos destinados a assegurar que o programa de trabalho (metas e produtos) das unidades deste TCE reflita, no seu conjunto, os rumos ditados pelo Plenário através do citado Plano de Diretrizes.

Registre-se, ainda, que o Plano Operacional, desde 2011, contempla, as metas do Ministério Público Especial junto a este Tribunal, em razão da nomeação e posse dos seus Procuradores a partir de fevereiro de 2011.

Assim, visando enfatizar a transparência de seus procedimentos, aumentar a divulgação dos resultados dos trabalhos e aperfeiçoar seus mecanismos internos de controle, foi elaborado o “**Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2012**” (Apêndice D), sendo discriminadas as ações desenvolvidas pelo TCE/BA, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2012, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados.

5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No que se refere à avaliação de desempenho foram desenvolvidas, no segundo trimestre de 2012, as seguintes atividades:

- consolidação e encaminhamento para aprovação do Plenário, do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, contemplando as metas consignadas pelas unidades técnico-administrativas do TCE/BA e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), conforme estabelecido no Plano de Diretrizes, aprovado mediante a Resolução n.º 092/2011;
- início do processo de monitoramento de metas do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, aprovado mediante a Resolução n.º 038/2012.

6 PROJETOS ESPECIAIS

O TCE/BA vem dando continuidade à execução de três projetos especiais, quais sejam: Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX); Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA) e Projeto Multiplicando Experiências (PME).

No segundo trimestre de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito de cada um dos projetos.

6.1 PROMOEX

O PROMOEX visa à modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros. Participam desse Programa a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que cofinancia 60% do valor total do programa (US\$121,4 milhões). O mutuário do contrato de empréstimo com o BID é a União e os recursos de contrapartida são providos por cada Estado, sendo o Programa executado em duas fases de três anos cada. Na sua primeira fase, previu recursos no valor de US\$64,4 milhões, que beneficiará 32 Tribunais de Contas (estaduais, municipais e do Distrito Federal).

Em 03/04/2006, foi celebrado convênio entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a liberação dos recursos da primeira fase, no montante de R\$5,8 milhões. No dia 06/04/2009, foi assinado o primeiro termo aditivo ao convênio, alterando o valor total do projeto do TCE/BA para R\$4,1 milhões em função da desvalorização cambial.

Em 19/06/2012, foi assinado o Termo Aditivo n.º 001/2012, prorrogando a vigência do convênio até 31/12/2012.

6.1.1 Acompanhamento do programa

Em junho de 2012, foi elaborado e encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o Relatório Justificativa de Gastos referente ao período de janeiro a maio/2012.

6.1.2 Eventos relacionados ao programa

No dia 25/04/2012, o Superintendente Técnico, a Coordenadora de Projetos Especiais e um Auditor de Controle Externo participaram de reuniões técnicas no Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília/DF, para tratar da captação de novos projetos para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA).

De 02 a 04/05/2012, uma servidora da Coordenação de Projetos Especiais (COPE) participou da Oficina de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos com uso do Software Channel, no Rio de Janeiro/RJ.

De 29 a 31/05/2012, um servidor da Coordenação de Projetos Especiais participou do VII Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos, realizado no Rio de Janeiro/RJ.

De 20 a 22/06/2012, dois servidores participaram do Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas, em Palmas/TO.

6.1.3 Auditoria Operacional (AOP)

A realização de Auditoria Operacional (Desempenho ou Gestão) é uma das ações consideradas prioritárias no âmbito do PROMOEX, principalmente no que se refere à avaliação dos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

As atividades técnicas dessa modalidade de auditoria vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), cuja coordenação está a cargo do Coordenador da UEL/PROMOEX do TCE/BA.

Pesquisa realizada junto aos 33 tribunais de contas brasileiros, em setembro/2005, pertinente às práticas adotadas sobre o tema de Auditoria Operacional, evidenciou que 19 Tribunais, o equivalente a 58% do total, nunca tinham realizado esta modalidade de auditoria.

Atualmente, 31 TCs, representando 94% do total, realizam auditorias operacionais. Este percentual supera a meta nacional do programa, de que 75% dos TCs tenham implantadas auditorias operacionais até o final da sua primeira fase.

O Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB), vem dando continuidade aos trabalhos realizados, além da oferta de capacitação a distância e treinamento presencial para as equipes de auditoria. Sob a supervisão do Grupo Temático de Auditoria Operacional, já foram realizadas as auditorias nas áreas de educação, saúde e de saneamento. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão a auditoria operacional na área de meio ambiente.

6.2 PROJETO ASPA

O Projeto Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA) tem por objetivo a racionalização e sistematização do processo auditorial, através da elaboração de estudos que visam à avaliação e ao aprimoramento de metodologias de trabalho, bem como à manualização de práticas auditoriais.

6.2.1 Mirante e Trilhas de Auditoria

No primeiro trimestre de 2012, o Grupo de Trabalho Mirante BI, designado para desenvolver trilhas de auditoria utilizando o Sistema Mirante e recursos de *Business Intelligence* (BI), com vistas a racionalizar os exames de prestação de contas, começou a especificar os seguintes relatórios: “Processos de compra homologados para fornecedores impedidos de licitar e contratar” e “Indícios de conluio em licitações devido ao fato das empresas participantes possuírem sócios em comum”.

No segundo trimestre de 2012, o Grupo concluiu a especificação dos relatórios mencionados, conforme segue:

- **Trilha:** Observância ao impedimento de compras e pagamentos.
Relatório: Pagamentos a fornecedores impedidos de licitar e contratar.
Objetivo: Identificar pagamentos realizados a fornecedores durante a vigência do impedimento de licitar e contratar.
- **Trilha:** Acordo entre fornecedores.
Relatório: Concorrentes com sócio em comum na mesma licitação.
Objetivo: Verificar indícios de conluio em licitações devido ao fato das empresas participantes possuírem sócios em comum.

6.2.2 Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)

O SGA tem por objetivo básico melhorar o controle, acompanhamento e execução das auditorias realizadas pelo controle externo do TCE/BA, através da automatização, padronização e racionalização dos procedimentos auditoriais.

No segundo trimestre de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades relacionadas com o referido Sistema:

- Inserção de fontes de critério nos seguintes programas de auditoria: Contratos Administrativos; Licitações; Contratações Diretas; Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (Planejamento); Formalização do Processo de Prestação de Contas (Planejamento e Execução); Informações Gerais (Planejamento); Exame da Despesa (Planejamento); Bens Móveis e Imóveis e Material de Consumo (Planejamento); Material de Consumo (Execução); Bens Móveis (Execução); Bens Imóveis (Execução); Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (Execução);
- Inclusão do programa “Formalização do Processo de Prestação de Contas”, fase Execução;

- Elaboração do programa de auditoria “Formalização do Processo de Prestação de Contas”, fase Planejamento, para a natureza de auditoria “Prestação de Contas de Administrador”, o qual foi encaminhado para apreciação do Comitê de Auditoria;
- Elaboração de *check lists* para exame da formalização de processos de Prestação de Contas de Administrador, em conformidade com a legislação em vigor;
- Monitoramento da utilização dos programas da administração indireta utilizados na fase de Planejamento do exame das contas do exercício de 2010;
- Implementação de correções e melhorias sugeridas por técnicos, bem como das identificadas pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) e pelo Comitê Gestor do Sistema, destacando-se a criação de *backup* automático das auditorias da base local antes da realização do *download*, proporcionando maior segurança e menor risco de perda de informações; criação de nova tela de *upload*, permitindo realizar atualizações para a Base TCE de algumas operações selecionadas; encerramento automático da fase no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), com definição do percentual em 100%, após o encerramento da fase correlata no SGA; reformulação da tela de comentário da ordem de serviço e do papel de trabalho; possibilidade de copiar programas específicos de ordens de serviço anteriores; criação de nova tela de histórico das revisões do papel de trabalho, apresentando as observações do gerente e líder; ampliação do tamanho do campo “Observação”, na revisão do papel de trabalho;
- Levantamento de demandas relativas a melhorias e correções do Sistema, a serem implementadas no segundo semestre de 2012;
- Monitoramento das alterações realizadas por técnicos nos programas de auditoria padrão cadastrados no Sistema.

6.2.3 Mapeamento de Processos

No âmbito do Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), Componente 2 – Fortalecimento Institucional dos Tribunais de Contas, Atividade 2.1 “Mapeamento de Processos Auditoriais”, foram iniciados, no dia 13/06/2012, os trabalhos referentes ao mapeamento de processos do TCE/BA, com a realização de reuniões para alinhamento e planejamento estratégico, definição do cronograma e do escopo, e realização do Seminário de Partida, no Plenário deste TCE, em 22/06/2012.

6.3 PROJETO MULTIPLICANDO EXPERIÊNCIAS (PME)

O Projeto Multiplicando Experiências (PME) objetiva contribuir para o fortalecimento do sistema de controle externo do Brasil, mediante o estabelecimento de parcerias com outras instituições de fiscalização e organismos multilaterais de financiamento.

6.3.1 Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT)

O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), por meio do seu Fundo de Desenvolvimento Institucional, concedeu, em 14/12/2009, uma doação ao Governo do Estado da Bahia, no montante de US\$400 mil, para implementação pelo TCE/BA do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), cujos investimentos se destinam, basicamente, ao reforço do processo auditorial através de estudos metodológicos e capacitação.

O Projeto objetiva o fortalecimento do TCE/BA e de dois outros Tribunais de Contas subnacionais com expertise em auditoria, visando melhorar a sua função de auditoria e mecanismos de controle, bem como valorizar suas capacidades para oferecer assistência técnica e transferência de conhecimentos para três outros Tribunais de Contas. Para tanto, integram o Projeto os seguintes componentes e respectivas atividades:

- Diagnóstico dos Tribunais de Contas subnacionais (questionário de capacidades institucionais; *workshop*; verificação *in loco* e validação das respostas; metodologia de revisão pelos pares);
2. Fortalecimento Institucional dos TCs (mapeamento de processos auditoriais; análise das políticas institucionais, procedimentos e práticas para recrutamento, treinamento, promoção e melhoria organizacional; pesquisa sobre experiências no estabelecimento de unidades de auditoria operacional; treinamento em auditoria; parceria com a Academia);
 3. Fortalecimento do relacionamento com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil (identificação de boas práticas).

A seguir são abordados os principais temas relacionados ao Projeto em comento, ocorridos no segundo trimestre/2012.

Componente 1 – Diagnóstico dos Tribunais de Contas Subnacionais

Em decorrência de pesquisa diagnóstica realizada, ao final do exercício de 2010, junto aos Tribunais de Contas subnacionais, e tendo em vista as validações efetuadas em 2011, com base em proposta de metodologia de revisão pelos pares construída pela equipe do Projeto⁷, passaram a participar do PROFORT os Tribunais de Contas dos Estados de Pernambuco (TCE/PE) e de Santa Catarina (TCE/SC), como parceiros que, juntamente com o TCE/BA, multiplicarão conhecimentos e experiências no campo auditorial aos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados do Ceará (TCM/CE) e de Goiás (TCM/GO), e do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM).

Componente 2 – Fortalecimento Institucional dos Tribunais de Contas

No que tange à Atividade 2.1 “Mapeamento de Processos Auditoriais”, em 16/04/2012 foi emitido o Relatório de Avaliação Financeira de Consultores, havendo a homologação do resultado da seleção em 08/05/2012. No dia 04/06/2012 foi enviado ao Banco o contrato negociado e rubricado para sua não objeção, o que ocorreu em 06/06/12, sendo este firmado em 11/06/2012.

A implementação do contrato foi iniciada em 13/06/2012, dando início às primeiras atividades referentes ao mapeamento de processos auditoriais, conforme abordado no item 6.2.3 deste Relatório.

Em relação à Atividade 2.2 “Análise de Políticas Institucionais, Procedimentos e Práticas para Recrutamento, Treinamento, Promoção e Melhoria Organizacional”, o Relatório de Avaliação Técnico-Financeira foi enviado ao BIRD em 03/04/2012 para não objeção, o que ocorreu em 04/04/2012.

⁷ Metodologia de Revisão pelos Pares disponibilizada nos *sites* do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA).

Assim, no dia 13/04/2012, o resultado da seleção foi homologado, sendo encaminhado o contrato negociado e rubricado para o Banco em 18/04/2012 para sua não objeção, sendo este firmado no dia 02/05/2012 e publicado em 10/05/2012. A primeira reunião presencial da empresa consultora com a equipe do Projeto se deu em 23/05/2012.

Com relação a “Treinamento em Auditoria”, Atividade 2.4 do PROFORT, no que se refere ao Curso de Auditoria de Fraudes, conforme abordado no Relatório do 1º trimestre de 2012, em função da não aceitação pelos concorrentes de exigências contidas nas diretrizes do Banco, uma vez que estes possuíam vínculo com a administração pública, não foi possível concluir o processo seletivo iniciado em 2011. Assim, a convite da Presidência deste Tribunal, a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) concedeu um especialista do seu quadro que ministrou o referido curso no período de 07 a 11/05/de 2012.

Também participou como colaborador do mencionado Curso, representante da Controladoria-Geral da União (CGU) que proferiu palestra sobre a experiência daquela Instituição nas ações de combate à corrupção e, mais especificamente, no desenvolvimento de trilhas de auditoria.

O Curso de Auditoria de Fraudes contou com a participação de 31 profissionais, dentre servidores deste TCE/BA, dos Tribunais de Contas dos Estados de Pernambuco, de Santa Catarina e do Tocantins, da Controladoria Geral da União, do Ministério Público e da Auditoria da Polícia Militar do Estado da Bahia.

No que tange ao Curso de Auditoria Operacional Avançada com Ênfase na Avaliação de Políticas Públicas, em 02/05/2012 foi concedida a não objeção do BIRD ao Termo de Referência visando a contratação de consultor individual, sendo publicada a solicitação de manifestação de interesses no dia 18/05/2012.

No dia 06/06/2012 foi emitido Relatório para a Seleção de Consultor Individual, e homologado o resultado da licitação em 28 do mesmo mês, sendo enviado contrato ao vencedor do certame para análise e rubrica, visando posterior encaminhamento ao BIRD.

Foi enviado, ainda, ao Banco no dia 01/06/2012 o Termo de Referência para a contratação de consultor para ministrar o módulo de métodos quantitativos do Curso de Auditoria Operacional Avançada, sendo esta concedida em 06/06/2012, e após apreciação pela Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ), encontra-se em fase de publicação de aviso de licitação.

Foi prestada assistência técnica ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO), na realização de dois exames de contas, no período de março a maio/2012, e iniciada em maio a do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE). A equipe responsável por prestar a referida assistência técnica é composta por dois profissionais de auditoria do TCE/BA, um do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) e outro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), parceiros do Projeto.

Quanto à Atividade 2.5 “Parceria com a Academia”, cujo objetivo é estabelecer uma estratégia conjunta com as universidades de forma a assegurar o ensino sustentável das normas brasileiras de auditoria e de contabilidade aplicáveis ao setor público, dos cinco *workshops* previstos, foi realizado um em Salvador no dia 14/05/2012 e outro em Vitória da Conquista no dia 11/06/2012, sendo enviado pelo consultor um relatório, em 27/06/2012, com as

conclusões desses dois eventos. Registre-se que a equipe do Projeto viabilizou uma parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-BA) que tem contribuído com a execução desta atividade.

Componente 3 – Fortalecimento do Relacionamento com o Legislativo Estadual e com a Sociedade Civil

Conforme mencionado no Relatório do 1º trimestre/2012, foi elaborado o Termo de Referência n.º 01/2012, em conjunto com a Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação (ASCOM), objetivando a contratação de consultor nacional a fim de elaborar estratégias para promover o fortalecimento do relacionamento do Tribunal de Contas com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil, de forma a estabelecer uma relação produtiva e mutuamente benéfica, tendo enviado ao Banco em 23/03/2012 para não objeção, sendo esta concedida em 04/04/2012.

Foi publicado em 20/04/2012 o aviso de licitação e, após recebimento e análise dos currículos, foi emitido, no dia 06/06/2012, o Relatório para a Seleção de Consultor Individual, estando em fase de negociação do contrato com o primeiro colocado.

6.3.2 Acompanhamento do PROFORT

No dia 25/06/2012, foi realizada, na sede deste TCE, missão de acompanhamento do PROFORT, pelo Coordenador de Gerenciamento Financeiro do BIRD, Sr. Joseph Mubiru Kizito, sendo encaminhado, em 28 daquele mês, Relatório de Progresso do Projeto, referente ao período de 01/03/2010 a 15/06/2012.

6.3.3 Projeto Treinamento e Assistência Técnica ao TCM/CE

Em continuidade às ações previstas no Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011, entre o TCE/BA e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE), foi realizada, no período de 02 a 04/05/2012, a terceira e última visita técnica relacionada com a auditoria operacional no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

7 EDUCAÇÃO CORPORATIVA

No segundo trimestre de 2012, a Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional (GEDAP) deu continuidade à sua programação anual realizando ações internas de capacitação, articulando a participação de servidores nas ações do Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU/TCs/Grupo de Educação Corporativa – PROMOEX, acompanhando a execução do Programa de Incentivo à Educação Superior e viabilizando a participação dos servidores em eventos externos.

7.1 CURSOS E EVENTOS INTERNOS

- **Auditoria de Detecção de Fraudes com Ênfase no Setor Público.** O curso teve como objetivo proporcionar aos treinandos o desenvolvimento de expertise para a detecção de fraudes e desvios na execução de contratos e convênios, na aquisição de bens e serviços e na realização de pagamentos. O curso teve a participação de 30 servidores, sendo 20 do TCE/BA e 10 de outros órgãos, assim distribuídos: 2 servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 1 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, 2 da Controladoria Geral da União e 3 servidores da Auditoria da Polícia Militar da Bahia.
- **Projeto Novos Saberes.** O Projeto, inscrito no Plano Operacional, integra as ações de educação corporativa no âmbito deste TCE, com o objetivo de propiciar um espaço para a disseminação e o debate sobre temas da atualidade, favorecendo a reflexão acerca da contemporaneidade. Tem como marca a pluralidade no escopo temático e a diversidade na estratégia metodológica para abordagem dos assuntos. A primeira edição do projeto mobilizou 29 servidores para a palestra “Faça seu dinheiro trabalhar por você”, proferida pelo engenheiro e consultor financeiro Gionanni Floridia.

Quadro 13 – Cursos e eventos internos

CURSO/EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	N.º DE INSCRIÇÕES
Auditoria de Detecção de Fraudes com Ênfase no Setor Público	07 a 11/05/2012	36 h	30
Projeto Novos Saberes. Palestra: “Faça seu dinheiro trabalhar por você”	23/05/2012	3 h	29
TOTAL			59

Fonte: CEICE/GEDAP.

7.2 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO COMPARTILHADA TCU-ISC/GRUPO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA – PROMOEEX

Quadro 14 – Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU-ISC/Grupo de Educação Corporativa – PROMOEEX

CURSO/EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	N.º DE INSCRIÇÕES
Curso de Auditoria Governamental	08/05 a 03/07/2012	80 h	3
TOTAL			3

Fonte: CEICE/GEDAP.

7.3 PROGRAMA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Encontram-se em vigência duas bolsas de estudos, sendo uma de graduação e uma de especialização, conforme discriminado a seguir.

7.3.1 Bolsas de Pós-graduação *stricto e lato sensu* (especialização e mestrado)

Quadro 15 – Bolsas de estudo vigentes – Pós-graduação

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BENEFICIADOS
Especialização em Direito Previdenciário	Instituto Excelência Ltda. (Jus Podivm)	1
TOTAL		1

Fonte: CEICE/GEDAP.

7.3.2 Bolsas de Graduação

Quadro 16 – Bolsas de estudo vigentes – Graduação

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BENEFICIADOS
Psicologia	Universidade Jorge Amado (UNIJORGE)	1
TOTAL		1

Fonte: CEICE/GEDAP.

7.4 CONVÊNIO N.º 02/2012 ENTRE O TCE/BA E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA (PGE)

Foi firmado o Convênio n.º 02/2012, em 22/05/2012, objetivando incluir dois servidores em curso promovido pela PGE, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Quadro 17 – Bolsa de estudo – Convênio TCE-BA/PGE

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BENEFICIADOS
Direito de Infraestrutura Pública e Inclusão Social – Novas Tendências e Mecanismos para o Desenvolvimento	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	2
TOTAL		2

Fonte: CEICE/GEDAP.

7.5 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

No segundo trimestre de 2012, 36 servidores participaram de eventos técnico-institucionais externos (cursos/seminários/palestras), com apoio do TCE/BA, conforme detalhado a seguir.

Quadro 18 – Eventos externos

EVENTO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL	N.º DE PARTICIPANTES
II Congresso Nacional de Gestão Pública (CONAGESP)	Academia Nacional de Gestão Pública	03 e 04/04/2012	Brasília/DF	1
Curso Completo de Capacitação em Pregão Presencial e Pregão Eletrônico	Vianna & Consultores Associados Ltda.	16 a 20/04/2012	São Paulo/SP	1
Curso de Fitoterapia Funcional Avançada	VP – Consultoria Nutricional	05 e 06/05; 02 e 03/06; 21 e 22/07; 25 e 26/08; 01 e 02/09; 20 e 21/10; 01 e 02/12/2012	Salvador/BA	1
Gestão de Documentos Públicos	Consultoria e Treinamento Ltda. (CONSULTRE)	07 a 11/05/2012	Brasília/DF	1
V Seminário de Informação e Documentação Jurídica	Contemporary Informática Ltda.	09 a 11/05/2012	Rio de Janeiro/RJ	1
XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	23 a 25/05/2012	Salvador/BA	2
I Encontro Nacional de Auditores de TI	Instituto Plácido Castelo (IPC)	24 e 25/05/2012	Fortaleza/CE	2
VII Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos	<i>Project Management Institute</i> (PMI)	29 a 31/05/2012	Rio de Janeiro/RJ	1
Seminário “Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação”	Instituto Rui Barbosa (IRB)/ Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON)	31/05 a 01/06/2012	Palmas/TO	4
Formação de Multiplicadores em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Demonstrativos Fiscais – Regional	Escola de Administração Fazendária (ESAF)	11 a 15/06/2012	Salvador/BA	20
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)	20 a 22/06/2012	Palmas/TO	2
TOTAL				36

Fonte: CEICE/GEDAP.

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.1 GOVERNANÇA EM TI

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para a Auditoria (CEDASC) continua aplicando e disseminando os conceitos dos códigos das melhores práticas de tecnologia da informação, com foco na governança em tecnologia da informação, que consiste num conjunto de boas práticas de gestão organizacional capazes de assegurar que os investimentos em sistemas, equipamentos e serviços estejam alinhados com os objetivos e as diretrizes estratégicas do Tribunal de Contas, mediante um modelo de referência para gestão de TI, como técnicas e práticas de gerência de projetos e serviços baseadas em *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT), *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) e *Project Management Institute* (PMI) em todos o seu portfólio de projetos e serviços.

8.2 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

8.2.1 *Service Desk*

No segundo trimestre de 2012, foram abertos 2.316 atendimentos aos usuários, dos quais foram concluídos 2.232. Além disso, o CEDASC realizou outros 243 atendimentos de suporte técnico relacionados, principalmente, às áreas de sistemas e de desenvolvimento institucional do próprio CEDASC.

8.2.2 Estudo técnico de soluções de gerenciamento e inventário de ativos de Tecnologia da Informação

O CEDASC está realizando estudos e reuniões técnicas de levantamento de informações para a seleção de solução de gerenciamento e inventário de ativos de tecnologia da informação, sendo realizada Prova de Conceito com uma solução de mercado.

A solução objetiva automatizar tarefas de configuração de dispositivos e a auxiliar no gerenciamento de mudanças e na aplicação de correções de segurança.

8.2.3 Instalação da nova solução de gerência do *storage* EMC – ESRS (*EMC Secure Remote Support*)

O CEDASC realizou, em conjunto com o fabricante da solução de armazenamento de dados utilizada, a implantação de um novo *software* para gerenciamento, que consolida, em um único ambiente, as informações armazenadas pelos diversos sistemas utilizados no TCE.

O *software* anterior se utilizava de uma linha telefônica para realizar chamadas automáticas para o fornecedor da solução, em caso de qualquer problema nos discos ou outro componente do *storage* antes de haver qualquer impacto às operações. Já o novo *software* faz todas as comunicações entre o equipamento e o fabricante de forma segura e criptografada através da internet, tornando desnecessário o uso da linha telefônica.

8.2.4 Prova de Conceito de ferramenta de detecção de intrusão e proteção da camada de virtualização

Levando em consideração que o parque de servidores do datacenter do CEDASC é cerca de 95% virtualizado, foi realizada uma Prova de Conceito de uma solução de proteção específica para a camada de virtualização. Esse tipo de solução está se tornando padrão no mercado e o CEDASC está fazendo estudo de viabilidade técnica de seu uso.

8.2.5 Elaboração de Termo de Referência para aquisição ou renovação de *softwares* de segurança

Em novembro encerrar-se-ão os contratos referentes às soluções de segurança utilizados pelo TCE e CEDASC.

Com efeito, estão em andamento estudos técnicos para a elaboração das especificações para aquisição ou renovação das soluções de segurança, englobando o *software* antivírus e *firewall* utilizados nos servidores e nas estações de trabalho, bem como o sistema AntiSpam e o de Controle de Conteúdo Web.

8.2.6 Elaboração de Termo de Referência para aquisição de solução de rede sem fio

Dando continuidade ao processo de modernização da rede do TCE/BA, iniciado em 2011, o CEDASC está elaborando Termo de Referência para aquisição de solução de rede sem fio, incluindo equipamentos, *software* de gerência e treinamento na administração de todo o ambiente.

8.2.7 Manutenção das redes lógica e elétrica estabilizadas

Após a realização de processo licitatório, o CEDASC contratou, com vigência a partir de 01/07/2012, a prestação dos serviços de engenharia de manutenção das redes lógica e elétrica estabilizadas. Os serviços incluem a instalação de pontos de rede no novo padrão Categoria 6, permitindo a atualização do cabeamento de rede do TCE para atender a demandas específicas desta entidade.

8.2.8 Especificação e *scanner* e *software* de captura

Foi realizada especificação técnica para compra de um novo *scanner* para uso pela Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ). Além disso, foi feito um estudo e levantamento para atualização das versões defasadas do *software* de captura, de forma a propiciar maior produtividade e qualidade nas atividades de digitalização de processos realizadas pela Gerência de Protocolo Geral (GEPRO) e Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ) do Tribunal.

8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.3.1 Suporte aos sistemas

No segundo trimestre de 2012, foram prestados os seguintes atendimentos aos usuários sobre a operacionalização dos sistemas implantados e em uso pelo TCEA:

- Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN) – foram realizados 49 atendimentos de suporte ao usuário, esclarecimento de dúvidas, geração de relatórios, manutenção da tabela de cadastro, atualização de informações e realização de testes das novas implementações;
- Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) – foram realizados 227 atendimentos de suporte aos usuários no uso do Sistema, por meio do qual foram emitidas, pelo TCE/BA, 77 ordens de serviço no trimestre;
- Sistema Corporativo (SCR) – no período, foram realizados 17 atendimentos relacionados a mudança de perfil de acesso de servidores;
- Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) – foram realizados 66 atendimentos de suporte aos usuários do sistema de registro e acompanhamento da programação das auditorias do TCE/BA;
- Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante) – em relação ao uso da solução, foram realizadas 13.151 consultas no sistemas por dos usuários internos do TCE/BA e 310 pelos usuários externos. Além do uso para o planejamento das auditorias do TCE/BA, pelas unidades de controle interno de diversas Secretarias, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Poder Judiciário, o Mirante também passou a ser utilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB), tendo em vista a celebração de convênio com o TCE/BA. Os dados de todos os módulos do sistema, quais sejam, “Execução Orçamentária e Financeira”, “Licitações”, “Contratações Diretas” e “Convênios” foram carregados em base dimensional, com controle histórico de Poder, Órgão, Secretaria, Unidade, Programa de Governo e Projeto/Atividade. Dessa forma, a base de dados do Mirante se tornou preparada para análise de informações através de ferramenta de *Business Intelligence* (BI). Os atuais relatórios do sistema também foram migrados para base dimensional, própria de projetos de Data Warehouse/BI.

8.3.2 Desenvolvimento de tecnologia da informação

Na sequência estão apresentadas as atividades realizadas no âmbito dos projetos desenvolvidos pelo CEDASC.

8.3.2.1 Projeto de implantação do sistema de gestão de diárias

Foram realizadas reuniões para entendimento do fluxo completo de gestão de diárias, da solicitação pela Unidade até a comprovação pelo servidor.

Foram produzidos os casos de uso com a especificação e regras de negócio de cada fase do fluxo de diárias, objetivando o desenvolvimento de sistema com o objetivo de automatizar o processo de solicitação, processamento e comprovação de diárias.

8.3.2.2 Novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos

No período, tanto o CEDASC como a Secretaria Geral continuaram priorizando o projeto de desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA, provisoriamente denominado de e-PROC, com o uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas da Autarquia.

O novo sistema substituirá o atual Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN) e terá rotinas próprias para a gestão dos processos e documentos do TCE/BA, tais como protocolo, sorteio, trâmite, notificação, julgamento e arquivamento.

O novo sistema oferecerá uma nova plataforma tecnológica, moderna e baseada em *softwares* livres para ampliação da informatização das rotinas processuais do Tribunal e ampliará a informatização da rotinas de gerenciamento de processos e documentos e melhorará a produtividade no uso dos recursos tecnológicos pelos usuários.

No período, foi concluído o desenvolvimento do modelo de dados e as rotinas de ações comuns do Sistema, bem como foi realizada a importação de dados do Sistema SEGIN para testes no novo Sistema.

Outrossim foi iniciado o levantamento de requisitos visando ao desenvolvimento das rotinas do Sistema específicas das atividades da Gerência de Protocolo do Tribunal.

8.3.2.3 Aperfeiçoamento do Portal do TCE/BA

No período, foi desenvolvido componente para a integração do Portal com o Sistema SEGIN visando automatizar a consulta das atas das sessões plenárias e das câmaras.

Está em fase final de desenvolvimento solução, integrada ao Portal, para armazenamento e disponibilização para consulta dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal.

A fim de otimizar e tornar mais atrativo o acesso ao conteúdo de documentos em formato PDF, foram adquiridas cinco licenças de uma solução de *Flipping Book*, o que permitirá a criação de livros eletrônicos para atendimento a diversas finalidades, reduzindo o gasto com papel.

8.4 APOIO EM TI ÀS AUDITORIAS DO TCE/BA

No segundo trimestre, o CEDASC prestou suporte técnico especializado ao processo auditorial a cargo do TCE/BA, compreendendo:

- Relatório sobre servidores da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), a partir de informações da base do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH);
- Relatório de servidores cedidos pela Fundação Estadual da Criança e Adolescente (FUNDAC) com ônus para mesma;
- Quantitativos de Cadastros de Pessoas Físicas (CPF) com categorias “Civil Ativo” e contratação através do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

9 OUVIDORIA

No segundo trimestre de 2012, a Ouvidoria recebeu 31 manifestações. Destas, 90,4% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, conforme discriminado na Tabela 12.

Tabela 12 – Tipos de demandas registradas

TIPO	QUANTITATIVO	%
Informação	16	51,6
Queixa	12	38,8
Reclamação	1	3,2
Sugestão	1	3,2
Elogio	1	3,2
TOTAL	31	100,0

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

Em relação ao meio de acesso à Ouvidoria, a *internet* foi o mais utilizado com 80,6%, conforme relacionado na Tabela 13.

Tabela 13 – Meios de contatos utilizados

MEIO DE ACESSO	QUANTITATIVO	%
Internet	25	80,6
Telefone	4	12,9
Presencial	2	6,5
TOTAL	31	100,0

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

A maioria das demandas (71,0%) foi procedente de pessoa física, enquanto que as demandas anônimas, a 9,7%, como apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 – Perfil do demandante

PERFIL	QUANTITATIVO	%
Pessoa Física	22	71,0
Pessoa Jurídica	5	16,1
Anônimo	3	9,7
Servidor Público	1	3,2
TOTAL	31	100,0

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

Registre-se que todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria foram devidamente tratadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes, garantindo a inexistência de qualquer espécie de pendência.

Além disso, o Ouvidor e o Assessor de Comunicação do TCE/BA conheceram, em visita técnica:

- ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no dia 07/05/2012, os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria e Coordenadoria de Comunicação da Corte de Contas paranaense. O objetivo da visita foi fazer o intercâmbio de ideias, visando aperfeiçoar as duas áreas do TCE/BA com foco na transparência e no controle social;
- ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT), nos dias 09 e 10/05/2012, o trabalho de controle social desenvolvido no TCE/MT.

10 AUDITORIA INTERNA

No segundo trimestre de 2012, a AUDIT realizou as seguintes atividades:

- auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar seu desempenho na atividade fim deste TCE, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade;
- auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2012, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida;
- auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros, no exercício de 2012.

IV EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

1.1 ORÇAMENTO DO TCE/BA

A Lei n.º 12.503, de 29/12/2011, publicada no DOE de 30/12/2011, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2012, estimou as receitas e fixou as despesas do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) em R\$131.370.112,00. No que se refere às despesas então fixadas, R\$128.069.112,00 são para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e R\$3.301.000,00 para Despesas de Capital.

Entretanto, a aprovação de Crédito Suplementar através do Decreto Financeiro n.º 21, de 18/05/2012, no valor de R\$395.000,00, em favor deste Tribunal, perfaz um total geral do orçamento autorizado de R\$131.765.112,00.

O processo de execução do Orçamento deste Tribunal é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320/1964, e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 12.222, de 18/07/2011, e pelo Ato n.º 001, de 02/01/2012, da Presidente do Tribunal, que “Aprova o Orçamento Analítico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2012”.

A movimentação orçamentária e financeira deste TCE/BA, durante o segundo trimestre de 2012, encontra-se apresentada na sequência.

1.2 QUADRO DE COTAS

Foi repassado pela Diretoria do Tesouro (DEPAT) o total de R\$33.711.000,00, para o período de abril a junho do corrente exercício, mediante liberações de recursos (LRs) vinculadas a Pessoal e Encargos Sociais e Demais Despesas, Fonte 00. Ressalte-se que os valores referentes às Fontes 13, 31 e 37 correspondem a recursos de terceiros, e não se encontram inseridos no total acima, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15 – Recursos previstos e recebidos (TCE/BA) R\$1,00

VINCULAÇÃO RECURSO	FONTE	PREVISTO		RECEBIDO	
		R\$	%	R\$	%
Pessoal	00	30.000.000,00	88,25	30.000.000,00	88,75
Demais despesas	00	3.711.000,00	10,92	3.711.000,00	10,98
SUBTOTAL	00	33.711.000,00	99,17	33.711.000,00	99,73
PROMOEX/CEF	31	45.000,00	0,13	-	0,00
FUNTCE	13	97.500,00	0,29	40.688,00	0,12
TCE/BRADESCO	13	96.750,00	0,28	-	0,00
TCE/BIRD	37	45.000,00	0,13	52.430,62	0,15
TOTAL		33.995.250,00	100,00	33.804.118,62	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF.

1.3 DESPESA EMPENHADA

O total da despesa empenhada no segundo trimestre atingiu o montante de R\$32.175.707,50, relativo aos empenhos apropriados até 30 de junho, neles incluídos os saldos dos empenhos por estimativa, visando atender a compromissos relativos à prestação de serviços ao Tribunal.

A execução orçamentária da despesa acumulada até o segundo trimestre de 2012, atingiu o montante de R\$68.547.997,15, correspondente a 52,02% do total do Orçamento (R\$131.765.112,00), gera um saldo para o período de julho a dezembro de R\$63.217.114,85, correspondendo a 47,98% da despesa autorizada para o exercício.

Desdobrando a despesa empenhada no segundo trimestre, por projeto/atividade, tem-se:

Tabela 16 – Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA) R\$1,00

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA	
	R\$	%
Auditoria e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado	18.122.729,93	56,32
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	54.343,79	0,17
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	5.271.629,24	16,38
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE – FUNTCE	0,00	0,00
Construção do Anexo à Sede dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios	0,00	0,00
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	569.974,05	1,77
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	187.660,74	0,58
Administração de Pessoal e Encargos	5.601.364,06	17,41
Encargos com Benefícios Especiais	1.994,00	0,01
Modernização do Sistema de Controle Externo do Estado – PROMOEX	38.274,79	0,12
Comunicação Legal	90.000,00	0,28
Reforma das Instalações Físicas do Prédio sede do TCE	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados Públicos	514.354,04	1,60
Auxílio Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.317.864,11	4,1
Encargos com Locação de Mão de Obra	405.518,75	1,26
TOTAL	32.175.707,50	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

1.4 DESPESA PAGA

Os pagamentos relativos à execução orçamentária do exercício, realizados durante o segundo trimestre, atingiram o total de R\$31.790.821,53, que acumulado ao trimestre anterior, conduziu ao montante de R\$67.838.252,96.

Por projeto/atividade, os pagamentos realizados no segundo trimestre estão representados na Tabela 17.

Tabela 17 – Detalhamento da despesa paga por projeto/atividade (TCE/BA) R\$1,00

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA PAGA	
	R\$	%
Auditoria e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado	17.892.112,78	56,28
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	54.398,68	0,17
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	5.271.434,97	16,58
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE – FUNTCE	0,00	0,00
Construção do Anexo à Sede dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios	0,00	0,00
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	454.861,77	1,43
Administração de Pessoal e Encargos	5.600.364,06	17,62
Encargos com Benefícios Especiais	1.994,00	0,01
Modernização do Sistema de Controle Externo do Estado – PROMOEX	27.373,64	0,09
Comunicação Legal	104.762,70	0,33
Encargos com Locação de Mão de Obra	363.073,20	1,14
Reforma das Instalações Físicas do Prédio Sede do TCE	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados Públicos	517.404,50	1,63
Auxílio Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.317.864,11	4,14
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	185.177,12	0,58
TOTAL	31.790.821,53	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

Por grupo/elemento de despesa, os pagamentos realizados no segundo trimestre estão representados na Tabela 18, na sequência:

Tabela 18 – Detalhamento da despesa paga por grupo de despesa/elemento (TCE/BA) R\$1,00

GRUPO DE DESPESA/ ELEMENTO	DESPESA PAGA	
	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS	29.100.904,45	91,54
Pessoal Ativo – TCE	29.100.904,45	91,54
Contratação p/ prazo determinado – P. Civil	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.681.283,79	8,43
Serviços Terceiros – P. Jurídica	1.674.017,76	5,25
Contribuições	-	-
Diárias	122.685,14	0,39
Material de Consumo	85.877,66	0,27
Locação de Mão-de-obra	363.073,20	1,14
Passagens e Despesas com Locomoção	91.185,06	0,29
Indenizações e Restituições	4.048,61	0,01
Serviços Terceiros – P. Física	90.766,40	0,29
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Obrigações Tributárias e Contributivas	510,00	0,00
Comunicação Legal	104.762,70	0,33
Serviço de Consultoria	-	-
Auxílio – Transporte	129.133,26	0,41
Auxílio – Alimentação	13.230,00	0,04
Outros Benefícios Assistenciais	1.994,00	0,01
Realização de Concurso Público	-	-
INVESTIMENTOS	8.633,29	0,03
Equipamentos e Material Permanente	8.633,29	0,03
TOTAL	31.790.821,53	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

1.5 DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida fluante a cargo deste Tribunal, inscrita em Restos a Pagar e Depósitos do exercício de 2011, é de R\$183.323,94, no entanto, destas despesas já foi pago o valor de R\$148.529,39, restando um saldo de R\$34.794,55.

1.6 LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS

As licitações e contratações realizadas e os principais convênios celebrados no segundo trimestre de 2012 pelo TCE/BA encontram-se relacionados no Apêndice C deste Relatório.

2 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)

2.1 ORÇAMENTO DO FUNTCE

A Lei nº 12.503, de 29/12/2011, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2012, estimou as receitas e fixou as despesas do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE) em R\$370.000,00, estas alocadas na Atividade 2141 – Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE e no Projeto 3982 – Realização de Concurso Público, conforme detalhamento da Tabela 19.

Tabela 19 – Despesas orçadas (FUNTCE) R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Atividade 2141 – Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE		
Material de Consumo	40.000,00	14,29
Passagens e Despesa com Locomoção	57.000,00	20,36
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	60.000,00	21,43
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	113.000,00	40,35
Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	3,57
TOTAL	280.000,00	100,00
Projeto 3982 – Realização de Concurso Público		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	90.000,00	100,00
TOTAL	90.000,00	100,00

Fonte: Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN).

Conforme estabelece o art. 279 do Regimento Interno do TCE/BA, a administração financeira do FUNTCE obedece, no que couber, às disposições da Lei Federal n.º 4.320/1964, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), da legislação pertinente a contratos e licitações, bem como às instruções e normas fixadas pelo TCE/BA.

No que se refere às receitas do FUNTCE, o art. 278 do Regimento Interno estabelece que serão recolhidas à conta do Fundo, por meio de Documento Especial de Recolhimento (DER), de acordo com o código específico.

A movimentação orçamentária e financeira do FUNTCE, durante o segundo trimestre de 2012, encontra-se apresentada na sequência.

2.2 RECEITA REALIZADA

No transcurso do segundo trimestre de 2012, foram realizadas receitas no montante de R\$40.688,00, distribuído na forma da Tabela 20.

Tabela 20 – Detalhamento da receita realizada (FUNTCE) R\$1,00

MÊS	RECEITA REALIZADA					
	TAXAS	MULTAS	CERTIDÕES	FINANCEIRAS	TOTAL	%
Abril	549,87	4.260,15	-	4.060,56	8.870,58	21,80
Mai	1.083,48	9.177,40	-	4.309,15	14.570,03	35,81
Junho	1.049,94	12.330,56	-	3.866,89	17.247,39	42,39
TOTAL	2.683,29	25.768,11	-	12.236,60	40.688,00	100,00
%	6,60	63,33	-	30,07	100,00	

Fontes: Extratos Bradesco.

2.3 DESPESA EMPENHADA

No segundo trimestre de 2012 não foram empenhadas despesas no âmbito do FUNTCE.

2.4 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Em 30/06/2012, a disponibilidade financeira do FUNTCE alcançou o montante de R\$643.142,04, que se encontra depositado no Banco Bradesco conforme a Tabela 21.

Tabela 21 – Disponibilidade financeira (FUNTCE) R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Conta Corrente	1.351,58	0,21
Aplicação Financeira	641.790,46	99,79
TOTAL	643.142,04	100,00

Fontes: Extratos Bradesco.

2.5 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A movimentação financeira do FUNTCE, no período, pode ser assim resumida:

Tabela 22 – Movimentação financeira (FUNTCE) R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Saldo bancário em 31/03/2012	602.454,04	93,67
(+) Receitas de abril de 2012		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	4.810,02	0,75
- rendimento de aplicação financeira	4.060,56	0,63
(-) Despesas de abril de 2012	-	
Saldo em 30/04/2012	611.324,62	95,05
(+) Receitas de maio de 2012		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	10.260,88	1,60
- rendimento de aplicação financeira	4.309,15	0,67
(-) Despesas de maio de 2012	-	
Saldo em 31/05/2012	625.894,65	97,32
(+) Receitas de junho de 2012		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	13.380,50	2,08
- rendimento de aplicação financeira	3.866,89	0,60
(-) Despesas de junho de 2012	-	
Saldo em 30/06/2012	643.142,04	100,00

Fontes: Extratos Bradesco.

Os recursos do FUNTCE continuam sendo aplicados no CDB Fácil Bradesco, que se trata de um Certificado de Depósito Bancário, emitido pelo Bradesco, com rentabilidade composta diretamente por um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A referida aplicação é indicada ao investidor com perfil conservador, oferece rentabilidade com liquidez diária e possibilita a baixa automática mediante autorização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

3 CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA (CEDASC)

3.1 ORÇAMENTO DO CEDASC

O orçamento aprovado pela Lei n.º 12.503/2011, de 29/12/2011, consignou para o CEDASC o valor de R\$13.081.000,00, cujas dotações encontram-se detalhadas no orçamento analítico, apreciado pelo Conselho de Administração e Fiscalização (CAF) e aprovado através do Ato CAF n.º 01/2012, publicado no DOE de 05/01/2012.

O Ato n.º 11, de 16/05/2012, publicado no DOE de 18/05/2012, alterou o orçamento analítico do CEDASC para R\$13.082.112,37, implicando acréscimo orçamentário de R\$1.112,37.

Demonstra-se a seguir a execução orçamentária e financeira no período.

3.2 DESPESA EMPENHADA

As despesas empenhadas no período somaram R\$2.325.910,43, cuja distribuição por categoria econômica e por programas, projetos e atividades, apresentou a seguinte composição:

Tabela 23 – Despesa empenhada (CEDASC)

R\$1,00

PROGRAMA DE GOVERNO/ PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA				
	PESSOAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	%
161 – Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	0,00	308.515,33	38.037,80	346.553,13	14,90
7380 – Implementação de Novas Soluções Tecnológicas para o TCE	-	70.000,00	-	70.000,00	3,01
1206 – Modernização da Gestão do CEDASC	-	5.390,00	-	5.390,00	0,23
3888 – Aquisição de Equip. de Tecnologia da Informação para o TCE	-	-	38.037,80	38.037,80	1,64
4046 – Funcionamento dos Sistemas de Informação do TCE	-	233.125,33	-	233.125,33	10,02
500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	1.549.369,04	429.988,26	0,00	1.979.357,30	85,10
2000 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	-	130.429,26	-	130.429,26	5,61
2001 – Administração de Pessoal e Encargos	1.549.369,04	-	-	1.549.369,04	66,61
2002 – Manutenção dos Serviços de Informática	-	199.039,00	-	199.039,00	8,56
2009 – Encargos com Benefícios Especiais	-	-	-	-	-
2013 – Auxílios Transp. E Alim. Servidores e Empregados Públicos	-	100.520,00	-	100.520,00	4,32
2018 – Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	-	-	-	-	-
2020 – Comunicação Legal	-	-	-	-	-
TOTAL EMPENHADO NO 2º TRIMESTRE	1.549.369,04	738.503,59	38.037,80	2.325.910,43	100,00
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	3.377.576,15	1.521.271,86	88.828,80	4.987.676,81	

Fonte: Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras (SICOF).

3.3 DESPESA PAGA

As despesas pagas no segundo trimestre somaram R\$2.161.524,34, cujo detalhamento por projeto/atividade apresenta-se comparado, na tabela seguinte, com os valores autorizados no orçamento e os empenhados neste trimestre:

Tabela 24 – Execução da despesa (CEDASC)

R\$1,00

PROGRAMA DE GOVERNO/PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA		
	AUTORIZADA	EMPENHADA	PAGA
161 – Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	2.840.000,00	346.553,13	316.995,29
7380 – Implementação de Novas Soluções Tecnológicas para o TCE	650.000,00	70.000,00	67.283,44
1206 – Modernização da Gestão do CEDASC	300.000,00	5.390,00	44.000,00
3888 – Aquisição de Equip. de Tecnologia da Informação para o TCE	700.000,00	38.037,80	34.350,00
5344 – Realização de Concurso Público	-	-	-
4046 – Funcionamento dos Sistemas de Informação do TCE	1.190.000,00	233.125,33	171.361,85
500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	10.241.000,00	1.979.357,30	1.844.529,05
2000 – Manutenção dos Serv. Técnicos e Administrativos	455.000,00	130.429,26	83.762,01
2001 – Administração de Pessoal e Encargos	8.557.000,00	1.549.369,04	1.549.369,04
2002 – Manutenção dos Serviços de Informática	922.000,00	199.039,00	143.438,35
2009 – Encargos com Benefícios Especiais	4.000,00	-	-
2013 – Auxílios Transp. E Alimentação dos Serv. Públicos	230.000,00	100.520,00	58.865,77
2018 – Encargos com Concessionárias de Serv. Públicos	35.000,00	-	4.757,98
2020 – Comunicação Legal	38.000,00	-	4.335,90
TOTAL DA ENTIDADE	13.081.000,00	2.325.910,43	2.161.524,34

Fonte: Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras (SICOF) e Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN).

3.4 LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS

O CEDASC continuou priorizando em suas contratações a modalidade de licitação denominada “Pregão”, a qual, inegavelmente, garante maior transparência e economia à Administração, dentre outros aspectos positivos, por permitir a disputa de preços pelos licitantes, e pela simplificação do processo administrativo.

Assim, no 2º trimestre de 2012, foram realizados 4 procedimentos licitatórios, sendo 3 na modalidade “Pregão Presencial” e 1 na modalidade “Tomada de Preços”, todos devidamente concluídos e homologados até 30/06/2012. A importância total licitada foi de R\$1.136.532,74, com destaque para a aquisição de televisores e a contratação de manutenção das redes lógica e elétrica, bem como de serviços de assistência operacional financeira, editoração eletrônica, *webdesign*, desenvolvimento de sítios na internet e desenvolvimento de rotinas para SQLServer.

Foram realizadas 12 dispensas de licitação, com fulcro no art. 59, incisos I e II, da Lei Estadual n.º 9.433/2005, conhecidas como “dispensas de baixo valor”, no total de R\$36.348,05, com destaque para a inscrição de servidores em eventos de capacitação, aquisição de suprimentos diversos, *softwares* e impressora, bem como contratação de serviços de adequação do projeto do grupo gerador e de locação de fotocopadora.

Quanto às inexigibilidades de licitação, com fulcro no art. 60, inciso I, da Lei Estadual n.º 9.433/2005, foi realizado 1 procedimento, com total de R\$12.960,00, para pagamento de despesas com o serviço de suporte técnico do *software* PSS, em uso pela taquigrafia do TCE/BA, prestado pela empresa Kenta Informática Ltda.

APÊNDICES

APÊNDICES

A, B e C

APÊNDICE A – JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADMINISTRADOR, ORDENADOR DE DESPESA E SECRETÁRIO DE ESTADO

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000621/09	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) Relatório de Atividades	2008	Cons. França Teixeira Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos, aprovar as contas, e, por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, com recomendações e ressalvas, liberando de responsabilidade o Titular da Pasta.
TCE/002380/09	Casa Civil Relatório de Atividades	2008	Cons. Filemon Matos Cons. Antonio Honorato	Por maioria de votos, aprovar as contas, prestadas através do Relatório de Atividades, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar n.º 005/1991, com ressalva, quanto à ausência da avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e execução dos Programas de Governo constantes do Orçamento Anual, bem como dos resultados de eficácia, eficiência e economia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, liberando de responsabilidade a Titular da Pasta, como prevê o art. 7º da referida Lei Complementar n.º 005/1991.
TCE/001390/10	Companhia de Gás da Bahia S/A (BAHIAGÁS)	2009	Cons. Filemon Matos Cons. Sérgio Spector	À unanimidade, aprovar as contas, liberando de responsabilidade os administradores, na forma prevista do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, e do art. 122, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000333/09	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) Diretoria Geral (DG) Diretoria Administrativa (DIRAD) Superintendência de Gestão Pública (SGP) Superintendência de Serviços Administrativos (SSA) Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC) Superintendência de Recursos Humanos (SRH) Coordenação de Tecnologias Aplicadas à Gestão Pública (CTG) Coordenação Central de Licitação (CCL) Assessoria de Comunicação (ASCOM) Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (FUNSERV) Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (FUNPREV) Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (BAPREV)	2008	Cons. Pedro Lino Cons. França Teixeira	Decidiu-se: a) à unanimidade, aprovar com ressalvas e recomendações, as contas abaixo relacionadas, e, por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, aplicar multa no valor de R\$1.000,00 aos responsáveis, em consonância com o disposto no art. 24, inciso I, e no art. 35, inciso II, da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, diante das falhas e irregularidades identificadas nessas contas, a seguir: DG (itens VI.3.1.8 e VI.6); DIRAD (itens VI.3.1.1, VI.3.1.2, VI.3.1.6 e IX.1); SAC (itens VI.3.1.2, VI.3.1.5 e IX.6); SRH (itens VI.3.1.7, VI.3.1.8, VI.3.1.9 e VI.3.1.10); FUNSERV (itens VI.4.1.2, VI.4.1.3, VI.4.1.4 “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “i”); e CTG (itens VI.3.1.2 e IX.4); b) à unanimidade, aprovar com ressalvas e recomendações, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, diante das falhas identificadas, as contas do FUNPREV e da BAPREV (itens 1, VI.4.2.2.1, VI.4.2.2.2, VI.4.2.2.3, VI.4.3.2.1, VI.4.2.2.4, VI.4.2.2.5, VI.4.2.2.6 e VI.4.3.2.2 e 2), liberando de responsabilidade o Gestor; c) à unanimidade, aprovar com recomendações aos responsáveis, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, as contas da SSA , SGP , CCL e ASCOM , liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; d) à unanimidade, dar quitação aos responsáveis pelos adiantamentos concedidos e comprovados no período e tidos por regulares pela instrução.
TCE/000422/09	Defensoria Pública do Estado (DPE) Diretoria Geral (DG)	2008	Subst. Cons. Almir Pereira da Silva Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, aprovar com recomendações as contas, liberando de responsabilidade a Defensora, assim como os Ordenadores de Despesa, pelo período de 08/02 a 31/12/2008, e pelo período de 01/01 a 07/02/2008, dando quitação aos responsáveis por adiantamentos considerados regulares no exercício.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/007350/05	Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SECULT) Relatório de Atividades	2004	Subst. Cons. Josué Lima França Cons. Pedro Lino	Por maioria de votos, aprovar as contas com ressalvas, quanto à falta de adequada supervisão no acompanhamento das atividades dos órgãos vinculados à Secretaria, liberando de responsabilidade o Gestor.
TCE/000165/10	Diretoria Geral e Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado	2009	Cons. Ridalva Figueiredo Cons. Pedro Lino	À unanimidade, com fundamento no art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, aprovar as contas, com recomendações para que seja realizado um acompanhamento sistemático dos contratos que forem celebrados, liberando de responsabilidade o Gestor, e dando quitação aos responsáveis por adiantamentos considerados como regulares na instrução.
TCE/000194/08	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA)	2007	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos, aprovar as contas com ressalvas, relativamente às prestações de contas das subvenções não terem sido, na totalidade, encaminhadas a este Tribunal para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, aos convênios celebrados pela Assembleia no exercício de 2007 e à falta de maior transparência na realização de seleção para as contratações através do REDA; e recomendações para que a Assembleia Legislativa instale prontamente a Tomada de Contas das subvenções que não tiveram suas contas encaminhadas ao Tribunal, para apreciação da 2ª Câmara, nos termos do voto do Conselheiro Corregedor Filemon Matos, Revisor.
TCE/001508/11	Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária (SEINP) Relatório de Atividades	2010	Cons. Filemon Matos Cons. Pedro Lino	À unanimidade, aprovar a prestação de contas com ressalvas das despesas executadas pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração em obediência à determinação desse Secretário Extraordinário, nesta quitação, liberando de responsabilidade o Secretário Extraordinário da SEINP.

Fontes: Atas do Tribunal Pleno (SEG/SEPLEN).

APÊNDICE B – APRECIÇÃO DAS AUDITORIAS/INSPEÇÕES

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE/PROGRAMA/PROJETO	RELATOR	DELIBERAÇÃO
TCE/007790/11	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT)	Cons. Filemon Matos	À unanimidade, ao tomar conhecimento do resultado da presente auditoria: a) determinar o envio de cópia do Relatório aos Titulares da Secretaria da Fazenda e da Casa Civil (Assessoria de Gestão Estratégica de Tecnologias da Informação e Comunicação – AGETIC), para conhecimento dos fatos ali contidos e para que os órgãos envolvidos adotem as providências necessárias, quanto ao cumprimento das recomendações sugeridas no Relatório de Auditoria; b) encaminhar os autos à 3ª Coordenadoria de Controle Externo deste Tribunal, para anexá-lo às contas da Secretaria, relativas ao exercício de 2011, a fim de que, na oportunidade do exame, verifique se foram implementadas as medidas saneadoras necessárias; c) determinar a disponibilização do Relatório de Auditoria do presente processo e desta Resolução no Portal deste Tribunal de Contas.
TCE/007726/11	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) Superintendência de Gestão Prisional	Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos, ao tomar conhecimento do resultado da presente auditoria: a) determinar o envio de cópia do Relatório de Auditoria ao Titular da SEAP, para conhecimento dos fatos ali contidos e para que o órgão envolvido adote as providências necessárias ao aprimoramento dos controles a serem exercidos na execução dos contratos e promova as ações recomendadas pela auditoria; b) determinar o encaminhamento de cópia destes autos aos Titulares da Vara de Execuções Penais, da Promotoria de Execução Penal e de Penas e Medidas Alternativas de Salvador e do Conselho Penitenciário, para conhecimento das ocorrências constatadas pela auditoria; c) encaminhar os autos à 3ª Coordenadoria de Controle Externo deste Tribunal, para anexá-los às contas da Secretaria, relativas ao exercício de 2011, a fim de que, na oportunidade do exame, verifique se foram implementadas as medidas saneadoras necessárias; d) determinar o encaminhamento de cópia destes autos a Relatora das Contas de Governo do exercício de 2011, para conhecimento das ocorrências constatadas pela auditoria; e) determinar a disponibilização do Relatório de Auditoria do presente processo e desta Resolução no Portal deste Tribunal de Contas.
TCE/007953/11	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)	Cons. Ridalva Figueiredo	À unanimidade, determinar a anexação deste processo aos autos da Prestação de Contas do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), exercício de 2011, Processo n.º TCE/000606/2012, recomendando à 1ª Coordenadoria de Controle Externo que verifique o impacto das ocorrências da presente Auditoria no citado processo de prestação de contas e quanto à efetiva implementação das ações saneadoras pactuadas.
TCE/007107/11	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA)	Cons. Ridalva Figueiredo	Por maioria de votos, determinar a anexação deste processo aos autos da Prestação de Contas da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), exercício de 2011, Processo n.º TCE/000774/2012; e o encaminhamento de cópia do Relatório de Auditoria ao Gestor da AGERBA e ao Secretário da Pasta, recomendando à 1ª Coordenadoria de Controle Externo que verifique o impacto das ocorrências da presente Auditoria no citado processo de prestação de contas e a efetiva implementação das ações saneadoras pactuadas.
TCE/002985/12	Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF) Inspetoria de Finanças (IF) Relatório de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre de 2012	Cons. Filemon Matos	À unanimidade, ao tomar conhecimento do Relatório de Acompanhamento e Parecer, emitidos pela Auditoria Interna (AUDIT) deste Tribunal, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2012 desta Corte de Contas, publicado no DOE de 29/05/2012, determinar: o envio de cópia ao Conselheiro Presidente deste Tribunal de Contas, com vistas à sua ampla divulgação, conforme o art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, em seguida, a remessa dos autos à Secretaria Geral para proceder à juntada, por cópia, aos processos de prestação de contas do exercício de 2012 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para a Auditoria (CEDASC).

Fontes: Atas do Tribunal Pleno (SEG/SEPLEN).

APÊNDICE C – Licitações e contratações realizadas no segundo trimestre de 2012
Quadro 1 – Licitações

MODALIDADE	N.º	OBJETO	CREDOR(ES)
ABRIL			
Pregão Presencial	2	Registro de Preço de papel formato A4, para reposição de estoque	AME Comercial de Materiais Ltda. WEL Papelaria Ltda. VM Comércio Ltda.
Pregão Presencial	3	Aquisição de material de limpeza	Unijohn Sistemas de Limpeza Ltda.
MAIO			
Pregão Presencial	4	Aquisição de material de limpeza	Contatos Comercial Ltda.
Pregão Presencial	5	Aquisição de material de limpeza	AME Comercial de Materiais Ltda.
Pregão Presencial	6	Confecção de material gráfico	Grajuá Gráfica e Encadernadora Ltda.
Pregão Presencial	7	Aquisição de saco plástico para lixo, sendo 100 cento de 30 litros e 100 cento de 50 litros (PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS)	-
Pregão Presencial	8	Aquisição de 150 caixas de copos descartáveis para água e 20 caixas de copos descartáveis para cafezinho	Divimed Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Pregão Presencial	9	Aquisição de material de escritório	AME Comercial de Materiais de Escritório Ltda.
Pregão Presencial	10	Aquisição de etiquetas adesivas brancas e material de escritório	AME Comercial de Materiais de Escritório Ltda. VG Comércio de Materiais para Escritório Ltda.
Pregão Presencial	11	Aquisição de material elétrico	Boca do Rio Elétrica e Comercial Ltda.
JUNHO			
Pregão Presencial	12	Aquisição de fardamento dos motoristas e pessoal de apoio	MGL Indústria e Comércio de Confecções Ltda. Barreto's Indústria e Confecções Ltda.
Pregão Presencial	13	Contratação de empresa para fornecimento de água mineral natural, acondicionada em garrafão de 20 litros	Shalom Comércio Água Mineral

Fonte: DIRAF.

Quadro 2 – Dispensas de licitação simplificadas

N.º	DATA	OBJETO	CREADOR(ES)
ABRIL			
14	02/04/2012	Aquisição de canetas esferográficas, sendo 1.500 na cor azul, 1.000 pretas e 200 vermelhas	Central Papelaria Ltda
15	03/04/2012	Renovação de assinatura anual da revista “Isto é”, para o Gabinete do Cons. França Teixeira e Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID)	Marize Comércio de Assinaturas Ltda.
MAIO			
16	07/05/2012	Hospedagem para o palestrante do Curso de Auditoria de Fraudes realizado no âmbito do PROFORT	Express Empreendimentos Hoteleiros Ltda.
17	03/05/2012	Contratação de prestação de serviço de coffee-break durante evento	E. P. B. Comércio de Alimentos e Eventos Ltda
18	10/05/2012	Confecção de 10.000 etiquetas adesivas para visitantes	Edna Maria da Silva (Stúdio 22)
19	16/05/2012	Aquisição de diversos materiais para o serviço odontológico	Dental Med Prod.Odont. Odontomaster Dental Nordeste
20	17/05/2012	Aquisição de um frigobar com capacidade entre 113 a 139 litros	Lt Comércio de Móveis e Refrigeração Ltda.
21	24/05/2012	Aquisição de compressor de Ar Schulz 6/30 com 2 cabeçotes	Terwal Máquinas Ltda.
22	24/05/2012	Aquisição de painel de vidro aramado, incluindo instalação na Gerência Médica-Odontológica (GMO)	L. L. Brito Comércio de Vidros – Casa do Vidro
23	29/05/2012	Contratação do serviço de tradução do “ <i>Guide For Cooperative Audit Programs Between Supreme Audit Institutions?</i> ”	Itana de Almeida Lins
24	29/05/2012	Serviço de fixação de 29 portas de box nos sanitários do térreo, 1º e 2º pavimentos, com rebites em aço inox, com substituição de dobradiças	Artenele Artes e Decorações Ltda.
25	31/05/2012	Serviço de descupinização, desinsetização e desratização de todas as unidades internas e externas do prédio TCE/BA e TCM/BA. O valor dos serviços serão rateados entre TCE/BA e TCM/BA na proporção de 70% e 30%.	B. S. Silva – A Mariposa Desinsetizadora
JUNHO			
26	05/06/2012	Aquisição de 2 relógios digitais de parede	Pró-Digital Projetos Eletrônicos Ltda.
27	11/06/2012	Serviço de manutenção corretiva no sistema de refrigeração no veículo de placa JQS-6260 da frota do TCE/BA	Iracildes Carvalho & Cia. Ltda.
28	15/06/2012	Revisão ortográfica e linguística do Relatório e Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia, exercício 2011	Jaqueline Barreto Lé
29	15/06/2012	Aquisição de material para ser utilizado nos aparelhos de ar-condicionado devido desgaste do tempo	Inove Engenharia Térmica Ltda.
30	18/06/2012	Serviço de forro completo em cadeira, sofá e lavagem de cadeira a seco	Caposerv Com. E Serv. De Capotaria e Estofaria Ltda.

Fonte: DIRAF.

Quadro 3 – Inexigibilidade de Licitação

N.º	DATA	OBJETO	CREDOR(ES)
ABRIL			
13	19/04/2012	Assinaturas dos Jornais “O Globo”, “Valor Econômico”, “Estado de São Paulo” e das Revistas “Exame” e “Você S/A”, para os Gabinetes dos Conselheiros, Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID) e Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Marize Comércio de Assinaturas Ltda.
14	24/04/2012	Bolsa de estudos para servidor no Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> de Especialização em Direito Previdenciário	Instituto Excelência Ltda.
15	27/04/2012	Inscrição de servidor no evento “Gestão de Documentos Públicos”	Consultoria e Treinamento Ltda. (CONSULTRE)
MAIO			
16	02/05/2012	Bolsa de estudos para servidor no Curso de MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira	Fundação Getúlio Vargas (FGV)
17	02/05/2012	Inscrição de servidora no “V Seminário de Informação e Documentação Jurídica”	Contemporary Informática Ltda.
18	03/05/2012	Inscrição de servidora no Curso de Fitoterapia Funcional Avançada	Centro de Formação Prof. E Gestão Empresarial Ltda.
19	07/05/2012	Inscrição de servidor no “XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado”	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
20	11/05/2012	Inscrição de servidora no “XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado”	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
21	15/05/2012	Assinaturas anuais dos periódicos “Revista Construção Mercado”, “Revista Techne” e “Revista Arquitetura e Urbanismo”, para a Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID)	Editora Pini Ltda.
22	21/05/2012	Inscrições de servidores no “Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas”	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)
23	21/05/2012	Inscrição de servidor no “VII Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos”	LNG Organização de Eventos Ltda.
24	24/05/2012	Assinaturas anuais das Revistas “Zênite” e Informativo de Licitações e Contratos (ILC), referentes ao exercício de 2012, para a Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID)	Zênite Informação e Consultoria S/A
25	25/05/2012	Assinatura do “Boletim de Orçamento e Finanças”, referente ao exercício de 2012, para a Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID)	Governet Editora Ltda.
26	31/05/2012	Assinatura do Boletim IOB, exercício 2012	Informações Objetivas e Publicações Jurídicas Ltda. (IOB)
JUNHO			
27	04/06/2012	Inscrições de 20 servidores no evento “Formação de Multiplicadores em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Demonstrativos Fiscais”	Escola de Administração Fazendária (ESAF)
28	18/06/2012	Inscrição de servidor no evento “Responsabilização de Agentes Públicos e Privados Perante os Tribunais de Contas”	JAM – Jurídica Editoração e Eventos Ltda.
29	28/06/2012	Assinaturas do Jornal “A Tarde” para os Gabinetes de Conselheiros, Assessoria de Comunicação (ASCOM) e Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID)	Empresa Editora A Tarde S/A
30	29/06/2012	Inscrições de servidores no “1º Seminário Nacional de Redes Sociais e E-Gov para Administração”	Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública (CETEM)

Fonte: DIRAF.

Quadro 4 – Contratos, convênios e termos aditivos

N.º	TIPO	DATA	OBJETO	PARTE(S)
ABRIL				
5	TA	01/04/2012	Aditivo de prazo ao Convênio de Cooperação Técnica, com vistas ao aperfeiçoamento das instituições convenientes	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE)
6	TA	25/04/2012	Aditivo de preço em razão de Convenção Coletiva, para o contrato de Vigilância/Segurança Patrimonial e Segurança Pessoal e Privada	Empresa Estrela Serviços de Segurança Ltda.
MAIO				
2	C	02/05/2012	Consultoria para elaborar recomendações sobre política de gestão de pessoas e mudanças de estruturas e processos organizacionais afetos à área de Auditoria – PROFORT	Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda.
2	C	07/05/2012	Curso MBA em Auditoria para servidor	Fundação Getúlio Vargas (FGV)
7	TA	08/05/2012	Aditivo de prazo ao contrato de fornecimento de vale-refeição aos servidores do TCE/BA	Ticket Serviços S/A
3	C	09/05/2012	Curso de Pós-Graduação em Direito Previdenciário	Instituto Excelência Ltda.
8	TA	18/05/2012	Aditivo de preço em razão de Convenção Coletiva, para o contrato de conservação e limpeza	Steel Serviços Auxiliares Ltda.
2	CONV	22/05/2012	Cooperação Técnica, com vistas à inclusão de dois servidores no Curso de Especialização em Direito de Infraestrutura Pública e Inclusão Social	Procuradoria Geral do Estado (PGE)
4	C	28/05/2012	Serviço de telefonia longa distância DDD/DDI	Telemar Norte Leste S.A
JUNHO				
3	C	01/06/2012	Mapeamento e redesenho dos processos auditoriais com capacitação da equipe executiva envolvida em tais atividades – PROFORT	MBS Estratégias e Sistemas Ltda.
9	TA	13/06/2012	Aditivo de valor e prazo para o contrato de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de sonorização	Fábio Fontes
3	CONV	28/06/2012	Termo de Cooperação Técnica para a cessão de funcionários	Prefeitura de Camaçari

Fonte: DIRAF.

Legenda:
 TA = Termo Aditivo
 C = Contrato
 CONV = Convênio

APÊNDICE D

Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Acordo Subsidiário entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e o Estado da Bahia, em 24/02/2010, visando estabelecer as condições para o adequado cumprimento do objeto do Acordo de Doação n.º TF095683, datado de 14/12/2009, firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), disponibilizando ao Estado, na forma de doação, o montante de US\$400,000.00 (quatrocentos mil dólares) para a implementação do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT) pelo TCE/BA. - Realização, no dia 03/03/2010, da oficina de estudos que reuniu representantes do TCE/BA, do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), dos Tribunais de Contas dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Tocantins, Alagoas e Pará, do Instituto Rui Barbosa e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, na sala de treinamento do TCE/BA, para subsidiar estudos de viabilidade técnica e econômica, com vistas à adoção de solução tecnológica para monitoramento de planos estratégicos, que atendam às necessidades dos tribunais de contas brasileiros. - Celebração do 2º Termo Aditivo ao Convênio n.º 04/2009, em 23/03/2010, com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), tendo por objeto a prestação de assistência técnica para a realização da primeira auditoria financeira do Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Essa assistência técnica, prestada pelo TCE/BA, consistiu no assessoramento presencial e a distância à equipe do TCE/MG, na conclusão do planejamento, bem como nas fases de execução e elaboração de relatório da referida auditoria. O objeto do citado Convênio foi concluído em junho de 2010. - Participação regular de servidores em reuniões ordinárias e demais atividades da Rede de Controle do Estado da Bahia. Foi celebrado, em 07/04/2010, o 1º Termo Aditivo, tendo como objeto a inclusão de partícipes ao Acordo de Cooperação Técnica (assinado em 17/09/2009, durante o I Fórum de Rede de Controle na Bahia) firmado entre diversos órgãos públicos e entidades no Estado da Bahia (a exemplo do TCE/BA, TCM/BA, Secretaria da Fazenda do Estado, Ministério Público do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado, Advocacia Geral da União no Estado da Bahia, Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado da Bahia, Controladoria Geral da União na Bahia, Superintendências da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal), para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização, combate à corrupção, controle social e interação das redes nos âmbitos estadual e federal.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação de representantes do TCE/BA no Encontro de Planejamento Estratégico nos Tribunais de Contas, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 15 e 16/04/2010. - Exposição realizada pelo Secretário Ney Jorge Campello, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo 2014, sobre os trabalhos em desenvolvimento com vistas a preparar Salvador para ser uma das 12 cidades-sede do Mundial da FIFA, abordando pontos sobre infraestrutura, segurança, telecomunicações, turismo e hotelaria, além de tratar sobre o Plano Diretor da Copa (PDC) e sobre a Matriz de Responsabilidades (dos governos Federal, Estadual e Prefeitura de Salvador), entre outros assuntos, no dia 22/04/2010, no Plenário do TCE/BA. - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Zilton Rocha, no IX Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido nos dias 29 e 30/04/2010, em Recife/PE. Durante o evento, foi eleita a nova diretoria do Colégio e, para a Secretaria Geral, um auditor do TCE/BA, bem como para integrar o Conselho Consultivo da Entidade, criado naquela ocasião, a Ouvidora do TCE/BA. - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, a convite do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Ubiratan Aguiar, da solenidade de abertura do evento “Parcerias Estratégicas e o Modelo de Fiscalização da Copa 2014”, que ocorreu em Brasília, no dia 11/05/2010, no auditório Ministro Pereira Lima, na sede do TCU. - Celebração de Protocolo de Execução, em 11/05/2010, relativo ao acompanhamento das ações governamentais para a Copa do Mundo de 2014, tendo como partícipes o TCU e Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, em número de dezesseis. O referido Protocolo objetivou especificar atividades relativas à articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, para viabilizar a fiscalização dos recursos públicos aplicados para a Copa do Mundo 2014. Foram realizadas ações, com destaque para a capacitação “Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014” (ocorrida em Brasília-DF, outubro/2010), com a participação de treze servidores do TCE/BA nos cursos de Auditoria de Obras, de Controle de Parcerias Público-Privadas e de Fiscalização Ambiental.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU), em 11/05/2010, objetivando fiscalizar a aplicação de recursos públicos nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado da Bahia, bem como realizar intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e atividades complementares de interesses comuns. Foram realizadas ações de cooperação nas áreas de fiscalização e capacitação, a exemplo da participação de servidores daquele Órgão em eventos técnicos promovidos pelo TCE/BA como o <i>Workshop</i> sobre Auditoria de Obras Públicas (julho/2010) e o Encontro denominado “A Experiência do TCU na Instrução e Julgamento de Processos de Contas” (outubro/2010). - Participação, no período de 08 a 15/05/2010, de representante do TCE/BA no Encontro Control del gasto em contextos de austeridad: una oportunidad para la eficiencia, que teve lugar em Sevilha/Espanha, realizando contatos com o <i>Instituto de Estudios Fiscales</i> (IEF), vinculado ao Ministério de Economia e Fazenda da Espanha, com a <i>Cámara de Cuentas da Andalucía</i> e com o <i>Instituto de Estudios sobre la Hacienda Pública de Andalucía</i> (IEHPA), com vistas a prospectar cursos de aperfeiçoamento em Auditoria Operacional destinados aos membros do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), no âmbito do PROMOEX, e aos monitores dos trabalhos dos tribunais de contas participantes do Programa. - Participação do TCE/BA no 2º Seminário Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas: Comunicação – Instrumento de Controle Social, realizado em Palmas/TO, no período de 07 a 09/06/2010. - Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2009, pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Deputado Marcelo Nilo, em 17/06/2010. O Conselheiro Antonio Honorato, Relator do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 08/06/2010, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2009, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. - Realização de Curso de Auditoria Governamental, por dois instrutores do TCE/BA, de 02 a 06/08/2010, no âmbito do Projeto Multiplicando Experiências, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2010 com o Instituto Rui Barbosa (IRB), em 09/08/2010, tendo como objeto o apoio institucional à execução do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), com Doação do Banco Mundial. Participação de servidores do TCE/BA no I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, realizado na Fundação Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX), em Campo Grande/MS, no período de 11 a 13/08/2010. - Participação de servidores do TCE/BA no Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas, realizado em Brasília/DF, nos dias 16 a 18/08/2010, promovido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e pelo Grupo Temático de Gestão de Pessoas (GGP) do PROMOEX, com o apoio do Instituto Rui Barbosa. O Encontro teve como objetivo proporcionar o compartilhamento de conhecimentos e informações acerca da atuação em Gestão de Pessoas, propiciando a atualização na área e o cumprimento das metas mínimas previstas para o Subcomponente 2.6 do PROMOEX. - Participação de servidores do TCE/BA, nos dias 13 e 14/09/2010, do Fórum Técnico sobre os temas “Registro de Atos e Fiscalização de Pessoal e Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre Contas de Governo”, organizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, com apoio do IRB, da ATRICON, dos Grupos Deliberativo e Técnico do PROMOEX e da Direção Nacional do Programa junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, acompanhada dos Conselheiros Pedro Lino, Manoel Castro e Zilton Rocha, do II Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Brasília/DF, no período de 15 a 16/09/2011. A abertura do evento, cujo tema foi “Ética, Transparência e Integração”, foi realizada pelo Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, e teve, também, como conferencista o Ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram discutidos temas como: a integração e fortalecimento dos Tribunais de Contas e a atualização do Código de Ética dos Tribunais de Contas. Na ocasião, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas. - Celebração, em 05/10/2010, do Contrato de Prestação de Serviços n.º 18/2010 com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), tendo como objeto a prestação, pelo SERPRO, de serviço de tecnologia da informação, consubstanciado na disponibilização do acesso à sua rede, para utilização pelo TCE/BA de informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), residentes na base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recebimento de visita técnica ao TCE/BA, em 07/10/2010, do filósofo Patrick Viveret, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas da França, que discorreu sobre o programa <i>Dialogue en Humanités</i>, desenvolvido pela Fundação France Liberé, com apoio da Unesco, que reúne intelectuais de todo o mundo para discutir os desafios da humanidade. Participaram do encontro a Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, e os Conselheiros Filemon Matos, Pedro Lino, Manoel Castro e Zilton Rocha. - Celebração, em 07/10/2010, do Termo Aditivo n.º 16/2010 ao Convênio de Cooperação Técnica n.º 02/2006 entre o TCE/BA e a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, para acrescer o Plano de Trabalho n.º 01 que passou a compor o Anexo 1 do referido Convênio, tendo como objeto a disponibilização mútua de área física para a instalação de equipamentos de tecnologia da informação com acesso à Rede Governo, para o aperfeiçoamento e modernização dos sistemas de cópias de segurança de dados e sistemas dos Convenientes. - Celebração dos Convênios n.ºs 03/2010 e 04/2010, respectivamente, com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) e com o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), pelo TCE/BA e o CEDASC, em novembro de 2010, para cessão de uso do Sistema Corporativo (SCR), utilizado para fornecer informações de uso comum e permitir autenticações de acesso dos usuários às demais soluções tecnológicas do TCE/BA; do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), utilizado, principalmente, para fornecer aos usuários do TCE uma interface <i>web</i> para programação e acompanhamento das auditorias; e do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), utilizado para planejamento, execução e gerenciamento das auditorias. No 2º trimestre de 2011, foram promovidas atividades de capacitação, transferência de tecnologia e conhecimento, cessão dos códigos-fontes e implantação, para uso do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, do Sistema Corporativo (SCR), do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação do TCE/BA no XV Congresso Latino Americano de Auditoria Interna, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em novembro de 2010, bem como no 4º Seminário de Auditoria Interna realizado em Salvador/BA, em outubro de 2010. - Participação do TCE/BA no I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas, realizado em Manaus, de 16 a 19/11/2010, sendo representado pelo Conselheiro Manoel Castro (moderador de painel em 19/11/2010) e pelo Conselheiro Zilton Rocha, além de servidores da Casa. - Participação, representando o TCE/BA, do Conselheiro Manoel Castro no II Congresso Sulbrasileiro de Controle Público – A Transparência Construindo a Democracia, nos dias 1º e 02/12/2010, realizado em Porto Alegre/RS. - Realização de palestra no XVII Congresso Baiano de Prefeitos, Vereadores, Secretários e Assessores Municipais, patrocinado pelo Instituto de Estudo e Pesquisas na Administração Pública (IEPAP), em Camaçari/BA, pelo Conselheiro Manoel Castro do TCE/BA, em 03/12/2010. - Filiação do TCE/BA ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) e assinatura, em 06/12/2010, de Termo de Adesão do TCE/BA ao Protocolo de Intenções firmado entre o IBRAOP, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e outros tribunais de contas brasileiros, tendo por objeto o desenvolvimento de ações voltadas para aprimorar a gestão e o controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de orientações técnicas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assinatura, em 10/12/2010, do 3º Termo Aditivo ao Convênio n.º 09/2006 entre o TCE/BA e o Instituto Rui Barbosa (IRB), para prorrogar a vigência do citado Convênio até 31/12/2011, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). - Assinatura, em 21/12/2010, do Termo Aditivo n.º 24/2010 ao Convênio n.º 07/2006 entre o TCE/BA e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), para prorrogar a vigência do citado Convênio até 31/12/2011, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a execução do PROMOEX. - Celebração, em 24/12/2010, do Termo Aditivo n.º 27/2010 ao Convênio entre o TCE/BA e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC/DF), para cooperação técnica na área auditorial. - Conclusão do desenvolvimento do novo Portal dos Tribunais de Contas do Brasil, no 4º trimestre de 2010, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica celebrado, com a interveniência do TCE/BA, pelo CEDASC com o Instituto Rui Barbosa (IRB), cujo escopo abrangeu a sua reformulação visual, tornando-o esteticamente mais intuitivo e agradável. Foi realizada a reorganização do seu conteúdo, facilitando o acesso à informação, sendo disponibilizadas, ainda, novas soluções de boletim eletrônico e para arquivamento de documentos e catálogo de endereços, tudo integrado em um único sistema de desenvolvimento e gestão de conteúdo de portais. - Participação do TCE/BA no Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX. Nos exercícios de 2010 e 2011, foram realizadas auditorias operacionais nas áreas de saneamento (tendo em vista a materialidade dos recursos financeiros investidos e o impacto, comprovado por pesquisas acadêmicas, das ações dessa área na saúde da população) e meio ambiente (selecionada por ocupar espaço de destaque na sociedade, na mídia e nas políticas públicas). No período de 12 a 15/09/2011, foi realizada a Capacitação em Auditoria Operacional em Meio Ambiente – Matriz de Achados, com a participação de 69 técnicos de 27 tribunais de contas brasileiros, nas instalações do Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU), sob a coordenação técnica do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	<p>Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.</p>	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização, nos exercícios de 2010 e 2011, de convênio de cooperação técnica firmado entre o TCE/BA e a Receita Federal do Brasil (RFB), com vistas a viabilizar a troca de informações de interesse mútuo. O Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante), por exemplo, passou a ser utilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB), além de ser usado para o planejamento das auditorias do TCE/BA, e pelas unidades de controle interno de diversas Secretarias de Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Poder Judiciário da Bahia. - Celebração do Convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2011 com a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, objetivando aperfeiçoar e modernizar os sistemas de fiscalização governamental e a capacitação de técnicos, com a interveniência do CEDASC. - Celebração do Termo de Cooperação Técnica n.º 01/2011 com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, rotinas, sistemas e técnicas de trabalho visando ao aperfeiçoamento funcional e institucional dos Tribunais. Em 09/02/2011 foi firmado seu 1º Termo Aditivo, tendo por objetivo a prestação de assistência técnica para a realização da primeira auditoria financeira do Projeto Educar do Governo do Estado de Pernambuco. Para tanto, profissionais de auditoria deste TCE/BA foram designados para, através de visitas técnicas realizadas em fevereiro e março de 2011, respectivamente, assistir à conclusão da fase de planejamento e proceder ao acompanhamento dos trabalhos de campo, revisão de papéis de trabalho e elaboração de relatório. Foi celebrado, em 28/04/2011, o 2º Termo Aditivo, visando à prestação de assistência técnica para a realização da segunda auditoria financeira do mencionado Projeto Educar. Com essa finalidade, servidores deste TCE/BA foram designados para, através de visita técnica realizada em maio de 2011, avaliar o relatório de planejamento e prestar orientações acerca dos trabalhos de campo. - Participação do Conselheiro Manoel Castro, representando o TCE/BA, no 2º Encontro Norte e Nordeste dos Tribunais de Contas, no período de 16 a 19/03/2011, realizado em Belém/PA. - Participação do Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Dr. Maurício Caleffi, na composição da mesa de abertura do I Encontro de Orientação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) com os Gestores Municipais, promovido pela União dos Prefeitos da Bahia (UPB) e pelo TCM/BA, nos dias 18 e 19/04/2011, no Centro de Convenções da Bahia.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Manoel Castro, na condição de Primeiro Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), nos seguintes eventos externos de interesse deste Tribunal, durante o 2º trimestre de 2011: II Encontro de Desembargadores e Conselheiros de Tribunais de Contas realizado em São Paulo em 18/04/2011, para um diálogo sobre os principais processos de interesse do sistema de controle externo brasileiro em tramitação nas diversas instâncias do Poder Judiciário nacional; reunião do Instituto Rui Barbosa (IRB) realizada no Rio de Janeiro/RJ, no período de 15 a 17/05/2011, para o 4º Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos (CONINTER), com o apoio dos Tribunais de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM/RJ), contando com a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); VIII Congresso da European Organisation of Supreme Audit Institutions (EUROSAI), realizado em Lisboa/Portugal, de 30/05 a 04/06/2011, na condição de Primeiro Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa, em razão de impedimentos do Cons. Severiano Costandrade Aguiar, Presidente do IRB. - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Zilton Rocha, além de um auditor, no VII Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 28 e 29/04/2011. - Celebração, em 11/04/2011, do Convênio de Cooperação Técnica e Intercâmbio de Informações n.º 05/2011, com a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), visando proporcionar acesso <i>on line</i> ao seu banco de dados, para a obtenção de informações cadastrais de empresas, restrita, exclusivamente, à consulta e impressão de informações necessárias à instrução de processos auditoriais. - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, na reunião da Diretoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizada no TCE/BA em 13/05/2011, para apresentação e discussão do planejamento de ações deste Instituto para 2011/2012. <p>Realização de reuniões institucionais do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, com os representantes: do Ministério Público do Estado (em abril/2011); da Controladoria Regional da União no Estado da Bahia (em abril/2011); Ministério Público Federal no Estado da Bahia (em maio/2011).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação de servidor do TCE/BA no IV Congresso CONSAD (Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração) de Gestão Pública, ocorrido em Brasília/DF, de 25 a 27/05/2011.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2010, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, juntamente com os Conselheiros Filemon Matos, Manoel Castro e Zilton Rocha, em 15/06/2011. O Conselheiro Filemon Matos, Relator do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 07/06/2011, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2010, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. - Participação de Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Dr. Maurício Caleffi e Dr. Marcel Siqueira Santos, no V Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas, nos dias 28 a 30/06/2011, em Cuiabá/MT. Visita ao TCE/BA, em 04/07/2011, do Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União e do Ministro Valmir Campelo, Relator no âmbito daquela corte das ações relacionadas à Copa do Mundo de 2014, oportunidade em que foram recebidos pela Presidente deste TCE, Conselheira Ridalva Figueiredo, e pelos Conselheiros Filemon Matos, Pedro Lino, Antonio Honorato, Manoel Castro e Zilton Rocha. - Promoção do Workshop Encontro Técnico dos Tribunais de Contas Participantes da Pesquisa Diagnóstica IRB-TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), pelo TCE/BA, em parceria com o IRB e o Banco Mundial. O evento foi realizado no TCE/BA, em 04 e 05/08/2011, objetivando reunir os Tribunais de Contas que responderam ao questionário da pesquisa diagnóstica, aplicada no final do exercício de 2010, bem como definir um plano de ação para a implementação, pelos Tribunais parceiros, das atividades de treinamento e assistência técnica estabelecidas. O <i>workshop</i> contou com a presença de servidores das Cortes de Contas Estaduais da Bahia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins; dos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados do Ceará e de Goiás, e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Participaram da cerimônia de abertura: a Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Severiano Costandrade; o Vice-Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Neto; os Conselheiros Manoel Castro e Zilton Rocha, do TCE/BA; o Especialista Sênior do Banco Mundial, Dr. Regis Cunningham; representantes da Superintendência de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento, da estrutura da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, da Controladoria Geral da União e da Auditoria Geral do Estado da Bahia; servidores das Cortes de Contas citadas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <p>- Participação do TCE/BA, no 3º trimestre de 2011, representado pelo Conselheiro Manoel Castro, nos seguintes eventos externos, na condição de Primeiro Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB): II Encontro Técnico de Educação Corporativa, promovido pelo PROMOEX, IRB e ATRICON, com o apoio do TCE/RJ, realizado no Rio de Janeiro em 10/08/2011, para focar questões conceituais e operacionais dos projetos de capacitação técnica do Sistema de Controle Externo Brasileiro. O evento contou com a participação de representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como de servidores do TCE/BA. Houve, ainda, nessa mesma data, uma reunião de trabalho sobre a possibilidade de apoio do BID e do Governo Federal para a efetivação da 2ª etapa do PROMOEX; reunião com a representação do Banco Mundial, ocorrida em Brasília/DF, nos dias 11 e 12/08/2011, sobre a possibilidade de criação de um novo programa nos moldes do PROMOEX, desta feita com financiamento do BIRD, objetivando a implementação do projeto “Nova Contabilidade Pública”, liderado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade, da ATRICON e do IRB. Na oportunidade, foi aprovado, em caráter preliminar, o conceito do projeto a ser operacionalizado pelos Tribunais de Contas subnacionais, ficando a responsabilidade da coordenação dos trabalhos de elaboração das notas conceituais, a serem submetidas ao BIRD, para o Cons. Manoel Castro do TCE/BA; I Encontro Técnico dos TCs sobre Processo Eletrônico e Contas de Governo e reunião da Diretoria do IRB, realizados em 29/08/2011, em João Pessoa/PB; I Encontro Regional Sul-Sudeste dos Tribunais de Contas e reunião da Diretoria da ATRICON, representando o IRB, nos dias 29 e 30/09/2011, em Curitiba/PR. Na ocasião, houve continuidade dos debates sobre o PROMOEX, relativamente ao Processo Eletrônico no Sistema de Controle Externo. Além disso, foi realizada reunião com o TCE/PR, sobre o tema “Execução e acompanhamento das decisões do Tribunal de Contas”, visando ao intercâmbio de informações com os trabalhos do TCE/BA, envolvendo o Ministério Público Especial, a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria Geral e a Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ), com a mesma finalidade.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação do TCE/BA, representado pelo Cons. Manoel Castro, no III Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil “Os Desafios da Transparência e do Acesso à Informação”, realizado no Rio de Janeiro/RJ, em 03 e 04/10/2011, promovido pela ATRICON/IRB, com o apoio do TCE/RJ, proporcionando diversos debates sobre o tema, sob os prismas da transparência e acesso a documentos públicos como parte fundamental desse processo e da utilização das novas tecnologias na difusão das informações. - Participação do TCE/BA na XXI Assembleia Geral Ordinária da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), realizada na cidade de Caracas, Venezuela, no período de 17 a 22/10/2011. Houve relevante intercâmbio do TCE/BA com as delegações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi apresentado um relatório elaborado pela delegação do TCE/BA, integrada pelo Cons. Manoel Castro, pelo Chefe da Auditoria Interna e por servidor representando a Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), para a Presidência do TCE/BA. Destaque-se que o Brasil hospedará a XXII Assembleia da OLACEFS em 2012, na cidade de Gramado/RS. - Participação do TCE/BA, representado por sua Presidente, Cons. Ridalva Figueiredo, no 10º Seminário Binacional sobre Gestão Pública Municipal e o Papel das Empresas no âmbito das Municipalidades Luso-Brasileiras, realizado na cidade de Faro, Portugal, de 07 a 11/11/2011, com o objetivo de apresentar às autoridades governamentais brasileiras os avanços alcançados pela moderna gestão pública do Município de Faro, o qual é considerado modelo de excelência urbanística/cultural no contexto das municipalidades europeias, tendo como público-alvo prefeitos, secretários municipais e estaduais, deputados, vereadores, empresários e outras autoridades brasileiras.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação dos Conselheiros Manoel Castro, Zilton Rocha e Pedro Lino, além de servidores deste TCE, no XXVI Congresso dos Tribunais de Contas, realizado em Belém/PA, no período de 21 a 23/11/2011, cuja temática versou sobre a “Integração e Transparência para a Cidadania”. Na oportunidade, os objetivos e primeiros resultados do PROFORT foram apresentados pelo Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente do Instituto Rui Barbosa, parceiro do Projeto. - Visita ao TCE/BA de representantes da Kennesaw State University (EUA). O TCE/BA recebeu, no dia 06/03/2012, a visita de 17 estudantes, dois monitores e dois professores da Kennesaw State University, instituição superior de ensino de Atlanta, no Estado da Georgia (EUA). O grupo de 21 acadêmicos veio à Bahia com o objetivo de adquirir experiências e colher subsídios para o projeto denominado Estudo das Sete Revoluções, que tem como meta educar cidadãos considerados globalmente competentes e com visão estratégica. Ao receber o grupo na Sala de Treinamento do CEICE, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, ressaltou a importância de o Tribunal estreitar o relacionamento com as universidades. - Visita ao TCE/BA de auditores dos Tribunais de Contas dos Estados de Rondônia e do Acre. Uma equipe formada por profissionais dos Tribunais de Contas do Estados de Rondônia e do Acre visitou o TCE/BA, nos dias 08 e 09/03/2012, com o objetivo de conhecer a metodologia de trabalho e as soluções tecnológicas desenvolvidas e utilizadas por este TCE. Os auditores visitantes se reuniram com servidores das áreas de controle externo do TCE/BA e de tecnologia da informação do CEDASC, passando a conhecer o Sistema Mirante, o Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA). Na oportunidade, também foram discutidas a sistemática de trabalho das coordenadorias de controle externo e a padronização e sistematização do processo auditorial.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação de Procuradores do Ministério Público Especial nos seguintes eventos: Seminário “A Defesa Técnica no Processo de Contas”, realizado no dia 09/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), em Porto Alegre/RS; e VI Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas, realizado nos dias 14 a 16/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), em Natal/RN. - Participação do TCE/BA em ações do Programa Nacional de Educação Compartilhada dos Tribunais de Contas. O Grupo de Educação Corporativa – GEC/PROMOEX promoveu, em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), uma série de cursos em áreas indicadas pelos próprios tribunais. O TCE/BA participou, em Brasília/DF do: Curso de Jurisprudência e Prática sobre a Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas, de 12 a 15/03/2012; Curso de Auditoria de Obras Públicas, de 12 a 16/03/2012; Curso de Auditoria Operacional (ANOP), de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação, de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria Governamental, de 08/05 a 03/07/2012. - Realização de reunião com o BIRD, ATRICON e IRB sobre o PROFORT II. Os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, e Manoel Castro, Corregedor, participaram, nos dias 15 e 16/03/2012, de reunião, em Brasília/DF, com o propósito de discutir as atividades previstas na Nota Conceitual relativa ao Projeto de Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT II), que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a consolidação do novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Outra meta do PROFORT II é possibilitar a disseminação e a aplicação das Normas de Auditoria no âmbito governamental brasileiro em observância às normas recomendadas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no lançamento de mais dois novos módulos do Portal Transparência Bahia (“Convênios” e “Compra Transparente”), em 19/03/2012, pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no encontro técnico de cooperação entre os tribunais envolvidos na fiscalização de ações destinadas à Copa de 2014, realizado em Natal/RN, em 21/03/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização do Encontro Técnico de Auditoria Operacional. O TCE/BA e o Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveram, no dia 26/03/2012, o Encontro Técnico de Auditoria Operacional, cujo objetivo foi tratar da consolidação dos trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas brasileiros, no âmbito das auditorias operacionais focadas na área de meio ambiente. Os trabalhos são acompanhados pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX. Auditores representantes de 31 TCs do Brasil participaram do Encontro. O Evento foi aberto pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, que salientou o relevante papel das auditorias operacionais para o fortalecimento dos Tribunais de Contas. O Secretário de Fiscalização de Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Sampaio de Freitas, apresentou a palestra “A Importância do Monitoramento das Auditorias”. Na 2ª etapa do Encontro, na sala de treinamento do CEICE, os auditores se reuniram para discutir o Projeto de Sustentabilidade em Auditoria Operacional. Foi o momento de falar sobre suas experiências e apresentar as programações. Pelas manifestações dos participantes, fica claro que parte significativa dos TCs contemplará auditoria operacional na programação de 2012. Os auditores conheceram ainda a Proposta de Resolução Diretrizes de Procedimentalização de Auditoria Operacional. - Participação no Evento sobre Gestão de Consórcios Públicos. No dia 27/03/2012, o Evento, promovido pelas Secretarias do Planejamento (SEPLAN) e Desenvolvimento Urbano (SEDUR), com a parceria da União dos Municípios da Bahia (UPB), foi realizado no Auditório Conselheiro Lafayette Pondé, do TCE/BA. Na oportunidade, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, compôs a mesa juntamente com o presidente do TCE/PR, Fernando Augusto Mello Guimarães, o Secretário Estadual de Planejamento, José Sérgio Gabrielli, o representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, Ronaldo Santana, representando o Presidente do TCM/BA, Oberdan Rocha, Vice-Presidente da UPB, e Antônio Carlos Cardoso, representante do Consórcio Público na Bahia. O encontro inaugurou uma rodada de discussões sobre o tema Consórcios Públicos, cujo objetivo é ampliar as políticas públicas, reduzir custos e otimizar investimentos municipais. - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e do Corregedor, Cons. Manoel Castro, na mesa diretora da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), que ocorreu nos dias 29 e 30/03/2012, em Salvador/BA. O Evento, que abordou o tema “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”, reuniu representantes de várias comunidades do interior da Bahia, além de lideranças regionais. O objetivo principal foi discutir 20 propostas relativas ao controle da gestão, as quais serão submetidas à apreciação do governo federal visando à transparência e a um maior controle social. - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, na Conferência Livre sobre Controle Social da Gestão Tributária, em Salvador/BA, no dia 31/03/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação dos Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA na “Mobilização Nacional dos Ministérios Públicos de Contas”, ocorrida em 25/04/2012, em Brasília/DF; - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, como mediador da conferência “Controle Público: Novos Temas”, integrante do círculo de palestras do XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, que aconteceu de 23 a 25/05/2012, em Salvador/BA. - Visita de comitiva do Tribunal de Contas de Buenos Aires, incluindo o seu Presidente, em 29/05/2012, à sede do TCE/BA, com o objetivo de conhecer o trabalho auditorial da Corte de Contas baiana e trocar experiências com a Instituição. - Participação do TCE/BA no Seminário “Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação”, promovido, dias 31/05 e 01/06/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), em Palmas/TO. Estiveram presentes representantes de Tribunais de Contas de 24 estados do País, dentre eles o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e também: o Ouvidor, uma Assessora Especial da Presidência, o Assessor-chefe da Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ) e o Assessor de Comunicação, todos do TCE/BA. - Participação do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA no I Encontro Estadual de Educação, promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia, nos dias 31/05 e 01/06/2012, com a Procuradora de Contas Carolina Matos Alves Costa presidindo um dos painéis do evento; - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, em 04/06/2012, do I Congresso Baiano de Controle Interno Municipal, realizado pela União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB), em Salvador/BA. No evento, houve apresentação de resultados da pesquisa “A Situação dos Sistemas de Controle Interno da Bahia”. - Assinatura de Termo de Compromisso entre o TCE/BA e o BID, no dia 15/06/2012, em Brasília/DF. No documento, estão contidas regulamentações técnicas do TCE/BA e do BID, em relação às auditorias e os projetos financiados com recursos de contratos de financiamento. Estiveram presentes ao evento o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, o Superintendente Técnico e o Diretor Administrativo e Financeiro do TCE/BA. - Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2011, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, juntamente com os Conselheiros Ridalva Figueiredo, Filemon Matos, e Inaldo Araújo, em 18/06/2012. A Conselheira Ridalva Figueiredo, Relatora do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 12/06/2012, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2011, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	<p style="text-align: center;">Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.</p>	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração do Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011 com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE), para intercâmbio de conhecimentos e experiências, rotinas, sistemas e técnicas de trabalho, visando ao aperfeiçoamento das instituições convenientes, no exercício de suas funções constitucionais. Foi realizado, na sede do TCM/CE, o Curso de Auditoria Operacional por servidores do TCE/BA, tendo como público alvo 10 servidores daquele TCM, no 3º trimestre de 2011. O referido Curso foi objeto do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011, que previu também a prestação de assistência técnica para a execução de uma auditoria operacional pelo TCM/CE no Programa Brasil Alfabetizado. Dando continuidade às ações previstas nesse Convênio, foi celebrado, no 1º trimestre de 2012, o seu 2º Termo Aditivo, objetivando acrescentar uma visita técnica ao Plano de Trabalho anexo ao 1º Aditivo, com a finalidade de acompanhar o teste piloto da pesquisa a ser realizada na fase de execução da auditoria operacional no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, sendo realizada, nos dias 15 e 16/03/2012, a segunda visita técnica relacionada com esta auditoria. Foi realizada, no período de 02 a 04/05/2012, a terceira e última visita técnica relacionada com a auditoria operacional no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. - Realização, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), do Curso de Auditoria Governamental Básica, no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e nos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados de Goiás e do Ceará, no 4º trimestre de 2011. A instrutoria foi realizada por técnicos do TCE/BA e dos Tribunais parceiros do Projeto. - Início da assistência técnica ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM/GO), no 1º trimestre de 2012, no âmbito do PROFORT, para a realização de dois exames de contas. A equipe responsável por prestar a referida assistência é composta por dois profissionais de auditoria do TCE/BA, um do TCE/PE e outro do TCE/SC, parceiros do Projeto. - Início, em 14/05/2012, no auditório da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de um ciclo de encontros com as universidades baianas promovido pelo TCE/BA, onde serão apresentadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) – Setor Público e as Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs). O propósito dos encontros é começar as tratativas com a comunidade acadêmica visando estabelecer uma estratégia conjunta de forma a assegurar o ensino sustentável desses normativos. Esses encontros fazem parte do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT). Em 14/05/2012, a palestra foi proferida por Inaldo da Paixão Santos Araújo do TCE/BA sobre a evolução do controle externo no Brasil e os quatro grupos das NAGs. A maior parte do público foi formada por professores universitários. O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, fez a abertura, em 11/06/2012, do Segundo <i>Workshop</i> “Parceria com a Academia”, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista/BA. - Encaminhamento ao TCU (SECEX-BA), em 30/11/2011, do Relatório de Auditoria sobre a aplicação dos recursos estaduais no transporte escolar (Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE), nos municípios baianos de Quijingue e Queimadas, em 2010 e 2011, elaborado pelo TCE/BA, em decorrência dos trabalhos realizados em parceria, no âmbito da Rede de Controle de Gestão Pública.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração pela Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), no 1º trimestre/2012, do Termo de Referência n.º 01/2012, em conjunto com a Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação (ASCOM), objetivando a contratação de consultor nacional a fim de elaborar estratégias para promover o fortalecimento do relacionamento do Tribunal de Contas com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil, de forma a estabelecer uma relação produtiva e mutuamente benéfica, tendo enviado ao Banco em 23/03/2012 para não objeção, sendo esta concedida em 04/04/2012. Foi publicado em 20/04/2012 o aviso de licitação e, após recebimento e análise dos currículos, foi emitido, no dia 06/06/2012, o Relatório para a Seleção de Consultor Individual, estando em fase de negociação do contrato com o primeiro colocado. - Recebimento, pela Ouvidoria do TCE/BA, de 114 manifestações de diversos tipos, no exercício de 2010. Desse conjunto, 55,2% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 15,8%. No exercício de 2011, a Ouvidoria recebeu 134 manifestações. Destas, 81,3% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 6,7%. No primeiro trimestre de 2012, foram recebidas 36 manifestações. Destas, 86,1% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 5,5% do total. No segundo trimestre de 2012, foram recebidas 31 manifestações. Destas, 90,4% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas. Essas manifestações foram respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes. - Exame, no exercício de 2011, de 69 denúncias pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA. No 1º trimestre de 2012, foram examinados 5 processos e no 2º trimestre de 2012, 11 processos. - Lançamento pelo TCE/BA, no dia 16/03/2010, dos livros “A Interação entre os Controles Interno e Externo: um estudo no âmbito estadual da Administração Pública brasileira” e “Jurisdição no Estado do Bem-estar e do Desenvolvimento”. Esses livros integram o Selo Aliomar Baleeiro, instituído pelo TCE em 2003, com o objetivo de preservar e divulgar, especialmente para outras instituições de controle, trabalhos acadêmicos produzidos por seus servidores, constituindo-se nos números sete e oito do referido selo editorial. - Publicação do artigo “Os Tribunais de Contas e os Desafios para a Promoção do Controle Social”, de autoria do Conselheiro Zilton Rocha, na Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011. - Elaboração de artigos técnicos por servidores do TCE/BA, que foram publicados pela Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC), em setembro de 2011. Os artigos foram intitulados “Transparência no Setor Público: uma proposta para incentivar” e “Auditoria Operacional: um instrumento de controle social”.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(2) Desenvolver ações que fortaleçam a interação entre o controle interno e o externo estadual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Execução de ações relacionadas ao aprimoramento dos sistemas corporativos do Estado, mediante entendimentos com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), quanto ao Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF) e ao Sistema de Gestão de Gastos Públicos (SIGAP), e com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), quanto ao Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS). - Cessão de vagas à Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia no Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento aplicado à Auditoria, realizado pelo TCE/BA, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). - Assinatura do Ato Conjunto n.º 24 com Procuradoria Geral do Estado (PGE), no 1º trimestre de 2011, objetivando articular ações tendentes à obtenção da efetividade máxima das decisões do TCE/BA que resultaram na imputação de multa e/ou no reconhecimento de alcance. - Realização, em 06/06/2011, no centro de treinamento do TCE/BA, de apresentação por representantes da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) do Sistema de Gestão de Contas de Consumo, administrado pela SAEB e integrado ao Sistema de Contabilidade Estadual, que tem por objetivo a gestão das despesas com serviços de consumo pelos Órgãos, Fundos e Entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Processos Internos	
Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.		<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões, em setembro de 2011, entre o Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, com os seguintes órgãos: Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH), representada pelo Chefe de Gabinete e Assessores, para tratar das contratações temporárias realizadas por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) no âmbito daquela Pasta; Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), representadas pelo Secretário da Administração, Subsecretário da Fazenda e o Procurador-Geral do Estado, para tratar das contratações temporárias realizadas por meio do REDA no âmbito do Estado da Bahia; Procuradoria Geral do Estado (PGE), representada por três Procuradores, para tratar da situação dos títulos executivos oriundos das decisões condenatórias do TCE/BA. - Realização, em 24/10/2011, no centro de treinamento do TCE/BA, de apresentação por representantes da Procuradoria Fiscal (PROFIS/PGE) do Sistema de Protesto de Títulos da Dívida Ativa (SISPROT), implantado em março de 2011 e destinado a agilizar a cobrança de créditos do Estado e reduzir o volume de execuções fiscais ajuizadas. - Representação e participação do Ministério Público Especial nas reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaboração de procedimentos necessários à expedição de títulos executivos pelo TCE/BA, de acordo com o Ato Conjunto n.º 01, de 29/02/2012, do Presidente do TCE/BA e do Procurador-Geral do Estado da Bahia. - Participação do Cons. Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, abordando o tema “Controle Externo” na abertura do II Encontro de Gestão Pública – Controle Interno e Externo do Governo realizada em 09/05/2012, no auditório da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira/BA. Durante o debate, o Cons. Zilton Rocha informou sobre como os Tribunais de Contas acompanham as políticas públicas implementadas pelos Estados. Universitários de diversos cursos da UFRB e das demais instituições de ensino, a comunidade do Recôncavo e região e autoridades governamentais formaram o público-alvo do encontro, encerrado em 11/05/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	(3) Implementar ações que fortaleçam a Ouvidoria.
		<p>- Assinatura de Convênio entre o TCE/BA e o Governo do Estado da Bahia para otimizar ouvidorias, no dia 20/04/2012. O Termo de Cooperação Técnica objetiva otimizar a utilização do novo Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG). Outros objetivos são a articulação, a integração e o intercâmbio entre os interessados – TCE/BA e ouvidorias do Estado – visando à cooperação mútua para a concepção de suas finalidades institucionais, especialmente no âmbito das suas respectivas ouvidorias. O sistema vem facilitar a participação da sociedade no controle social e dar transparência aos atos praticados pelos gestores públicos.</p> <p>- Visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no dia 07/05/2012, quando o Ouvidor e o Assessor de Comunicação do TCE/BA conheceram os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria e Coordenadoria de Comunicação da Corte de Contas paranaense. O objetivo da visita foi fazer o intercâmbio de ideias, visando aperfeiçoar as duas áreas do TCE/BA com foco na transparência e no controle social.</p> <p>- Visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT), nos dias 09 e 10/05/2012, quando o Ouvidor e o Assessor de Comunicação do TCE/BA conheceram o trabalho de controle social desenvolvido no TCE/MT.</p>
		(4) Iniciar definições relativas à Comemoração do Centenário do Tribunal de Contas em 2015.
	Intensificar o relacionamento com o jurisdicionado.	<p style="text-align: center;">-----</p> <p style="text-align: center;">Diretrizes/Principais Ações</p> <p>(5) Implementar ações que fortaleçam a interação com o jurisdicionado.</p> <p>- Apresentação no TCE/BA sobre os indicadores educacionais do Estado da Bahia. O Secretário da Educação do Estado da Bahia, Osvaldo Barreto, esteve dia 19/04/2012 no Auditório Conselheiro Lafayette Pondé, no TCE/BA, onde apresentou os indicadores educacionais no estado. Acompanhado de sua equipe, o secretário mostrou os programas estruturantes que vêm sendo desenvolvidos pelo governo estadual visando melhorar os indicadores.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	(6) Aperfeiçoar a estrutura legal e normativa (em sintonia com a nova estrutura organizacional a ser estabelecida e com as novas diretrizes normativas).
		<ul style="list-style-type: none"> - Instituição, mediante o Ato n.º 387/2010 da Presidência, de 1º/09/2010, da Política de Segurança em Tecnologia da Informação para o TCE/BA. Este Ato dispõe sobre as diretrizes para a gestão da segurança da informação e normas de controle de acesso lógico e de responsabilidade dos usuários do correio eletrônico, da Internet, de computação móvel e fixa e de trabalho remoto. Foi criado o Comitê de Segurança da Informação, de caráter permanente, composto por cinco membros designados por Ato da Presidência que, dentre outras atribuições, tem a de verificar o cumprimento das normas de segurança, propor medidas operacionais, visando à prevenção de incidentes e à eliminação de fragilidades de segurança da informação no TCE/BA. - Adoção das Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs), mediante a Resolução n.º 53/2011, de 26/07/2011. As NAGs foram desenvolvidas e recomendadas pelo IRB, ATRICON e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no âmbito do PROMOEX. Expedição da Nota Técnica n.º 01/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 27/07/2011, objetivando a padronização da terminologia utilizada para as diferentes naturezas de auditoria, de modo a conferir uniformidade à classificação adotada nos sistemas informatizados deste Tribunal de Contas, bem como em relatórios e informativos gerenciais que tramitam neste TCE. - Expedição da Nota Técnica n.º 02/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 27/07/2011, objetivando a padronização dos Relatórios de Auditoria elaborados pelas CCEs, no âmbito dos exames realizados nas prestações de contas de ordenadores de despesa, com observância a partir do exercício de 2012. - Promoção de alterações nas áreas de atuação das CCEs, em 16/08/2011, conforme a Resolução n.º 60/2011, tendo em vista as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011. - Expedição da Nota Técnica n.º 03/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 17/10/2011, objetivando a normalização para a elaboração de Relatório de Auditoria e documentos afins, no âmbito das CCEs, com observância a partir do exercício de 2012. - Aprovação, através do Ato n.º 253, de 15/12/2011, da Presidente Cons. Ridalva Figueiredo, do Manual de Auditoria de Obras Públicas do TCE/BA, contendo conceitos essenciais, metodologia de trabalho e orientações gerais a serem observadas na realização dessas auditorias. - Tradução do idioma espanhol para a língua portuguesa do material do Curso de Planejamento de Auditoria, da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), que será publicado para divulgação dentre os organismos de controle.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(7) Aprimorar as auditorias quanto à observância a princípios e métodos.</p> <p>- Realização da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do exercício de 2012. Servidores do TCE/BA participaram, dia 28/03/2012, da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do TCE/BA, realizada na Sala de Treinamento do CEICE. O objetivo foi planejar as ações do Comitê para 2012, além de debater e aprofundar questões comuns às coordenadorias e uniformizar procedimentos. Após a abertura da reunião, feita pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, os participantes se debruçaram sobre assuntos de relevância para o Tribunal. No fim do encontro, foi criada a matriz de responsabilização, uma espécie de relação dos temas para enfrentamento e solução e seus respectivos voluntários, que assumiram o compromisso de estudar melhor os itens a fim de buscar soluções. Os temas escolhidos foram: Termos de Outorga/Contrato de Subvenção; Contratos de Gestão; Prescrição/Decadência e Segurança Jurídica; Plano de ação/TAG/TAC; Classificação de Irregularidades e Gradação de Multas; Instruções Convênios e Instrumentos Congêneres; Avaliação de Desempenho/Produtividade; Instrução de Atos de Pessoal; Matriz de Responsabilização; Papel da PROCONTAS; Distribuição/Julgamento Liminar; Queixas para Ouvidoria; Julgamentos de Causas Repetitivas.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Realização de estudos e iniciativas com vistas ao aprimoramento da auditoria de obras públicas no âmbito do TCE/BA, compreendendo: aplicação de <u>questionários de pesquisa</u> junto às equipes das Coordenadorias de Controle Externo; <u>visita técnica às Secretarias de Obras do TCU</u>, a fim de buscar cooperação institucional; realização de <u>Workshop sobre Auditoria em Obras Públicas</u>, em julho de 2010 em Salvador/BA, contando com apresentações sobre a experiência e o <i>modus operandi</i> do TCU e deste TCE/BA, seguidas de oficinas de trabalho para produção coletiva de diagnóstico e propostas; desenvolvimento, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), do programa do <u>Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento aplicado à Auditoria</u> e sua realização, de julho a outubro de 2010, nas instalações da Escola Politécnica, contando com a participação do corpo docente da Universidade e de instrutores do TCU, estes últimos responsáveis pelos módulos que discutiram aspectos práticos aplicados à auditoria; participação de servidores do TCE/BA no <u>Programa de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014</u>, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2010, abrangendo, entre outras, a área de Auditoria de Obras; filiação do TCE/BA ao <u>Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)</u> e assinatura, em 06/12/2010, de Termo de Adesão ao Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e outros tribunais de contas brasileiros, tendo por objeto o desenvolvimento de ações voltadas para aprimorar a gestão e o controle de obras públicas no Brasil; finalização do projeto de desenvolvimento do <u>Módulo de Obras do Sistema Mirante</u>, para registro, consulta e gerenciamento de informações para auditoria em projetos, obras e serviços de engenharia do Estado, com desenvolvimento de solução para disponibilização de consulta de preços de referência da Editora PINI para o Sistema; realização do <u>Workshop Controle de Obras Públicas</u>, em 20/12/2010 no centro de treinamento deste TCE/BA, com vistas à apresentação do Módulo de Obras do Sistema Mirante aos jurisdicionados e discussão acerca do envio de dados através de sistema <i>Web</i>, sinalizando para as iminentes exigências normativas do Tribunal; realização de encontros individuais com órgãos e entidades responsáveis pela licitação e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, objetivando detalhar, do ponto de vista técnico, as funcionalidades do Módulo de Obras do Sistema Mirante; aprovação, em 21/07/2011, da <u>Resolução n.º 52/2011</u>, que dispõe sobre o encaminhamento, por meio de sistema <i>Web</i>, ao TCE/BA, de informações sobre projetos, obras e serviços de engenharia pelos titulares dos órgãos e entidades responsáveis pela sua licitação, contratação e execução; indicação de dois servidores do TCE/BA para integrarem o subcomitê do IBRAOP destinado à elaboração da Orientação Técnica sobre “<u>Delimitação de conceitos de sobrepreço e de superfaturamento em medições de obras públicas</u>”, com participação dos mesmos nas atividades regulares desse grupo, inclusive reuniões realizadas em outros Estados; participação de auditores no <u>Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas</u> e Reunião de Trabalho do IBRAOP, realizados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC); participação de auditores no <u>Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (SINAOP)</u>, realizado em Cuiabá/MT; <u> aquisição de ferramenta CAD</u> como instrumento auxiliar nas auditorias de obras, além da contratação de treinamento para Engenheiros e Arquitetos da Casa, visando ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a utilização desse novo <i>software</i>, a partir de fevereiro de 2012; desenvolvimento do <u>Manual de Auditoria de Obras Públicas</u> e dos seguintes <u>programas de auditoria de obras</u>: Fase de Planejamento – Programas de Informações Gerais e de Informações Específicas; Fase de Execução – Programas de Análise de Projetos Básico e Executivo, Avaliação da Economicidade, Programas da Área Jurídica, Programas de Acompanhamento de Obras em Geral, de Obras Rodoviárias e de Obras de Saneamento, todos inseridos no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.
		<ul style="list-style-type: none"> - Definição de procedimentos aplicáveis às auditorias de instituições financeiras e entidades equiparadas, aprovados pela Resolução n.º 032/2010, que revogou a Ordem de Serviço n.º 53/1997. - Realização de iniciativas com vistas ao aprimoramento das auditorias de Parcerias Público-Privadas no âmbito do TCE/BA, tais como: priorização desse tipo de auditoria através das Resoluções que aprovaram as Diretrizes para os exercícios de 2010 e 2011; reunião, em 05/07/2010, no TCE/BA, com o objetivo de discutir questões relativas ao contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para reconstrução e exploração do Estádio da Fonte Nova, com a presença do Secretário Carlos Martins, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, do Secretário Nilton Vasconcelos, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia, e do Secretário Ney Jorge Campello, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo 2014; reunião, por iniciativa do Conselheiro Filemon Matos, de servidores do TCE/BA com membros da Secretaria Executiva do Programa de Parceria Público-Privada da SEFAZ, no dia 19/07/2010, para trocar informações e debater as competências e formas de atuação governamental, no que diz respeito às atividades de suporte técnico aos órgãos e entidades do Estado na estruturação de projetos e elaboração de modelagem econômico-financeira, editais e contratos relativos às PPPs; participação de servidores no Seminário PPP Américas 2010 “As Parcerias Públicas e Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas”, em 2010; participação de servidores do TCE/BA no Programa de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2010, abrangendo, entre outras, a área de PPPs. - Realização de reuniões institucionais do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, sobre a construção da Arena Fonte Nova com a Faculdade de Economia e a Escola Politécnica, ambas da UFBA, no 2º trimestre de 2012. - Realização de reunião institucional do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, com os Secretários da Casa Civil e do Trabalho, no 2º trimestre de 2012, sobre o encaminhamento das obras para a Copa do Mundo de 2014.

Processos Internos	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p style="background-color: #ADD8E6;">(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação, pelo Ato n.º 208/2010, de 26/05/2010 (publicado no DOE de 28/05/2010), do Comitê Gestor dos sistemas informatizados utilizados na programação, planejamento, execução e acompanhamento das auditorias, envolvendo o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), o Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e o Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante). O referido Comitê Gestor foi reestruturado pelo Ato n.º 020/2011, de 17/02/2011, da Presidência do TCE/BA. - Realização, nos dias 09 a 11/08/2010, do III Workshop TCE/BA & BIRD, com vistas à análise, por especialistas do Banco Mundial, dos relatórios produzidos pelo Tribunal no 1º semestre de 2010, no âmbito de projetos co-financiados por aquela Instituição e auditados por este Órgão, além de apresentar o <i>SWAp</i> Bahia e as novas diretrizes do Banco da área de aquisições. Na abertura do evento, presidida pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, compareceram: o Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; o Conselheiro Manoel Castro, do TCE/BA; e o Dr. Regis Cunningham, Especialista Sênior em Gerenciamento Financeiro do Banco Mundial. Participaram 46 servidores do TCE/BA e cinco especialistas do BIRD. - Participação de auditores da 1ª e 3ª CCEs, em 28/09/2010, do Seminário sobre Normas e Procedimentos de Auditoria Externa de Projetos BID, realizado em Brasília/DF, objetivando divulgar e esclarecer a aplicação das novas políticas relacionadas à gestão fiduciária dos projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo normas e procedimentos para os serviços de auditoria externa requeridos nos contratos de empréstimos durante o processo de execução de projetos e cooperações técnicas. - Realização de pesquisa diagnóstica para seleção dos tribunais de contas, parceiros do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), com Doação do Banco Mundial. - Elaboração, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), de metodologia de Revisão pelos Pares, a partir dos trabalhos de validação das respostas à pesquisa diagnóstica realizada. - Execução de processo licitatório, no 4º trimestre de 2011, objetivando a contratação de empresa de consultoria para mapear e redesenhar processos auditoriais, com treinamento e transferência de tecnologia, no âmbito do PROFORT. No 1º trimestre de 2012, houve continuidade do referido processo, encontrando-se em fase de análise de propostas. No 2º trimestre de 2012, foram iniciados os trabalhos referentes ao mapeamento de processos do TCE/BA, com a realização de reuniões para alinhamento e planejamento estratégico, definição do cronograma e do escopo, e realização do Seminário de Partida, no Plenário do TCE/BA, em 22/06/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Desenvolvimento e revisão de 37 programas de auditoria, que foram padronizados, aprovados pelo Comitê de Auditoria e inseridos no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), destacados por natureza: <u>Informações Gerais</u> (Informações Gerais e Formalização do Processo de Prestação de Contas); <u>Controle Interno</u> (Avaliação dos Controles Internos – Modelo COSO); <u>Orçamentária/Financeira/Contábil</u> (Exame da Despesa; Adiantamento; Diárias); <u>Jurídica</u> (Contratos Administrativos, Licitações, Contratações Diretas, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; Contratos Administrativos em Geral; Contratos Administrativos de Locação de Imóveis; Contratação Direta; Dispensa e Inexigibilidade de Licitação; Procedimentos Licitatórios: Pregão Presencial e Eletrônico; e Procedimentos Licitatórios: Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite); <u>Patrimonial</u> (Material de Consumo; Bens Móveis; Bens Imóveis); <u>Pessoal</u> (Gratificação à Melhoria da Qualidade de Assistência Médica – GIQ; Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe; Gratificação de Atividade Policial Militar – GAP-PM); <u>Convênios</u> (Acompanhamento de Convênios); <u>Projetos Co-financiados</u> (Levantamento de Informações; Avaliação dos Controles Internos; Avaliação da Implementação das Recomendações; Licitações e Contratos; Receitas e Despesas; Demonstrações Financeiras; Regularidade da Despesa; Patrimonialização e Utilização de Bens; e Cumprimento de Cláusulas Contratuais); <u>Obras</u> (Informações Gerais; Informações Específicas; Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite; Análise dos Projetos Básico e Executivo; Avaliação da Economicidade; Acompanhamento da Execução – Obras/Serviços em Geral; Acompanhamento da Execução – Obras Rodoviárias; e Acompanhamento da Execução – Obras de Saneamento).</p> <p>- Elaboração e disponibilização no SGA, após aprovação do Comitê de Auditoria, dos seguintes modelos de relatório, padronizados para o exame de contas: Relatório de Planejamento; Relatório de Auditoria – Modelo 1, utilizado pelas 2ª, 4ª e 5ª CCEs, responsáveis pelo exame das contas da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) e Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), respectivamente; Relatório de Auditoria – Modelo 2, utilizado pelas CCEs responsáveis pela instrução das demais secretarias.</p> <p>- Elaboração e disponibilização no site do TCE/BA, após aprovação do Comitê de Auditoria, do Manual de Normalização para Elaboração de Relatório de Auditoria e Documentos Afins.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação e disseminação de conceitos dos códigos das melhores práticas de tecnologia da informação, mediante um modelo de referência para gestão de TI, como técnicas e práticas de gerência de projetos e serviços baseadas em <i>Control Objectives for Information and Related Technology</i> (COBIT), <i>Information Technology Infrastructure Library</i> (ITIL) e <i>Project Management Institute</i> (PMI) nos projetos e serviços prestados pelo CEDASC em 2010 e 2011. - Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Serviços (SGS), em 2010, cujo principal objetivo é apoiar o processo de recebimento de demandas corretivas e de melhorias dos sistemas. A utilização desta solução permite uma padronização dos registros e do tratamento das demandas dos usuários, melhorando a preparação dessas demandas, visando a um atendimento mais eficiente, com o aperfeiçoamento da comunicação entre os usuários e os gestores dos sistemas. - Desenvolvimento, no 1º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA): monitoramento do Sistema, no que se refere à utilização dos programas padrões de auditoria, TAGs, Papéis de Trabalho (Área de Trabalho, Anexos, Apêndices, Achados, Amostras), Consolidado, Produto; revisão dos programas de auditoria “Informações Gerais, Fase de Planejamento” e “Exame da Despesa, Fase de Planejamento”; início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da administração indireta; início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da área de pessoal; inclusão no SGA do programa “Informações Gerais, Fase de Execução”; atualização dos modelos de papel de trabalho e relatório da fase de Planejamento no SGA com a inserção das TAGs.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Desenvolvimento, no 2º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA): inserção de fontes de critério nos seguintes programas de auditoria: Contratos Administrativos; Licitações; Contratações Diretas; Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (Planejamento); Formalização do Processo de Prestação de Contas (Planejamento e Execução); Informações Gerais (Planejamento); Exame da Despesa (Planejamento); Bens Móveis e Imóveis e Material de Consumo (Planejamento); Material de Consumo (Execução); Bens Móveis (Execução); Bens Imóveis (Execução); Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (Execução); inclusão do programa “Formalização do Processo de Prestação de Contas”, fase Execução; elaboração do programa de auditoria “Formalização do Processo de Prestação de Contas”, fase Planejamento, para a natureza de auditoria “Prestação de Contas de Administrador”, o qual foi encaminhado para apreciação do Comitê de Auditoria; elaboração de <i>check lists</i> para exame da formalização de processos de Prestação de Contas de Administrador, em conformidade com a legislação em vigor; monitoramento da utilização dos programas da administração indireta utilizados na fase de Planejamento do exame das contas do exercício de 2010; implementação de correções e melhorias sugeridas por técnicos, bem como das identificadas pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) e pelo Comitê Gestor do Sistema, destacando-se: a criação de <i>backup</i> automático das auditorias da base local antes da realização do <i>download</i>, proporcionando maior segurança e menor risco de perda de informações; criação de nova tela de <i>upload</i>, permitindo realizar atualizações para a Base TCE de algumas operações selecionadas; encerramento automático da fase no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), com definição do percentual em 100%, após o encerramento da fase correlata no SGA; reformulação da tela de comentário da ordem de serviço e do papel de trabalho; possibilidade de copiar programas específicos de ordens de serviço anteriores; criação de nova tela de histórico das revisões do papel de trabalho, apresentando as observações do gerente e líder; ampliação do tamanho do campo “Observação”, na revisão do papel de trabalho; levantamento de demandas relativas a melhorias e correções do Sistema, a serem implementadas no segundo semestre de 2012; monitoramento das alterações realizadas por técnicos nos programas de auditoria padrão cadastrados no Sistema.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA. O CEDASC e a Secretaria Geral (SEG) iniciaram o Projeto de desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA, provisoriamente denominado “e-PROC”, com o uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas da Autarquia. No dia 13/12/2011, o Projeto foi apresentado na Sessão Plenária do Tribunal. O e-PROC substituirá o atual Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN), e, dentre outras finalidades, terá rotinas próprias para a gestão dos processos e documentos do TCE/BA, tais como protocolo, sorteio, trâmite, notificação, julgamento e arquivamento. O novo sistema oferecerá uma nova plataforma tecnológica, moderna e baseada em <i>softwares</i> livres, para ampliação da informatização das rotinas processuais do Tribunal. O sistema ampliará a informatização da rotinas de gerenciamento de processos e documentos e melhorará a produtividade no uso dos recursos tecnológicos os usuários. Ainda do ponto de vista tecnológico, pretende-se: reduzir o custo e o esforço de manutenção com estruturas mais flexíveis para mudanças; eliminar os problemas de integridade de dados; e dar maior produtividade no atendimento de novas demandas, especialmente relatórios. Além disso, a nova solução permitirá o acesso ao e-PROC, através da internet, a agregação de assinatura eletrônica com certificação digital, consulta e peticionamento eletrônico e uma nova sistemática de arquivamento de processos e documentos. No primeiro trimestre de 2012, o CEDASC e a Secretaria Geral do TCE/BA aceleraram o Projeto, iniciando o desenvolvimento do modelo de dados e das rotinas de ações comuns do Sistema. A fim de subsidiar a área de desenvolvimento do “e-PROC”, que tem como requisito o armazenamento otimizado dos processos eletrônicos, foi disponibilizado um novo servidor de banco de dados baseado na tecnologia SQL Server 2008. Futuramente, essa versão de banco de dados deverá ser adotada no ambiente de produção, que abrange os demais sistemas implementados no CEDASC. No segundo trimestre de 2012, foi concluído o desenvolvimento do modelo de dados e as rotinas de ações comuns do Sistema, bem como foi realizada as importação de dados do Sistema SEGIN para testes no novo Sistema. Outrossim foi iniciado o levantamento de requisitos visando ao desenvolvimento das rotinas do Sistema específicas das atividades da Gerência de Protocolo do Tribunal.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Integração da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> (BI) com o Sistema Mirante. Em 2010, os dados de módulos do Sistema, quais sejam, “Execução Orçamentária e Financeira”, “Licitações”, “Contratações Diretas” e “Convênios” foram carregados em base dimensional, com controle histórico de Poder, Órgão, Secretaria, Unidade, Programa de Governo e Projeto/Atividade. A partir de 2011, a base de dados do Mirante passou a ser utilizada para análise de informações através de ferramenta de BI. Os atuais relatórios do Sistema também foram migrados para base dimensional, própria de projetos de <i>Data Warehouse</i>/BI. Ainda em 2010, foi construído um Painel de Controle, que resume, de forma gráfica, as principais informações disponibilizadas pelo Mirante. Este painel pode ser aberto automaticamente no reinício da estação de trabalho dos usuários, ser consultado através do próprio Sistema, e, ainda, ser encaminhado, periodicamente, por e-mail para grupos de usuários. No 2º trimestre de 2011, foi apresentado o conteúdo dos Módulos de “Execução Orçamentária e Financeira”, “Licitações” e “Contratações Diretas”, com relatórios pré-definidos e recursos para consultas e análises personalizadas com a utilização de recursos de BI. Em relação ao Módulo de Convênios, foram incorporados ao Sistema novos tipos de instrumentos, quais sejam, “15-Outros Convênios” e “16-Convênio de Ação Continuada”. A partir da disponibilização da nova versão do Sistema, foi formado um Grupo de Trabalho com servidores do TCE/BA e do CEDASC para especificação de trilhas de auditoria. No 3º trimestre de 2011, foram implementados os Módulos de Licitações e Contratações Diretas do Sistema Mirante com recursos de BI, representando a versão 6.3 do Sistema, com novidades. Foi realizado, ainda, o treinamento de uma turma de técnicos nos novos recursos de BI disponibilizados. No 4º trimestre de 2011, foram implementadas diversas demandas de melhorias no Sistema Mirante, dentre as quais, os campos que correlacionam os pagamentos aos credores com os processos que os originaram (licitações, dispensas e inexigibilidades) e o campo para consulta dos dados de notas fiscais (número, série, data e valor) associados aos pagamentos. Além disso, foi iniciado o projeto de carga de dados de fornecedores impedidos de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado da Bahia, a partir das informações divulgadas pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB). Por fim, foi realizado treinamento para mais uma turma de técnicos do TCE/BA para uso dos novos recursos de <i>Business Intelligence</i> (BI) disponibilizados.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Integração da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> (BI) com o Sistema Mirante (continuação). No 1º trimestre de 2012, encontrava-se em desenvolvimento a integração do Módulo de Convênios do Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante) com recursos de <i>Business Intelligence</i> (BI). No período ocorreram reuniões técnicas com o TCE/BA para definição das trilhas de auditoria a serem implantadas no Sistema, tais como: início de conluio pela participação em licitações de empresas com sócios em comum; processos de compra homologados para fornecedores impedidos de licitar e contratar; pagamentos realizados a fornecedor em data posterior ao impedimento de licitar e contratar. Foram também realizados encontros com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), para tratar da obtenção de dados originários do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH) de forma automática, trazendo os seguintes benefícios: maior agilidade na disponibilização de informações para uso no Módulo <i>Business Intelligence</i> do Mirante; maior confiabilidade no envio e carga dos dados no Sistema. Outrossim, com o objetivo de aperfeiçoar o cruzamento de dados e a utilização dos recursos de BI, está em curso com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) tratativas para a obtenção de dados funcionais e de vínculos do servidores de prefeituras e câmaras municipais do Estado.</p> <p>No segundo trimestre de 2012, o Grupo concluiu a especificação dos relatórios mencionados, conforme segue:</p> <p>* Trilha: Observância ao impedimento de compras e pagamentos.</p> <p>Relatório: Pagamentos a fornecedores impedidos de licitar e contratar.</p> <p>Objetivo: Identificar pagamentos realizados a fornecedores durante a vigência do impedimento de licitar e contratar.</p> <p>* Trilha: Acordo entre fornecedores.</p> <p>Relatório: Concorrentes com sócio em comum na mesma licitação.</p> <p>Objetivo: Verificar indícios de conluio em licitações devido ao fato das empresas participantes possuírem sócios em comum.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do Módulo de Recursos Humanos do Mirante. No 1º semestre de 2011, foram realizadas reuniões de especificação de requisitos. Diversas questões foram tratadas com a SAEB para correção dos dados disponibilizados, qualificação das informações recebidas e dúvidas sobre dados do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH). A partir dessas iniciativas, foi projetado o modelo de <i>Data Warehouse</i>, criada a base de dados com informações sobre o SIRH, sendo iniciado ainda o processo de extração, transformação e carga dos dados da Base Governo para a base <i>Data Warehouse</i>. No 3º trimestre de 2011, foi desenvolvido o modelo lógico de BI para o referido Módulo, que proporcionou as condições para a implementação do relatório de consultas a dados pessoais, funcionais e financeiros. - Encerramento, no 3º trimestre de 2011, da fase inicial do projeto de desenvolvimento do Módulo de Cálculos de Aposentadoria do Sistema de Atos de Pessoal, em ambiente <i>web</i> e de acordo com os padrões tecnológicos adotados pelo TCE/BA e CEDASC, com o objetivo de substituir a atual sistemática de utilização de planilhas eletrônicas para o cálculo do tempo de serviço e da composição de proventos nos processos de aposentadoria e reforma a serem apreciados pela 1ª Câmara do Tribunal. O novo módulo do Sistema emitirá o relatório de cálculo do tempo de serviço e de composição de proventos que instruirão os mencionados processos em tramitação no TCE/BA, além de facilitar as atuais rotinas de revisão dos cálculos por parte da Coordenadoria de Controle Externo responsável por sua instrução. - Desenvolvimento da versão 1.1 do Sistema de Prestação Eletrônica de Informações (SPEI), responsável pelo encaminhamento ao TCE/BA de informações sobre os projetos, obras e serviços de engenharia pelos jurisdicionados, na forma prevista pela Resolução n.º 052/2011, de 21/07/2011. - Realização pelo TCE/BA do Encontro Técnico sobre Sistema Informatizado de Apoio à Instrução dos Atos de Pessoal. O auditor federal de controle externo e atual secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Giuberti Laranja, esteve em Salvador/BA, no dia 09/04/2012, para falar no evento que objetivou apresentar aos Conselheiros que integram a 1ª Câmara do TCE/BA, aos procuradores, aos membros do Ministério Público e aos servidores que lidam diretamente com processos de atos de pessoal o sistema informatizado pelo TCU na instrução desses processos, apresentando características e vantagens, além dos bons resultados obtidos após a sua implantação. Trata-se do sistema de informática A3P, lastreado na base Sisac, que vem sendo utilizado há 15 anos. Participaram do encontro os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, Manoel Castro, Corregedor do TCE/BA, e França Teixeira, além de servidores da Casa. - Padronização da terminologia utilizada para as diversas naturezas de auditoria, no âmbito do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP). Os estudos foram realizados tendo como fontes de critério o Regimento Interno deste TCE e as normas da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização, em 03/08/2011, da Oficina Auditoria em Projetos/Programas Co-Financiados pelo Banco Mundial com Foco em SWAps (tradução para a língua portuguesa: abordagem setorial ampla), preparatória para o <i>Workshop</i> Encontro Técnico dos Tribunais de Contas Participantes da Pesquisa Diagnóstica IRB-TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), oportunidade em que se reuniram na sede deste TCE técnicos dos Tribunais de Contas dos Estados do Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, além de técnicos do TCE/BA e de Especialista Sênior do Banco Mundial, para discutir as diversas formas de operações <i>SWAps</i>, assim como a metodologia desenvolvida para auditá-las. Há de se registrar a relevância do intercâmbio de informações quanto à discussão por organismos de controle que realizam auditorias nessas operações, bem como da assistência técnica oferecida por técnicos deste TCE/BA àqueles três Tribunais de Contas, em suas primeiras auditorias nessa modalidade de empréstimo, tendo em vista a experiência acumulada por este TCE na realização dessas auditorias. - Participação do TCE/BA nos trabalhos de elaboração da Orientação Técnica sobre “Delimitação de conceitos de sobrepreço e de superfaturamento em medições de obras públicas”, através de dois servidores indicados para integrarem o subcomitê do Instituto Brasileiro Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) para esse fim. - Prospecção junto a entidades fiscalizadoras superiores acerca de casos internacionais de sucesso em Auditoria Operacional, visando identificar duas experiências para estudo, nos moldes previstos no PROFORT. Com base em pesquisas e contatos anteriores, esta ação foi levada a efeito, especialmente, durante a XXI Assembleia Geral da OLACEFS, ocorrida no período de 17 a 22/10/2011, na cidade de Caracas, Venezuela. - Monitoramento da Auditoria Operacional nas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), no primeiro semestre de 2012, realizado pela Auditoria Interna (AUDIT), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim do TCE/BA, identificando oportunidade de melhoria no processo auditorial, com foco em eficiência, eficácia e qualidade.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(9) Revisar a sistemática de exame das prestações de contas consolidadas da administração direta estadual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e aprovação, através das Resoluções n^{os}. 032/2010 e 132/2010, de diretrizes específicas a serem observadas pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) na instrução das contas consolidadas da administração direta. - Desenvolvimento de matriz de risco visando apoiar o processo de seleção, pelas CCEs, das unidades objeto de exame <i>in loco</i>, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, especificamente para aquelas Secretarias que apresentam maior número de unidades gestoras, quais sejam, Saúde, Segurança Pública e Educação. - Realização do evento técnico “A Experiência do TCU na Instrução e Julgamento de Processos de Contas”, com palestra do Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, em 25/10/2010, no Plenário do TCE/BA, sobre as iniciativas que vêm sendo tomadas, no âmbito do TCU, para atualização e modernização dos procedimentos auditoriais e do relacionamento com seus jurisdicionados. O evento se estendeu até 26/10/2010 com a realização de reuniões técnicas na sala de treinamento do TCE/BA. - Realização de visita técnica à Controladoria Geral da União (CGU), no 2º trimestre de 2011, para conhecimento das trilhas de auditoria e das bases de dados utilizadas no Controle Interno da União, considerando-se a disponibilização, no período, da nova versão do Sistema Mirante, quando foi formado um Grupo de Trabalho com servidores do TCE/BA e do CEDASC, com o intuito de racionalizar os exames das prestações de contas da administração direta. - Aprovação da Resolução n.º 013/2012, de 10/04/2012, sobre normas de agrupamento para fins de instrução e julgamento das contas consolidadas da administração pública estadual direta.

Processos Internos	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p data-bbox="495 501 2159 536" style="background-color: #ADD8E6;">(10) Revisar a sistemática de exame das contas de governo.</p> <p data-bbox="495 536 2159 608" style="text-align: center;">-----</p> <p data-bbox="495 608 2159 643" style="background-color: #ADD8E6;">(11) Aprimorar o sistema de gestão de processos e outros sistemas, no que tange à emissão de relatórios gerenciais.</p> <p data-bbox="495 643 2159 715" style="text-align: center;">-----</p> <p data-bbox="495 715 2159 750" style="background-color: #ADD8E6;">(12) Sistematizar os procedimentos de auditoria referentes às contas da administração indireta.</p> <p data-bbox="495 750 2159 821" style="text-align: center;">-----</p> <p data-bbox="495 821 2159 943" style="background-color: #ADD8E6;">(13) Restabelecer o Prêmio Osvaldo Velloso Gordilho com o objetivo de obterem-se contribuições para os Achados de Auditoria compondo o banco de dados do SGA (inclusive quanto ao âmbito dos potenciais candidatos, limitando-o aos servidores desta Casa).</p> <p data-bbox="495 943 2159 1015" style="text-align: center;">-----</p> <p data-bbox="495 1015 2159 1050" style="background-color: #ADD8E6;">(14) Atualizar o Manual de Auditoria, editado em 2000, com a inclusão das NAGs.</p> <p data-bbox="495 1050 2159 1121" style="text-align: center;">-----</p> <p data-bbox="495 1121 2159 1157" style="background-color: #ADD8E6;">(15) Retomar a série de Traduções do Tribunal de Contas.</p> <p data-bbox="495 1157 2159 1228" style="text-align: center;">-----</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Atuar de forma seletiva e tempestiva.	<p>(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância.</p> <p>(17) Privilegiar auditorias tempestivas.</p> <p>(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização.</p> <p>- Desenvolvimento de estudos e elaboração de modelo de Matriz de Risco específica para subsidiar a seleção das auditorias tempestivas. Essa matriz foi aplicada durante a elaboração do Plano Operacional de 2011, buscando estabelecer um único ranking dos jurisdicionados sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, sem divisões por Poder, Secretaria ou área de atuação das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), abrangendo, pois, a totalidade das unidades gestoras, vale dizer, todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. Essa Matriz possibilita um novo olhar acerca do que deve ser prioridade para auditoria, segundo duas perspectivas: o contexto global do Estado e o contexto de cada área de competência das unidades de auditoria da Casa. No 1º trimestre de 2012, a Matriz de Risco foi revisada e sua aplicação foi ampliada para todas as Secretarias, visando à seleção de unidades para exame <i>in loco</i>, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, relativas ao exercício de 2011. Também foi revisada e aplicada a Matriz de Risco para a programação das auditorias tempestivas de 2012, em consonância com as diretrizes já abordadas. Essa Matriz objetivou a seleção de auditorias tempestivas através do <i>ranking</i> dos jurisdicionados, sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, devendo-se ressaltar que os fatores considerados poderão – e deverão – ser reavaliados em análises futuras, a depender da disponibilidade de informações, devendo o processo ser continuamente aprimorado.</p> <p>- Realização de estudos para ação da Lei Newcomb-Benford. Com o objetivo de oferecer meios para otimizar os resultados obtidos com a utilização de ferramenta de <i>Bussines Intelligence</i>, foram iniciados, pelo CEDASC, estudos para aplicação da Lei <i>Newcomb-Benford</i>, que fornece meios estatísticos para identificar desvios nos valores observados em pagamentos, a partir da base de dados do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF), com a finalidade de subsidiar as decisões e encaminhamentos dos esforços de auditoria. Após a conclusão dos estudos, os resultados serão apresentados ao TCE/BA, visando à verificação da sua aplicabilidade, para fins de elaboração de matriz de riscos e orientação do planejamento de auditoria.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Atuar de forma seletiva e tempestiva.	<p>(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância.</p> <p>(17) Privilegiar auditorias tempestivas.</p> <p>(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização.</p> <p>- Desenvolvimento de trilhas de auditoria voltadas para racionalizar os trabalhos. Os relatórios especificados pelo Grupo de Trabalho responsável e já aprovados pelos titulares das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) serão gerados através do Sistema Mirante, a partir de 2012, servindo de insumos para o planejamento dos trabalhos e possibilitando que as CCEs melhor direcionem, em campo, seus esforços auditoriais. Espera-se que a disseminação e o uso continuado dessas trilhas repercutam na eficiência dos trabalhos de auditoria, com impactos positivos na sua gestão e resultados, ensejando, entre outros efeitos, a gradual redução do tempo e dos recursos humanos alocados pelas CCEs aos exames de contas. Ao final do exercício de 2011, foram especificadas quatro trilhas de auditoria: Observância à Modalidade de Licitação (com os relatórios “Fracionamento através de Dispensas” e “Realização de Obras e Serviços de Engenharia por Pregão”); Concentração de Diárias (com os relatórios “Concentração de Diárias por Credor” e “Concentração de Diárias por Unidade Gestora e Credor”); Contratação Temporária de Pessoal (com o relatório “Contratação de Pessoa Física de Forma Continuada”); Mapeamento de Despesa (com os relatórios “Mapeamento por Secretaria/Órgão”; “Maiores Credores por Unidade”; “Mapeamento por Tipo de Despesa”). No 1º trimestre de 2012, o referido Grupo começou a trabalhar com as seguintes trilhas: “Processos de Compra Homologados para Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar”, “Pagamentos Realizados a Fornecedor em Data Posterior ao Impedimento de Licitar e Contratar” e “Indícios de Coluio em Licitações Devido ao Fato das Empresas Participantes Possuírem Sócios em Comum”.</p> <p>- Priorização na programação dos trabalhos auditoriais, mediante comandos específicos contidos nas Resoluções nºs. 032/2010 e 132/2010, do exame das contratações e execução das obras e serviços, assim como da aquisição e utilização de bens, relacionados à realização da Copa do Mundo de 2014, bem como as ações incluídas no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Atuar de forma seletiva e tempestiva.	<p>(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância.</p> <p>(17) Privilegiar auditorias tempestivas.</p> <p>(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização.</p> <p>- Exame, no exercício de 2011, de 774 processos pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA. No 1º trimestre de 2012, foram examinados 381 processos e no 2º trimestre de 2012, 253 processos.</p> <p>- Realização pela Auditoria Interna (AUDIT), no 1º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: exame da Prestação de Contas e Relatório de Anual de Atividades do TCE/BA, referente ao exercício de 2011; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.</p> <p>- Realização pela Auditoria Interna (AUDIT), no 2º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros, no exercício de 2012.; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2012, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Reduzir o tempo de instrução e apreciação/julgamento de processos.	(19) Aferir o tempo médio de instrução e de apreciação/julgamento de processos de controle externo.

		(20) Rever a sistemática das notificações e diligências (internas e externas), e de análise das respostas dos gestores.

		Diretrizes/Principais Ações
		(21) Implementar plano de redução de estoque de processos (estabelecendo calendário de julgamento de processos: em 2012, julgar processos até 2006).
<p>- Elaboração de diagnóstico acerca do estoque de processos, a partir de pesquisa de dados referentes ao fluxo de processos entre os anos de 2006 e 2010.</p> <p>- Expedição de Instrução pela Segunda Câmara do TCE/BA (Ofício Conjunto n.º 01, de 07/07/2010), dirigida às Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), quanto ao tratamento a ser observado em relação aos processos de sua competência.</p> <p>- Realização de estudos e reuniões de trabalho objetivando a definição de critérios para o retorno de processos de prestação de contas de ordenadores de despesas e administradores em diligência às CCEs, os quais culminaram com a aprovação, no âmbito do Comitê de Auditoria (103ª reunião ordinária, realizada em 27/07/2011), de rotinas específicas para o trâmite desses autos após o recebimento, nos Gabinetes de Conselheiro, das respostas às notificações. A Resolução n.º 92, de 13/12/2011, que aprovou o Plano de Diretrizes para o exercício de 2012, incorporou os referidos critérios.</p> <p>- Definição de critérios para a racionalização do trâmite dos processos da alçada da 2ª Câmara, com aprovação no âmbito do Comitê de Auditoria (107ª reunião ordinária, realizada em 23/11/2011) de proposta de triagem prévia dos autos, apresentada pelos Coordenadores de Gabinete dos Conselheiros que integram aquele Colegiado. A Resolução n.º 92, de 13/12/2011, que aprovou o Plano de Diretrizes para o exercício de 2012, incorporou os referidos critérios.</p> <p>- Realização de Inspeção de Correição, sob a supervisão do cons. Corregedor Filemon Matos, tendo como objeto os processos em diligência externa. Foram promovidos levantamentos e mantidos entendimentos junto aos órgãos com maior número de processos em diligência (Secretarias da Educação e da Saúde e Polícia Militar), constituindo-se grupos específicos de trabalho para instruir e devolver esses autos. Segundo dados relativos ao período de 25/05/2010 a 25/11/2011, retornaram desses órgãos 7.194 processos, correspondendo a 67% do total inicial. Considerando que a expressiva maioria desses processos é da competência da 1ª Câmara, essa ação possibilitou uma elevação importante na quantidade de processos julgados em 2011 por aquele Colegiado: 8.357 processos, o que representou mais que o dobro da média dos quatro anos anteriores (3.900 processos).</p>		

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Garantir a comunicação interna e externa.	(22) Elaborar Plano de Comunicação (políticas, diretrizes e orientações estratégicas para a área de comunicação).
		<p>- Início, no 1º trimestre de 2012, do novo Plano Comunicação do TCE/BA, estreitando-se o relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha, concedeu entrevistas, no 1º trimestre de 2012, para a: Rádio Itaparica, sobre as ações do TCE/BA, com veiculação estadual, em 24/02/2012; Rádio Excelsior, sobre as ações do TCE/BA e os seus benefícios para o cidadão baiano, com veiculação estadual, em 19/03/2012.</p> <p>- Continuidade, no 2º trimestre de 2012, do novo Plano Comunicação do TCE/BA. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha visitou os Jornais “A Tarde” e “Correio da Bahia”, para ressaltar a questão do controle externo e do controle social, respectivamente em 02 e 09/04/2012, e concedeu entrevistas ao Jornal “Tribuna da Bahia”, sobre a função social do TCE/BA, em 13/04/2012, e à Rádio “Tudo FM”, sobre os controles externo e social, em 20/06/2012.</p> <p>- Início do projeto de divulgação das sessões plenárias do TCE/BA em formato de vídeo. No 1º trimestre de 2012, foram iniciados estudos preliminares para o projeto de gravação, armazenamento, pesquisa e visualização dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal no seu Portal <i>Web</i>. Foram especificados todos os requisitos técnicos, tais como, formato dos vídeos, padrões de nomenclatura e particionamento, que deverão ser atendidos para a disponibilização dos vídeos, assim como toda a infraestrutura de armazenamento e de cópias de segurança necessárias à disponibilização do serviço no Portal do TCE/BA. A Assessoria de Comunicação (ASCOM) acompanhou as gravações das sessões plenárias do TCE/BA, além de participar das edições com a TV Assembleia.</p>

Diretrizes/Principais Ações	
Garantir a divulgação dos resultados do controle externo.	(23) Aperfeiçoar o conteúdo do Portal e da Intranet.
	<ul style="list-style-type: none"> - Criação, pelo Ato n.º 284 da Presidência do TCE/BA, de 14/07/2010, de Comitê Gestor do Portal (com publicação no DOE de 15/07/2010), com ações relacionadas em andamento. - Aquisição, em 2010, de certificados digitais para os Portais do TCE/BA, CEDASC e Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, bem como para os serviços de <i>webmail</i> e Educação a Distância (EaD). Tais certificados garantem aos visitantes dos portais, servidores e demais usuários uma troca segura de informações, sem riscos de os dados trafegados serem interceptados ou alterados. - Ampliação, a partir de fevereiro de 2011, do link de acesso à internet para o TCE/BA e o CEDASC, de 8MBps para 20MBps. - Início, no 2º trimestre de 2011, do projeto de reformulação do Portal Web do Tribunal, tendo como principais objetivos o aperfeiçoamento e incremento de suas funcionalidades, a modernização da interface visual e a melhoria na integração com outros sistemas legados, a exemplo do SEGIN e do BETHA. - Reestruturação, no tocante à área de biblioteca e documentação, dentro do Portal do TCE/BA: de <i>links</i> institucionais, em 2010; do sumário de periódicos, legislação e publicações institucionais, em 2011. - Desenvolvimento, no segundo trimestre de 2012, de componente para a integração do Portal com o Sistema SEGIN visando automatizar a consulta das atas das sessões plenárias e das câmaras. Está em fase final de desenvolvimento solução, integrada ao Portal, para armazenamento e disponibilização para consulta dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal. A fim de otimizar e tornar mais atrativo o acesso ao conteúdo de documentos em formato PDF, foram adquiridas cinco licenças de uma solução de <i>Flipping Book</i>, que permitirá a criação de livros eletrônicos para atendimento a diversas finalidades, reduzindo o gasto com papel.
	(24) Divulgar/disponibilizar informações para a sociedade e órgãos públicos.
	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de Comissão para implementar a Lei de Acesso à Informação no TCE/BA. O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, decidiu, com base no Regimento Interno, criar Comissão (cuja instituição foi publicada no DOE de 11/05/2012), com a finalidade de promover estudos e elaborar proposta, no prazo de 60 dias, para a completa implementação dos procedimentos exigidos pela Lei Federal n.º 12.527/2011, no âmbito do TCE/BA. - Aprovação da Resolução n.º 029/2012, de 05/06/2012, sobre o encaminhamento da relação emitida, em conformidade com o cadastro de responsáveis com contas desaprovadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível deste TCE, ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral (TRE/BA) e à Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia.
(25) Aperfeiçoar o conteúdo do Boletim Informativo e redefinir a sua pauta e periodicidade.	

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Implantar novo modelo de gestão de pessoas.	(26) Realizar estudo-diagnóstico do quadro de pessoal.
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de estudos com vistas à elaboração de Termo de Referência para a contratação de consultoria relacionada à revisão da política de gestão de pessoas do TCE/BA. - Participação de servidores do TCE/BA em encontros do Grupo Temático de Gestão de Pessoas (GGP) do PROMOEX, bem como em outros cursos/eventos externos versando sobre essa temática, para o intercâmbio de informações na área de pessoal. - Execução de processo licitatório, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), no 4º trimestre de 2011, objetivando a contratação de empresa de consultoria, para a análise de políticas institucionais, procedimentos e práticas para recrutamento, treinamento, promoção e melhoria organizacional (pessoal de auditoria). No 1º trimestre de 2012, foi apresentada proposta técnico-financeira. O Relatório de Avaliação Técnico-Financeira foi enviado ao BIRD em 03/04/2012 para não objeção, o que ocorreu em 04/04/2012. Assim, no dia 13/04/2012, o resultado da seleção foi homologado, sendo encaminhado o contrato negociado e rubricado para o Banco em 18/04/2012 para sua não objeção, sendo este firmado no dia 02/05/2012 e publicado em 10/05/2012. A primeira reunião presencial da empresa consultora com a equipe do Projeto se deu em 23/05/2012.
		(27) Mapear competências organizacionais e profissionais.
		<ul style="list-style-type: none"> - Realização, no 4º trimestre de 2010, de Monitoramento do Plano de Ação da Auditoria de Gestão de Pessoal realizada em 2009 pela AUDIT. - Execução pela AUDIT, no 4º trimestre de 2011, da Auditoria Operacional na Gestão de Pessoas e Programas de Capacitação promovidos pelo Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com o objetivo de verificar a adequação dessas políticas ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). - Início do processo para a disponibilização dos prontuários dos servidores na intranet. No 1º trimestre de 2012, foram realizadas reuniões técnicas do CEDASC com a Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ) do Tribunal, com o intuito de levantar e documentar os requisitos para definição da melhor solução tecnológica, a fim de disponibilizar a consulta dos prontuários dos servidores na intranet. Em tal levantamento, verificou-se a necessidade de atualização da atual ferramenta utilizada para indexação e consulta de documentos digitalizados e mantidos na GEARQ. Assim, estão sendo prospectadas, no mercado especializado, novas soluções para melhorar a disponibilização de tal serviço para os servidores do TCE/BA.

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Implantar novo modelo de gestão de pessoas.	<p>(28) Formular política de gestão de pessoas: implantar Plano de Carreira. - Aprovação, mediante a Resolução n.º 68/2011, de Anteprojeto de Lei sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos servidores do TCE/BA, com alterações à Lei Estadual n.º 7.879/2001.</p> <p>(29) Promover concurso público para preenchimento de vagas existentes.</p> <p style="text-align: center;">-----</p> <p>(30) Aprimorar a Sistemática da Avaliação de Desempenho (gestão meritocrática).</p> <p style="text-align: center;">-----</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.
		<ul style="list-style-type: none"> - Realização de Curso de Introdução à Auditoria Ambiental (Módulo 2), integrante do projeto piloto para implantação do ambiente virtual de educação do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com a utilização da plataforma <i>Moodle</i>, no exercício de 2010. Apresentou dois objetivos distintos: capacitar servidores para a execução de auditorias com foco nos impactos ambientais decorrentes da gestão dos recursos públicos e difundir na instituição a metodologia de educação a distância. Este curso compreende o trabalho de um grupo de servidores da instituição que, desempenhando diferentes papéis – coordenador, conteudista, tutor e alunos –, participa do processo de implantação da educação a distância no TCE/BA, contando, ainda, com a colaboração de servidora do TCM/RJ, especialista em auditoria ambiental, que atuou no curso como conteudista. - Realização de Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento, aplicado a Auditoria, em 2010, desenvolvido em parceria com a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o objetivo de promover a atualização de servidores que realizam auditorias em obras rodoviárias e de saneamento. Contou com a participação de dois especialistas do TCU que ministraram conteúdos específicos sobre aspectos críticos da auditoria em obras rodoviárias e de saneamento. Atendeu a um total de 19 profissionais, incluindo servidores do TCE/BA, do TCM/BA e da Auditoria Geral do Estado (AGE), tendo sido financiado com recursos do PROMOEX. - Realização do Workshop sobre Auditoria em Obras Públicas, em 2010, visando promover a avaliação da sistemática de auditoria em obras públicas adotada pelo TCE/BA, com vistas a colher insumos para a elaboração de uma proposta de aprimoramento dos trabalhos nessa área. Contou com a presença do Titular de uma das três Secretarias de Fiscalização de obras do TCU, que palestrou sobre a estrutura e o funcionamento das unidades que executam auditoria de obras naquele Órgão. Participaram do evento 53 pessoas, servidores que atuam na área de auditoria de obras, gerentes de auditoria, coordenadores de controle externo, assessores de Gabinetes e Conselheiros. - Realização de Oficinas de Desenvolvimento Gerencial, objetivando propiciar oportunidades de desenvolvimento profissional para os servidores que ocupam cargos gerenciais no TCE/BA, na área de controle externo, nos diferentes níveis hierárquicos. Foram capacitados 27 servidores em 2010 e 26, em 2011. - Realização de Curso de Gerenciamento de Projetos pela Metodologia do PMI (Project Management Institute) e uso da ferramenta MS-Project para 19 pessoas, em 2011, objetivando capacitar esses servidores, responsáveis pelo desenvolvimento e monitoramento do planejamento estratégico, planejamento operacional e projetos especiais.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.
		<p>- Realização de treinamento no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), que está sendo implantado no TCE/BA, objetivando apoiar as auditorias, com a implementação de uma nova sistemática de revisão, padronização e racionalização do processo de trabalho auditorial, constituindo a solução tecnológica para substituir o AUDIN. Foram capacitadas 13 turmas, com 55 servidores em 2010 e 118, em 2011. No 1º trimestre de 2012, foram treinados 35 servidores, distribuídos em três turmas. O treinamento foi realizado em parceria com o Comitê Gestor do Sistema e com o CEDASC.</p> <p>- Realização do Curso de Planejamento de Auditoria no TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), em agosto de 2011, que se destaca no plano operativo do Comitê de Capacitação Regional (CCR) da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), tendo como público alvo 23 profissionais de auditoria do TCE/BA, bem como oito auditores dos Tribunais de Contas dos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Tocantins, parceiros do Projeto. O conteúdo programático abrangeu assuntos relacionados ao processo de planejamento de auditoria, contemplando o conhecimento da entidade auditada, a avaliação do controle interno, decisões de auditoria, memorando de planejamento, programas de auditoria, dentre outros temas, alternando teoria e casos práticos, aproveitando a experiência dos tribunais de contas participantes. Esse Curso foi ministrado por especialista da Controladoria Geral da República da Venezuela.</p> <p>- Treinamento em SIMPAS Modular – Licitação, realizado em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), teve como objetivo capacitar os servidores para a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS) como ferramenta auxiliar da atividade de auditoria. Foram treinados 41 servidores no 3º trimestre de 2011.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.
		<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento no ZWCAD. O curso teve por objetivo capacitar engenheiros e arquitetos para utilização do ZWCAD 2D como ferramenta auxiliar nas auditorias de obras, proporcionando o desenvolvimento das habilidades necessárias para utilização de seus recursos. Foram inscritos 16 servidores, sendo que 14 concluíram o treinamento. - Realização do Curso de Auditoria de Detecção de Fraudes com Ênfase no Setor Público, com o objetivo de proporcionar aos treinandos o desenvolvimento de expertise para a detecção de fraudes e desvios na execução de contratos e convênios, na aquisição de bens e serviços e na realização de pagamentos. O curso teve a participação de 30 servidores, sendo 20 do TCE/BA e 10 de outros órgãos, assim distribuídos: 2 servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 1 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, 2 da Controladoria Geral da União e 3 servidores da Auditoria da Polícia Militar da Bahia. - Implementação do Projeto Novos Saberes. O Projeto, inscrito no Plano Operacional, integra as ações de educação corporativa no âmbito deste TCE, com o objetivo de propiciar um espaço para a disseminação e o debate sobre temas da atualidade, favorecendo a reflexão acerca da contemporaneidade. Tem como marca a pluralidade no escopo temático e a diversidade na estratégia metodológica para abordagem dos assuntos. A primeira edição do projeto mobilizou 29 servidores para a palestra “Faça seu dinheiro trabalhar por você”, proferida pelo engenheiro e consultor financeiro Gionanni Floridaia.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.
		<p>- Execução do Programa de Incentivo à Educação Superior do TCE/BA. No exercício de 2010, encontravam-se em vigência nove bolsas de estudo, sendo uma de graduação (Administração de Empresas), cinco de especialização (Direito Público; Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade; Direito Previdenciário; Direito Tributário; MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira) e três de mestrado (todas em Políticas Sociais e Cidadania). No 4º trimestre de 2011, estavam em vigor cinco bolsas de estudos, sendo três de especialização (Direito Previdenciário, com dois beneficiados; MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira, com um beneficiado), uma de mestrado (Políticas Sociais e Cidadania) e uma de graduação (Psicologia). No período de 19 a 26/03/2012, foram abertas as inscrições para o Programa de Incentivo à Educação Superior, instituído pelo Ato n.º 085, de 22/03/2006. Cumprida a fase de inscrição, chegaram à Gerência de Desenvolvimento de Aperfeiçoamento Profissional (GEDAP) três solicitações, sendo uma para Graduação e duas para Pós-Graduação. Seguindo o trâmite, o expediente foi encaminhado à Presidência, visando a apreciação final e, se for o caso, posterior autorização da concessão das bolsas de estudo. No primeiro semestre de 2012, encontravam-se em vigência duas bolsas de estudos, sendo uma de graduação (Psicologia) e uma de especialização (Direito Previdenciário).</p> <p>- Celebração do Convênio n.º 02/2012, em 22/05/2012, objetivando incluir dois servidores em curso promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre Direito de Infraestrutura Pública e Inclusão Social – Novas Tendências e Mecanismos para o Desenvolvimento.</p>

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.	
- Participação de servidores do TCE/BA em diversos cursos e eventos externos, versando sobre temas relativos à administração pública e controle governamental, tais como:			
Quadro 1 – Cursos e eventos externos de 2010 a 2012			
EVENTO		INSTITUIÇÃO PROMOTORA	
EXERCÍCIO DE 2010			
Seminário PPP Américas 2010 “As Parcerias Públicas e Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas”		Banco Interamericano de Desenvolvimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Governo do Estado da Bahia; Banco do Nordeste do Brasil	
Gestão por Processos: Ferramenta para o Sincronismo Organizacional		Conexões Educação Empresarial	
X Congresso Brasileiro de Direito do Estado		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
5º Fórum Nacional Competências e Gestão para Resultados		Conexões Educação Empresarial	
I Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental		Acqua Consultoria	
Curso de Auditoria Operacional (AOP Presencial)		Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU	
Seminário Nacional das Tendências do Controle e da Auditoria Governamental 2010		Fundação Médica e Educacional Prof. Teixeira (FUNTEX)	
I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas		ATRICON; IRB; PROMOEX; TCE/MS	
Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas		Grupo Temático de Gestão de Pessoas/PROMOEX	
II Oficina de Capacitação em Planejamento Estratégico		Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU	
2º Fórum Nacional - Gestão por Processos no Setor Público		Conexões Educação Empresarial	
Seminário Internacional “Sustentabilidade da Auditoria Operacional”		Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Banco Interamericano de Desenvolvimento; PROMOEX	
II Encontro Técnico sobre Normas de Auditoria Aplicáveis ao Controle Externo		Instituto Rui Barbosa (IRB)	
Curso de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014 – Auditorias de Obras; Fiscalização Ambiental; Controle de Parcerias Público-Privadas		Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU	
I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas		Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM)	
III Congresso Brasileiro de Direito Público	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)		

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	EXERCÍCIO DE 2011	
EVENTO		INSTITUIÇÃO PROMOTORA	
IX Fórum Brasil de Administração		Múltipla – Difusão do Conhecimento	
Seminário Acompanhamento das Ações para Realização da Copa 2014		Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (CREA/BA)	
II Simpósio Internacional PwC: Inovação em Gestão Pública		Detail Eventos & Produção	
Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública		CONSULTRE – Consultoria e Treinamento	
XI Congresso Brasileiro de Direito do Estado		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
Fórum Internacional de Direito Público & X Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado		Múltipla – Difusão do Conhecimento	
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas/Reunião de Trabalho do IBRAOP		Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)	
IX Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública		Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.	
Fórum Permanente de Gestão de Desempenho		Tribunal de Contas da União (TCU)	
6º Fórum Nacional Competências & Gestão para Resultados		Conexões Educação Empresarial	
VII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública		Fórum Cultural Organizacional de Evento Ltda.	
VII Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
Workshop Rh Métrica e Indicadores		Conexões Educação Empresarial	
II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas		ATRICON; IRB; PROMOEX; TCE/RJ	
II Encontro de Planejamento Estratégico dos Tribunais de Contas (PROMOEX)		ATRICON; IRB; MPOG; TCE/RS	
Encontro Nacional do Grupo de Atos de Pessoal (PROMOEX)		ATRICON; IRB; MPOG; TCE/RS	
EXERCÍCIO DE 2012			
Treinamento Fiduciário Banco Mundial		Banco Mundial	
Workshop Acompanhamento de Concessões/PPPs: Gestão e Auditoria de Contratos		Secretaria da Fazenda, World Bank Institute - International Finance Corporation (IFC) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	
16º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria		Associação Brasileira de Ouvidoria – Seção Santa Catarina e a OMD Soluções para Ouvidorias	
Contratações Específicas – Aspectos Polêmicos e Controvertidos		JAM Jurídica Editoração e Eventos Ltda.	
Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.			

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	EXERCÍCIO DE 2012 (continuação)	
EVENTO		INSTITUIÇÃO PROMOTORA	
II Congresso Nacional de Gestão Pública (CONAGESP)		Academia Nacional de Gestão Pública	
Curso Completo de Capacitação em Pregão Presencial e Pregão Eletrônico		Vianna & Consultores Associados Ltda.	
Curso de Fitoterapia Funcional Avançada		VP – Consultoria Nutricional	
Gestão de Documentos Públicos		Consultoriae Treinamento Ltda. (CONSULTRE)	
V Seminário de Informação e Documentação Jurídica		Contemporary Informática Ltda.	
XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
I Encontro Nacional de Auditores de TI		Instituto Plácido Castelo (IPC)	
VII Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos		Project Management Institute (PMI)	
Seminário “Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação”		Instituto Rui Barbosa (IRB)/Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON)	
Formação de Multiplicadores em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Demonstrativos Fiscais – Regional		Escola de Administração Fazendária (ESAF)	
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas		Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)	
Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.			

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Desenvolver cultura orientada a resultados.	<p>(32) Consolidar o Sistema Integrado de Planejamento e Avaliação: alinhar Plano Estratégico, Diretrizes Anuais, Planos Operacionais Anuais e Avaliações de Desempenho.</p> <p>- Elaboração das Diretrizes do TCE/BA para o biênio 2012-2013. A Presidência do TCE/BA realizou, a partir de janeiro de 2012, uma série de encontros com os servidores da Casa com o propósito de discutir as linhas gerais que nortearão a gestão do biênio 2012-2013. Os encontros foram realizados de forma setorial, com vistas a possibilitar uma interlocução mais objetiva e direta com cada área estratégica do Tribunal. No dia 24/01/2012, no Auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB), o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, reuniu-se com cerca de 300 servidores da atividade controladora, momento em que enfatizou a necessidade de otimizar a gestão de pessoas, de fortalecer a comunicação com o público interno e externo, bem como de promover uma maior divulgação das ações do TCE/BA junto à sociedade. De forma sequencial e complementar, foram realizados encontros do Presidente e sua equipe com as Coordenadorias de Controle Externo (iniciando-se as oficinas de Trilhas de Auditoria, que subsidiarão o planejamento das auditorias) e com os servidores vinculados à Secretaria Geral, à Diretoria Administrativa e Financeira, à Superintendência Técnica, ao Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo, à Coordenadoria de Projetos Especiais, à Ouvidoria, à Assessoria Técnico-Jurídica, à Assessoria de Comunicação, à Corregedoria, ao Ministério Público Especial e ao CEDASC.</p> <p>- Implementação de ações visando à consolidação do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, contemplando as metas consignadas por todas as unidades do TCE/BA e do CEDASC no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Diretrizes, aprovado mediante a Resolução n.º 092/2011.</p> <p>- Aprovação da Resolução n.º 038/2012, de 26/06/2012, sobre o Plano Operacional do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para a Auditoria (CEDASC), para o exercício de 2012.</p> <p>- Início do processo de monitoramento de metas do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, aprovado mediante a Resolução n.º 038/2012.</p>

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Desenvolver cultura orientada a resultados.	(32) Consolidar o Sistema Integrado de Planejamento e Avaliação: alinhar Plano Estratégico, Diretrizes Anuais, Planos Operacionais Anuais e Avaliações de Desempenho.
		<p>- Aprovação das avaliações de desempenho da Instituição, da equipe de trabalho e individual dos servidores do TCE/BA e do CEDASC, referentes ao exercício de 2009, em 25/05/2010, conforme a Resolução n.º 38/2010. As avaliações de desempenho, relativas ao exercício de 2010, foram aprovadas em 04/08/2011, mediante a Resolução n.º 57/2011. Essas avaliações utilizaram a automatização promovida pelo Sistema de Avaliação Institucional (SIAV).</p> <p>- Realização do processo de avaliação de desempenho institucional e das equipes de trabalho, a partir do alcance das metas das unidades do TCE/BA e do CEDASC, estabelecidas no Plano Operacional Anual para o exercício de 2011 e suas respectivas alterações;</p> <p>- Realização do processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do TCE/BA e do CEDASC, referente ao exercício de 2011, com a utilização do Sistema de Avaliação Institucional (SIAV).</p> <p>- Início da elaboração do relatório consolidado da avaliação de desempenho institucional, da equipe de trabalho e individual do exercício de 2011, com apuração dos pontos de produtividade para efeito de pagamento da parcela variável pelo exercício do controle externo, devida a partir de abril de 2012.</p>
		Diretrizes/Principais Ações
		(33) Realizar diagnóstico organizacional.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.	<p>(34) Desenvolver política de redução de gastos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de projetos objetivando o uso otimizado dos recursos computacionais e de energia elétrica e a disseminação dessas iniciativas, alinhados à tendência mundial, contribuindo com a preservação do meio ambiente. Em 2010, por exemplo, foi adquirido e implantado um software que permite gerenciar todo o parque de impressoras, através da emissão de relatórios com número de páginas impressas por usuário, por impressora, por setor, por período de tempo, dentre outros. Tais informações permitirão a tomada de decisão para otimizar o uso dos equipamentos e dos suprimentos de informática, subsidiando a implementação de campanhas educativas, objetivando incentivar a sustentabilidade e a economia no uso desses recursos computacionais, conforme estabelecido no Ato n.º 387/2010, da Presidência do TCE/BA. - Elaboração de projeto, em 2011, para a racionalização do uso dos equipamentos e suprimentos de tecnologia da informação. No 1º trimestre de 2012, o resultado desse trabalho foi encaminhado à Presidência do TCE/BA que, determinou ao CEDASC e à Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF), a ampliação dos estudos, no sentido de se promover uma redistribuição física dos equipamentos de impressão, considerando o quantitativo de servidores, por unidade técnica e administrativa, natureza dos trabalhos e volume de impressões. Nesse sentido, o CEDASC realizou internamente a redistribuição e a diminuição do quantitativo desses equipamentos em seus diversos setores, resultando na redução das impressoras instaladas de 10 para 5, sem prejuízo para as atividades da Autarquia. - Normatização de adiantamentos, com encaminhamento de orientações aos usuários, visando facilitar a formalização das prestações de contas dos recursos recebidos, e, assim, evitar ações de retrabalho para a realização de correções, inclusive com implantação de formulário de conciliação bancária com orientações sobre seu preenchimento. - Orientações aos recebedores de diárias para viagem, com vistas a facilitar a formalização das prestações de contas dos recursos recebidos, e, assim, evitar ações de retrabalho para a realização de correções. - Início do projeto de implantação do sistema de gestão de diárias. No 2º trimestre de 2012, foram realizadas reuniões para entendimento do fluxo completo de gestão de diárias, da solicitação pela Unidade até a comprovação pelo servidor. Foram produzidos os casos de uso com a especificação e regras de negócio de cada fase do fluxo de diárias, objetivando o desenvolvimento de sistema com o objetivo de automatizar o processo de solicitação, processamento e comprovação de diárias. - Elaboração de formulários para serem utilizados no controle dos gastos com combustível e reparos de veículos, o que facilitou os procedimentos de conferência e liquidação dos respectivos pagamentos; - Acompanhamento dos processos de contratação de serviços ou renovação de contratos existentes, analisando-se a propriedade dos valores apresentados, bem como outros detalhes relativos à contratação, como prazo de vigência, especificação dos serviços etc. - Acompanhamento de processos licitatórios, objetivando que fossem sempre contratadas as empresas que apresentassem os melhores preços, em conformidade com as especificações exigidas, e fazendo as devidas reservas orçamentárias para a apropriação das despesas. - Acompanhamento dos gastos com adiantamentos, objetivando redirecionar as compras continuadas para aquisição através de licitação, otimizando sua movimentação e registro.

Orçamento e Estrutura	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.	(35) Implantar Sistema de Gestão de Custos.

	Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.	Diretrizes/Principais Ações
		(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos.
<ul style="list-style-type: none"> - Realização de concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, cujo resultado final foi homologado pelo Edital n.º 14/2011, publicado no DOE de 18/01/2011. Os três primeiros Procuradores foram nomeados e empossados em fevereiro de 2011, dando início ao desempenho de suas atividades, na forma da Lei Estadual n.º 10.547/2006 e suas posteriores alterações. Em 29/07/2011 foi nomeada mais uma candidata aprovada no referido Concurso Público. Assim, o quadro do Ministério Público de Contas passou a ser composto por quatro Procuradores. - Acompanhamento da implementação do Plano Estratégico 2010-2013, com apresentação de documentos específicos a título de insumos para os processos de discussão e aprovação dos Planos de Diretrizes para os exercícios de 2011 e 2012. - Introdução ao processo de elaboração do Plano Operacional de mecanismos destinados a assegurar que o programa de trabalho (metas e produtos) das unidades deste TCE/BA reflita, no seu conjunto, os rumos ditados pelo Plenário através do Plano de Diretrizes. - Elaboração do planejamento do CEDASC (2011-2013), baseado na metodologia <i>Balanced Scorecard</i> (BSC), aderente ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). No Plano do CEDASC estão apresentados os objetivos e diretrizes estratégicas e respectivos indicadores de desempenho. A versão definitiva deste Plano (2011-2013) foi submetida ao Conselho de Administração e Fiscalização da Autarquia, em reunião extraordinária realizada em 31/01/2011, que o aprovou, à unanimidade, mediante a Resolução n.º 01/2011. 		

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.	(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos.
		<p>- Implementação, no 2º semestre de 2010, de diversas melhorias no Datacenter, no que diz respeito à infraestrutura física, refrigeração do ambiente, redimensionamento da carga de energia e reorganização da rede lógica. Além dessas ações, o CEDASC contratou empresa especializada que elaborou projeto para instalação de um grupo gerador para alimentar os ativos de rede do <i>Datacenter</i>, em caso de descontinuidade no fornecimento de energia elétrica. Em 2010, foram configurados equipamentos adquiridos e entregues em dezembro de 2009 (quatro novos servidores com 12 núcleos de processamento cada, com <i>software</i> de virtualização), visando atender às demandas resultantes da implantação de novos sistemas e da ampliação da capacidade de processamento do <i>Datacenter</i>. Em 2010, foi realizada, ainda, a migração de boa parte do ambiente de produção para este novo ambiente.</p> <p>- Ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do Datacenter, no 3º trimestre de 2011, com: o andamento do processo de aquisição de servidores de rede de alto desempenho, para aumentar a capacidade de processamento do <i>Datacenter</i>. Essa ampliação visa atender à crescente demanda por processamento, incluindo o tratamento de bases de dados oriundas de convênios com outras entidades da administração pública; a aquisição de unidades de <i>upgrade</i> da solução de armazenamento de dados, utilizada para consolidar, em um único ambiente, as informações armazenadas nos diversos servidores de rede, facilitando o gerenciamento e aumentando a confiabilidade e a disponibilidade no acesso às informações.</p> <p>- Execução de ações visando à reestruturação da rede lógica do TCE/BA. No 3º trimestre de 2011, foi realizada a licitação para aquisição de novos ativos, objetivando a interligação entre os centros de fiação, distribuídos pelos quatro pavimentos das instalações físicas do Tribunal e os servidores de rede, assim como de <i>software</i> específico para gerenciar o novo ambiente. Acrescente-se que para a consecução desse Projeto também foi necessária a troca de todo o cabeamento lógico que permitirá que essas conexões (fibras óticas e cabeamento) atendam aos requisitos técnicos para a melhoria do desempenho da rede.</p>

Orçamento e Estrutura	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.	<p>(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização, no biênio 2010-2011, de investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação, a fim de dar suporte aos sistemas e serviços corporativos de rede do TCE/BA e melhorar a disponibilidade dos recursos computacionais para os usuários, no montante de R\$1.045.553,56. Além disso, foram realizados investimentos na renovação do parque de computadores, <i>notebooks</i> e impressoras utilizados pelos servidores, no valor total de R\$579.148,68. Em relação às aquisições de <i>softwares</i>, foi aplicado, ainda, o montante de R\$137.204,88, para o licenciamento, principalmente, de <i>software</i> para gerenciamento da rede do TCE/BA e aquisição de licenças para suportar o Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN). - Modernização do sistema de refrigeração do TCE/BA. Até o 1º semestre de 2011, dos 188 aparelhos existentes, 63 foram substituídos (33,5% do total). - Modernização da frota de veículos do TCE/BA. Até o 1º semestre de 2011, dos 31 veículos existentes, 11 foram substituídos (35,5% do total). - Ampliação do estacionamento e reforma de vigas do prédio-sede do TCE/BA no biênio 2010-2011. - Conclusão do projeto arquitetônico e seus complementares com vistas à construção do prédio anexo. O TCE/BA já disponibilizou, orçamentariamente, à Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB), todo o valor sob sua responsabilidade (50% do total da obra, tendo em vista que a outra metade cabe ao TCM/BA). Encontra-se em curso a etapa de viabilização de licenças ambientais, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). <p>(37) Reestruturar a área responsável por gestão de pessoas.</p> <p style="text-align: center;">-----</p> <p>(38) Rever o funcionamento e composição do Comitê de Auditoria.</p> <p style="text-align: center;">-----</p>